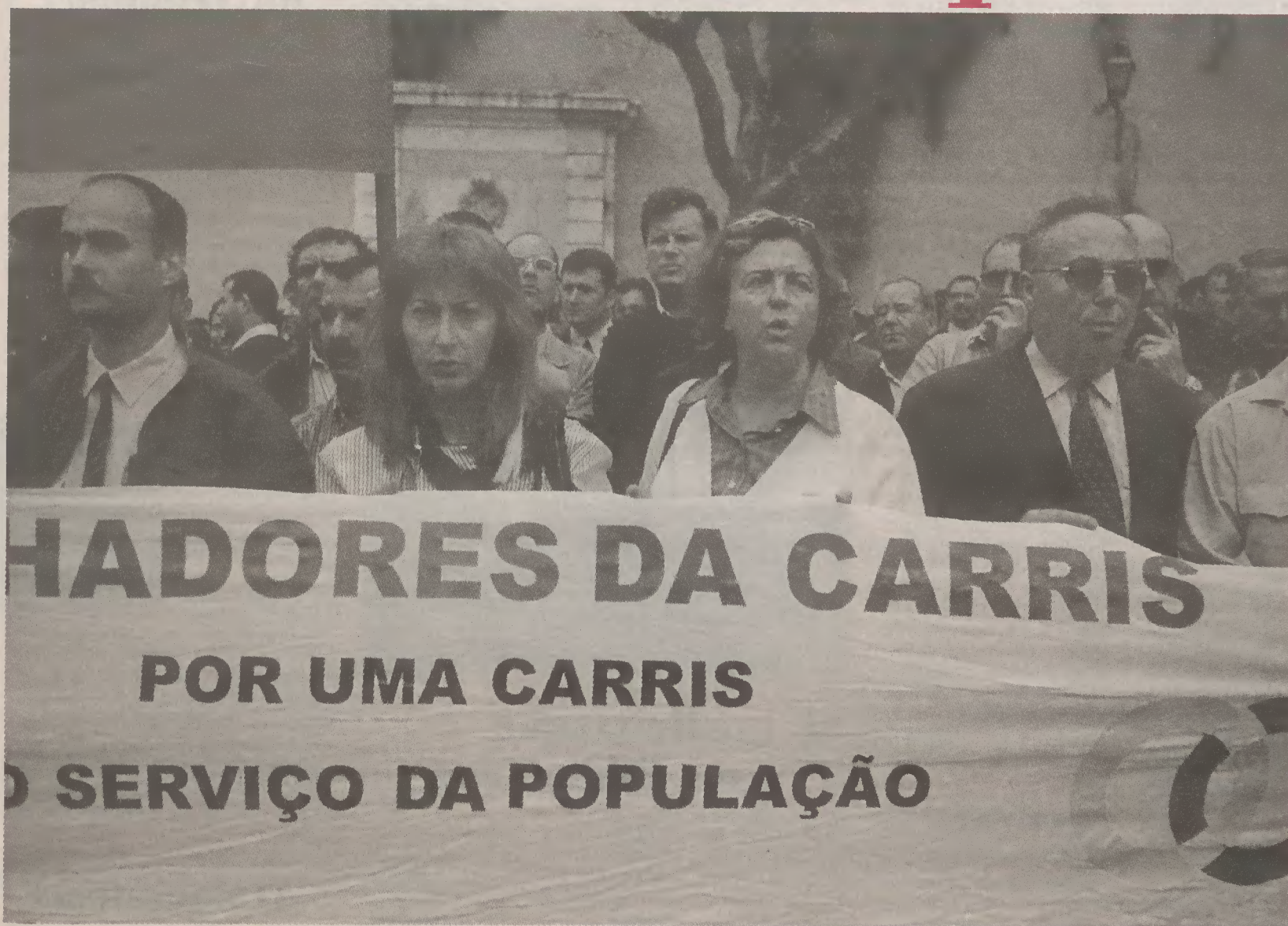


Trabalhadores da Carris e Função Pública  
em defesa dos direitos

# A luta não quebra

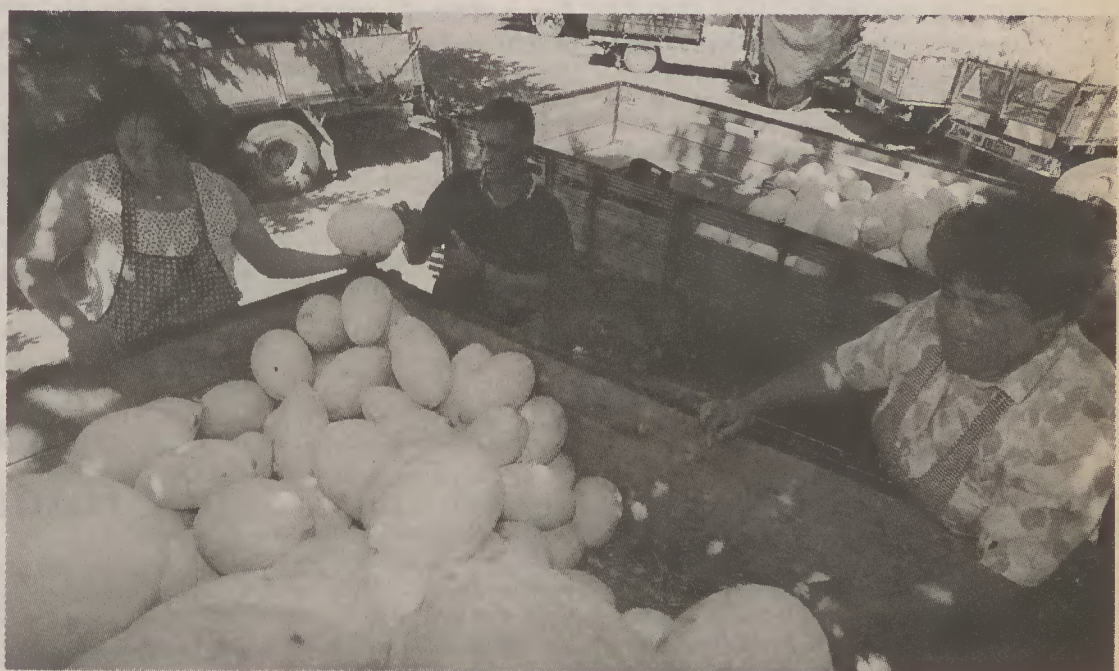


As medidas anunciadas e já postas em prática pelo Governo encontram firme resistência por parte dos trabalhadores, que cerram fileiras e lutam pelos seus direitos. Na Carris, as greves sucedem-se. A Função Pública manifesta-se amanhã em Lisboa.

Págs. 5 e 6

## Pelo direito de produzir

Confederação Nacional da Agricultura denuncia problemas dos produtores portugueses



Centrais

Debate mensal na AR

### Travar a ofensiva

A prosseguir a sua política errada e irresponsável, em obediência ao Pacto de Estabilidade, o Governo arrisca-se a mergulhar o País numa recessão económica.

Pág. 13

Europa

### Pescadores é que pagam

A reforma da política de pescas apresentada em Bruxelas pelo Comissário Fischler provocou um coro de protestos entre os países do Sul. Portugal terá de aumentar as importações de peixe?

Pág. 19

JCP protesta

### Fim do ensino nocturno?

O Ministério da Educação anunciou o encerramento do ensino recorrente em 37 escolas, no próximo ano lectivo. A JCP está contra. E muitos estudantes começaram já a protestar.

Pág. 11



**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

PROPRIEDADE  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Gago Coutinho  
121/1700 Lisboa  
Capital social:  
€ 125 000.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93  
E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

Director  
José Casanova

Chefe de Redacção  
Leandro Martins

Chefe Adjunto  
Anabela Fino

Redactores  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Gustavo Carneiro  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Margarida Folque  
Miguel Inácio

Gratismo  
José Araújo

Fotografia  
Jorge Caria  
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS\*  
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL  
(Contínente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
44,90 euros  
25 números: 4 600\$00  
23,00 euros

EUROPA  
50 números: 23 000\$00  
114,75 euros

EXTRA-EUROPA  
50 números: 33 000\$00  
164,60 euros

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



**Pescadores manifestam-se contra proposta da Comissão Europeia**

## Resumo

### 28 Terça-feira

O PCP manifesta «profunda preocupação» com a proposta da Comissão Europeia de revisão da Política Comum de Pescas, que considera «prejudicar Portugal», e exige a realização de um debate parlamentar ● O grupo parlamentar do PCP pede ao ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Isaltino Morais, esclarecimentos sobre a data em que será finalizado o processo de revisão dos planos de ordenamento e regulamento do Parque Natural Sintra/Cascais ● A polícia israelita prende o governador nomeado por Yasser Arafat para a parte palestina de Jerusalém ● Portugal assume a presidência do Conselho de Coordenação do Programa ONUSIDA.

### 29 Quarta-feira

A JCP promove uma concentração de protesto contra a decisão do Governo de acabar com o crédito bonificado na compra de habitação própria ● Os trabalhadores não docentes do Norte manifestam-se frente ao Ministério da Educação para exigir a aprovação do decreto que os integra na Função Pública ● Sem receberem o vencimento desde Abril, os trabalhadores da Electroliber manifestam-se junto ao escritório do administrador Américo da Costa Silva, a quem acusam de ter contribuído para a actual situação da empresa ● O exército israelita penetra na cidade palestina de Ramallah.

### 30 Quinta-feira

A Comissão de Trabalhadores da RTP repudia a comissão nomeada pelo ministro Morais Sarmiento, e aprova por unanimidade a proposta de criação de uma comissão independente, composta por nomes representativos da sociedade civil ● Os sindicatos portuários convocam uma greve geral à movimentação de cargas no porto de Setúbal, de 11 a 28 de Junho, em protesto contra a existência de um «quadro de pessoal com 311 trabalhadores eventuais e 39 efectivos» ● Dez palestinianos são presos na sequência de acções militares israelitas nas cidades autónomas de Hebron e Farun.

### 31 Sexta-feira

Os pescadores portugueses manifestam-se frente à Assembleia da República contra o projecto de reforma da política comum de pescas e exigem a alteração dos esquemas remuneratórios da classe ● Um soldado indiano morre e um civil fica ferido num duelo de artilharia em Caxemira ● A UE ratifica o Protocolo de Quioto durante um encontro com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, em Nova Iorque ● O exército israelita ocupa a cidade autónoma de Nablus, na Cisjordânia.

### 1 Sábado

Realizou-se um Encontro de Quadros do PCP do Algarve com a participação de Carlos Carvalhas ● A Associação de Trabalhadores dos Serviços Gerais da Saúde participa numa concentração silenciosa junto ao Hospital Dona Estefânia para protestar contra a política praticada pelo Governo no que respeita aos trabalhadores com contrato a prazo ● Fidel Castro afirma, perante mais de 400 mil pessoas, que Cuba manterá o rumo do socialismo, apesar dos «perigos e das ameaças» do governo norte-americano ● O ministro da Defesa indiano nega qualquer aproximação entre a Índia e o Paquistão, dizendo que se trata de um conflito sem fim à vista.

### 2 Domingo

Realiza-se a 9.ª Assembleia da Organização da Célula dos Trabalhadores Comunistas na Câmara Municipal do Seixal ● A Quercus reclama ao ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente que não autorize a construção na Maia de novas incineradoras «sem que a sua utilidade seja publicamente demonstrada» ● O primeiro-ministro indiano, Atal Behari Vaipayee, rejeita encontrar-se com o presidente paquistanês, Pervez Musharraf, à margem da Conferência Regional da Ásia Central ● Setenta e dois por cento dos suíços dizem «sim» à despenalização do aborto até às 12 semanas.

### 3 Segunda-feira

O PCP pondera a hipótese de pedir um inquérito parlamentar ao caso das acções do Benfica que foram aceites como garantia para pagamento de uma dívida fiscal ● Cerca de 200 trabalhadores da fábrica de confecções Gartêxtil, da Guarda, confrontam-se com o encerramento da empresa depois de há cerca de três semanas a administração os ter mandado de «férias forçadas» ● Quatrocentos palestinianos são presos no campo de refugiados de Ain Bet Alma ● Três pessoas ficam feridas na sequência de uma troca de tiros em Belfast entre grupos católicos e protestantes.

### 4 Terça-feira

Os trabalhadores dos autocarros e eléctricos da Carris entram em greve; os sindicatos reclamam uma actualização salarial de cinco por cento (CGTP) e 4,5 por cento (UGT) ● Os alunos do ensino nocturno da Escola Secundária Moimão de Maré, em Miratejo, manifestam-se contra o encerramento deste tipo de ensino no próximo ano lectivo ● O exército israelita entra na cidade palestina autónoma de Jenin ● O Parlamento Europeu aprova o relatório que recomenda a legalização da interrupção da gravidez na UE e descriminaliza as mulheres que tenham feito abortos ilegais.

## Aconteceu

### Morreu Mário Lago

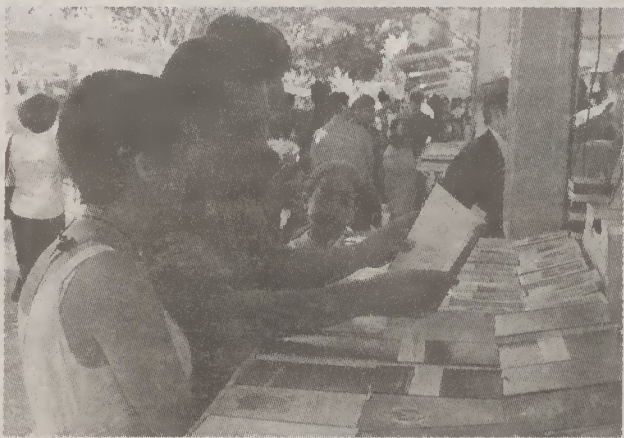
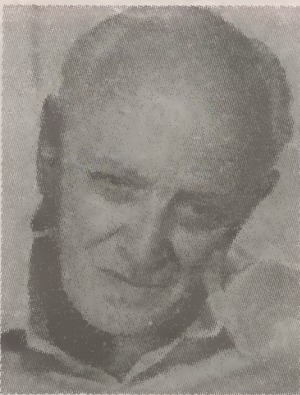
A última semana de Maio de 2002 ficará marcada na memória do Brasil e particularmente dos comunistas brasileiros como uma semana de tristeza, na qual duas grandes perdas enlutaram a militância. Segunda-feira (27/5) os comunistas do Brasil choraram a morte do seu líder histórico, João Amazonas. Quinta-feira, morreu em Copacabana o actor, escritor e compositor Mário Lago.

Nascido no Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1911 e filho único do maestro António Lago, Mário Lago formou-se em Direito, mas abdicou da profissão de advogado para se dedicar, de início, à arte da composição e depois ao trabalho como actor. Em parceria com Ataulfo Alves, escreveu o famoso samba «Ai que saudades da Amélia».

Entretanto, a sua carreira sempre foi marcada pela forte actuação política. Quando lhe perguntavam sobre a sua eterna juventude, responsabilizava o comunismo. «Mantenho-me jovem porque sou comunista. O comunismo sempre foi a juventude do mundo.» Com a instauração do

regime militar de 1964, foi preso e retornou à cena somente alguns anos depois, como actor da Rede Globo.

Para o actor Francisco Milani, militante PCdoB no Rio de Janeiro, Mário Lago era uma referência para a classe artística. «Uma das recordações que tenho dele é de pós o golpe de 64. Como uma pessoa iluminada que era, ele ensinava-nos qual deveria ser a nossa atitude diante das diversas situações e antevia os anos de obscurantismo que viriam depois. Ele era uma estrela. O Brasil perde uma referência», disse.



## «Refresque a sua Biblioteca»

A 72.ª edição da Feira do Livro foi inaugurada na passada quarta-feira, no Parque Eduardo VII. Este ano o lema da iniciativa, organizada pela EPEL (Associação Portuguesa de Editores e Livradores), é «Refresque a sua Biblioteca», num apelo à renovação do espólio livreiro e ao reforço do prazer pela literatura.

A feira deste ano conta com cerca de duas centenas de

pavilhões, correspondentes a aproximadamente 160 participações de editores e de instituições, incluindo os associados da APEL e da UPE.

Muitas são as personalidades da esfera pública - políticos, actores, músicos, jornalistas - que aceitaram associar-se a esta feira. O certame, que termina a 16 de Junho, abre de segunda a sexta-feira às 16 horas e

sábados, domingos e feriados às 15 horas. A hora de fecho é entre as 23 e as 24 horas, consoante dias feriados ou dias da semana, respectivamente.

Os interessados podem obter informações sobre a lista dos livros do dia, preços e descontos, assim como sessões de autógrafos ou o programa cultural da feira em [www.feiradolibrodelisboa.pt](http://www.feiradolibrodelisboa.pt), o site do evento.

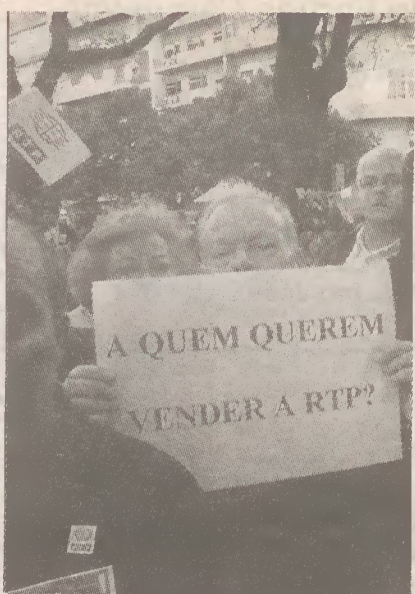
## Ratificação do Protocolo de Quioto

Portugal apresentou nas Nações Unidas os instrumentos de ratificação do Protocolo de Quioto, destinado a diminuir a emissão de gases causadores do aquecimento climático, anunciou sexta-feira a Missão de Portugal em Nova Iorque.

A entrega dos documentos foi feita pelo representante de Portugal junto das Nações Unidas, embaixador Francisco Seixas da Costa.

De acordo com o protocolo, a União Europeia compromete-se a reduzir globalmente em 8 por cento as emissões de gases causadores do efeito de estufa no período 2008-2012, relativamente aos níveis de 1990.

A aprovação do Protocolo de Quioto pela União Europeia deverá dar um forte impulso à redução das emissões de gases, apesar da sua rejeição pelos Estados Unidos da América.



## Lei da Televisão no Tribunal Constitucional

O Presidente da República, Jorge Sampaio, enviou, na passada sexta-feira, a Lei da Televisão para o Tribunal Constitucional. O Chefe de Estado explica, em carta enviada ao TC, ter dúvidas quanto à constitucionalidade do diploma aprovado na Assembleia.

Em regra, o Tribunal Constitucional tem 25 dias para se pronunciar sobre a constitucionalidade de uma lei. No entanto, o Presidente da República alegou carácter de urgência, pelo que terá de ser dada uma resposta dentro de 10 dias.

Questionado à saída do debate mensal na Assembleia da República, na sexta-feira, o primeiro-ministro, Durão Barroso, disse respeitar a decisão do Presidente da República, mas manifestou a confiança de que a Lei é constitucional. Garantiu, no entanto, que o Governo irá respeitar a decisão do tribunal.

A alteração da Lei da Televisão, proposta pelo Governo, foi aprovada na Assembleia da República, com os votos favoráveis do PSD e CDS/PP e os votos contra dos restantes partidos da oposição.

A alteração, que surgiu na sequência do bloqueio do Conselho de Opinião (CO) da RTP ao Conselho de Administração nomeado pelo Governo, retira ao CO o poder vinculativo de rejeitar os nomes apresentados pelo Governo para a administração da empresa.

## AI denuncia abusos da polícia portuguesa

A Amnistia Internacional apelou às autoridades portuguesas para que as acusações de tortura, maus tratos ou outros abusos praticados por agentes policiais possam ser imediatamente investigados como «crimes públicos», em que a abertura do processo judicial é automática.

No seu relatório anual, na passada semana divulgado, a Amnistia continua a referenciar Portugal como um país onde ocorrem mortes nas cadeias, maus tratos policiais sobre detidos, impunidade dos agentes da lei e onde os processos contra as autoridades são extremamente demorados.

A «excessiva demora» dos inquéritos criminais, administrativos ou disciplinares, relativos a alegados maus tratos policiais ou uso despropositado da força por parte de agentes da lei, «continua a causar preocupação» à organização.

Por outro lado, o documento considera que «algumas das sentenças» contra agentes de segurança «falharam ao reflectir a gravidade dos crimes cometidos e lançam dúvidas sobre a capacidade do sistema judicial para tratar os casos de tortura, maus tratos e o excessivo uso da força por parte dos agentes da autoridade».



## Crónica Internacional

• Albano Nunes

# Iremos a Sevilha contra a Europa do capital

Para pôr um ponto final em especulações nada inocentes sobre a posição do PCP em relação ao que se convencionou chamar de acções «antiglobalização», informa-se que sim, que voltaremos a Porto Alegre em 2003, estaremos em Florença em Novembro no «Forum Social Europeu» e trabalharemos para o seu êxito, não faltaremos no dia 22 de Junho em Sevilha, apesar da coincidência com a nossa Conferência Nacional.

O empenho do PCP no fortalecimento de uma vasta frente anti-imperialista, unindo tudo quanto possa ser unido na luta contra o grande capital, é para o PCP uma questão programática de princípio. E pesem embora as limitações financeiras de um partido de trabalhadores (as viagens custam caro) e problemas incontornáveis de agenda política - como a resposta necessária e inadiável à violenta ofensiva antipopular do governo dos partidos da direita - os comunistas portugueses não deixarão nunca de dar a sua contribuição empenhada para que a já grande corrente internacional contra o neoliberalismo e a guerra, de que o movimento «antiglobalização» é expressão, seja cada vez mais ampla e consistente.

Neste processo estaremos como sempre estivemos. Sendo nós próprios. Com espírito unitário. Valorizando os «fóruns» enquanto pontos de encontro, de debate e mesmo de eventual articulação de iniciativas, rejeitando ao mesmo tempo tendências estruturalistas centralizadoras e combatendo tentativas de instrumentalização. Com a consciência de que um movimento será tanto mais forte quanto fortes forem as suas componentes e o seu enraizamento popular. Sublinhando o carácter objectivamente anticapitalista e anti-imperialista do movimento «antiglobalização» e defendendo-o quer da repressão e tentativas de criminalização - de que são exemplo a actuação fascizante da polícia de Berlusconi em Génova ou decisões na União Europeia para a «protecção das Cimeiras» - quer de tentativas de recuperação pelo sistema e o seu desvio para o leito social-reformista, em que sectores da Internacional Socialista se mostram particularmente activos e atrevidos.

O movimento «antiglobalização», na sua complexa diversidade, é um produto da crise do capitalismo, traduz a redução da sua base social de apoio e representa a entrada na luta de camadas sociais (juventude, intelectuais, camadas médias) atingidas nos seus interesses e aspirações pelo rolo compressor da «globalização» capitalista. O movimento e acções antiglobalização traduzem o fracasso do neoliberalismo, das políticas do grande capital e das grandes potências de intensificação da exploração dos trabalhadores e de recolonização dos povos do Terceiro Mundo. É particularmente significativo que perante a violenta ofensiva desencadeada pelo imperialismo após o 11 de Setembro, um tal movimento não só não retrocedeu como se ampliou e radicalizou nos seus conteúdos. Daí os esforços multifacetados para o conter, desorientar e desviar do seu natural curso anticapitalista e anti-imperialista. Daí também a exigência de dar sereno mas firme combate a teses que visem descredibilizar os partidos comunistas e o próprio sindicalismo de classe, refutar teses centrais do marxismo-leninismo (contradição capital/trabalho, papel da classe operária, lugar do poder e da propriedade no processo de transformação social), caricaturar e desacreditar o próprio conceito de revolução. Teses que, diga-se de passagem, da Internacional Socialista à Fundação George Soros, dispõem de meios poderosos para a sua promoção. Teses em que pontificam gurus formalmente anti-sistema, mas que o sistema tolera e promove com desvelo.

Sim, iremos a Sevilha, apesar das limitações impostas pela coincidência com a nossa Conferência Nacional. Porque estamos sempre lá onde a luta contra o neoliberalismo, a reacção e a guerra reclama a nossa contribuição. Até porque na Cimeira da União Europeia de Sevilha estão em causa questões da maior importância para o nosso país e porque queremos dar mais força à luta contra a Europa do capital e por uma outra Europa de progresso, paz e cooperação.

Estamos sempre lá onde a luta reclama a nossa contribuição

## Editorial

# NEM COM FORTE LUPA

Imaginemos que um cidadão estrangeiro, desconhecedor da Língua Portuguesa, chega ao nosso país e, por curiosidade, resolve folhear os principais órgãos da imprensa escrita (jornais diários e semanários, revistas) e dar uma olhadela para as televisões à hora dos noticiários. É certo e sabido que, se assim fizer, o referido cidadão ficará boquiaberto com o espaço e o tempo que nesses órgãos de comunicação social é dedicado ao PCP. E, se for um daqueles cidadãos que, no seu país, vota ora no PS ora no PSD lá da terra (por exemplo), é bem possível que o homem fique não só boquiaberto mas altamente preocupado. Assim sendo, de duas uma: ou o boquiaberto e preocupado cidadão corre para o primeiro avião e foge para a tranquilidade do seu país, ou corre, de imediato, a procurar explicação para o estranho fenómeno. Na segunda hipótese, dirigir-se-á a um, dois, três cidadãos portugueses seus gémeos políticos e, quando estes lhe disserem a verdade, isto é, quando lhe disserem que **muitos dos muitos** quilómetros de prosa e de palração dedicados ao PCP se destinam a garantir aos leitores e ouvintes que **o PCP está a morrer**, ou que **o PCP morreu**, o supra-referido

ção dedicados ao PCP a que é que são destinados?

Aí, será a vez de os interlocutores portugueses respirarem fundo e de, fazendo uso de toda a informação bebida na lusa comunicação social dominante, debitemos, com a resposta na ponta da língua: são destinados aos membros do PCP que, estando contra a Direcção, o Programa, os Estatutos, a opinião da maioria dos militantes e as decisões dos congressos do partido, querem que o partido seja mais forte e tenha muitos votos.

É is novamente o cidadão estrangeiro boquiaberto, beliscando-se, passando a mão pela testa à procura de vestígios de febre, interrogando-se à beira de um ataque de nervos: Vamos lá ver se eu entendo bem: **ponto um**: a fúnebre comunicação social portuguesa dedica quilómetros e quilómetros do seu espaço e do seu tempo à necrológica tarefa de matar, enterrar e calcar o PCP - pelo que, a dita comunicação social é **profundamente anticomunista**; e, **ponto dois**: essa mesma comunicação social dedica igual número de quilómetros do seu espaço e do seu tempo, à benemérita e caridosa actividade de tudo fazer para tornar o PCP mais forte - pelo que a dita comunicação social é **profundamente pró-comunista**.

Prosseguindo a sua reflexão, o cidadão estrangeiro constatará, ainda que, na primeira metade do jogo, a comunicação social dispara, sobre os dirigentes do PCP, sucessivas rajadas de acusações de *ortodoxos, sectários, velhos, ultrapassados, ignorantes, boçais, repressivos, odientos, persecutórios* (defeitos que, garante, sempre tiveram e sempre hão-de ter); e que, na segunda metade da jogatana, tudo são rosas: os membros do PCP que querem que o partido seja mais forte e tenha muitos votos, são *renovadores, abertos, modernos, sábios, inteligentes, cultos, jovens, pobres vítimas do ódio e da perseguição* (qualidades que não interessa saber se sempre tiveram mas que, sabe-se certeza certa, têm agora em abundância).

E perguntará o dito cidadão aos seus botões: quer isto dizer que a comunicação social portuguesa é, simultaneamente, anticomunista e pró-comunista?; que quer acabar com os comunistas e quer, simultaneamente, que os comunistas cresçam e se multipliquem?; que divide os comunistas em *maus e bons* e, bondosa, põe-se ao serviço dos *bons*?; ou o que raio é que isto quer dizer?

Aqui chegado, o cidadão estrangeiro, profundamente perturbado, chamará um táxi e pedirá ao motorista que o conduza ao aeroporto a toda a velocidade.

Haverá quem, lendo o que acima se escreve, considere tratar-se de uma caricatura (haverá também quem considere coisas muito piores...).

A quem tal pense, sugere-se a leitura de dois ou três semanários (qualquer semana serve) e de dois ou três diários (quaisquer dias servem).

E aqui se lembra, mais uma vez, que a morte do PCP vem sendo anunciada desde há várias décadas. E aqui se garante que as diferenças entre a fórmula necrológica usada no tempo de Salazar e a que hoje é utilizada nem com forte lupa são detectáveis.

## “A morte do PCP vem sendo anunciada desde há várias décadas”

cidadão respirará fundo, deitará fora as preocupações e ficará apenas boquiaberto.

Imaginemos, agora, que as devastações provocadas pelo consumo de comunicação social na inteligência e na lucidez dos seus utentes, não atingiram, ainda, plenamente, o citado cidadão; imaginemos que os cirúrgicos bombardeamentos mediáticos a que, como qualquer outro cidadão em qualquer parte do mundo ele está sujeito, não lhe afectaram, ainda, totalmente, a capacidade de pensar; imaginemos, enfim, que o homem, graças a uma extraordinária capacidade de resistência e graças a um esforço sobre-humano, é capaz de perguntar aos seus interlocutores portugueses: mas, se o PCP está a morrer ou já morreu, porquê dedicar-lhe tantas páginas de jornais e de revistas e tantos minutos de televisões?

É óbvio que tal pergunta deixará os seus interlocutores embaraçados e boquiabertos e ficará sem outra resposta que não seja o tradicional: perguntas bem...

Imaginemos, ainda, que o mesmo cidadão estrangeiro, apagando da memória uma pequeníssima parte do que os *media* do seu país lhe ensinaram, prossegue a reflexão e, paciente e didacticamente, coloca a seguinte questão: Dizem vocês que **muitos dos muitos** quilómetros de prosa e de palração sobre o PCP são destinados a anunciar a morte do dito, e eu pergunto: e os restantes quilómetros de prosa e palra-



## Actual A saborosa rinação

• Vítor Dias

Na segunda-feira, vivemos uma experiência extraordinária ao lermos o editorial do «Público» subscrito por Nuno Pacheco e dedicado a «O comunismo e os seus fantasmas».

Por cansaço ou outra coisa qualquer, a verdade é que fechámos os olhos e, de repente, convertimos o papel de jornal em papel «couché» e o corpo «fino» em corpo «negro» e julgámos ter acabado de ler algum editorial de Nuno Pacheco na Revista do «Expresso» de há 13, 14 ou 15 anos.

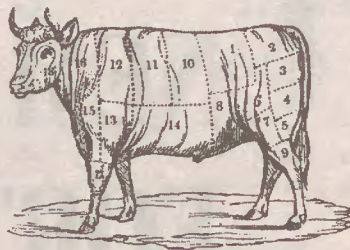
O pior é que, atrás dessa singular experiência, nos veio a ideia de como o tempo passa e alguns não aprendem nada, precisamente porque trocaram a reflexão e o espírito crítico pela fácil repetição dos velhos «clichés» e pela saborosa rinação dos preconceitos de sempre.

Não estando em causa a discussão entre comunistas seja sobre o que for nem as suas próprias farsas de exigência, entretanto aquilo para que, francamente, já falta a paciência é que alguém, sendo director-adjunto de um jornal e, portanto, exercendo todos os

dias as suas funções num quadro de rígido e intocável centralismo (sem qualquer adjectivo), venha respingar contra o que chama «a farsa do centralismo democrático» no PCP.

E desde já se diga que também já há pouca paciência para receber lições de democracia do director-adjunto de um jornal que deve ser seguramente a única empresa do país onde, por força de regras escritas, o exercício de inalienáveis direitos cívicos (por exemplo, subscrever um abaixo-assinado) por uma parte dos seus trabalhadores (os jornalistas) está condicionado a consulta prévia à direcção do jornal.

Acresce que Nuno Pacheco nunca descobrirá que, entre tantas outras coisas horrorosas segundo o padrão aplicado ao PCP, nos Estatutos do PS se declara o direito dos militantes a «expressar livremente a sua opinião» mas logo se precisa que isso é «a todos os níveis da organização do partido» ou se institui para os militantes o dever de «respeitar, cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos e os seus Regulamentos, bem como as decisões dos órgãos do Partido».



Como nunca descobrirá que nos Estatutos do PSD se consagra como princípio da organização «o respeito por todos pelas decisões da maioria, tomadas segundo os presentes Estatutos» e se reconhece «a liberdade de discussão e reconhecimento do pluralismo de opiniões» mas logo se acrescenta que é «dentro dos órgãos próprios do Partido».

E como nunca descobrirá, nunca haverá um editorial do «Público» sobre o assunto. Como provavelmente não haverá nenhum editorial sobre o facto significativo de, na preparação do próximo Congresso do PSD, a publicação de textos a debater ou aprovar só ser feita depois de já estarem eleitos todos os delegados ao Congresso.

## O concílio dos Mellos

• Carlos Gonçalves

Sábado em Sintra, a convite de JMello e com coordenação de Cavaco, reuniram em concílio 50 «decisores» das «elites». O «brainstorming», segundo os jornais, tratou da «concorrência externa das empresas», da «fase final da liberalização das telecomunicações» e da «privatização do sector das águas».

A reunião lembra outra, em Bicesse, em Maio de 1998, em que o governo PS e um número idêntico de convidados decidiram «estratégias da economia» e «bases do Quadro Comunitário de Apoio». Também hoje este Governo dá o sinal do serviço aos grandes interesses, mas, diversamente do que então sucedeu, o Primeiro-Ministro não esteve presente, talvez porque agora não restem dúvidas nesta «santa aliança».

No concílio estiveram 5 ministros, o inevitável PPortas de todas as conspirações, a incontornável MFLeite das Finanças, guardiã da dogmática do Pacto de Estabilidade, CTavares da Economia, vindo do BCP e do BSCH, de Espanha e de Champalimaud, LFPereira da Saúde, vindo do Grupo Mello, e Plynce da Ciência e Ensino Superior.

Do BCP e do Grupo Mello, seu parceiro estratégico, estiveram ainda Jardim Gonçalves, Paulo TPinto, MBeleza, MCadilhe e IPinho, esteve o Comissário AVitorino, com um passado de ligações aos Mellos, e o inefável VConstâncio do Banco de Portugal e de todas as políticas neoliberais, e estiveram presi-

dentos e administradores vindos do BPI, do Santander, do Deutsche Bank, da Unicer, da Luságua e da EPAL, da PTelecom, da ONI, da Media Capital e altos quadros da Opus, da Trilateral, etc.

Com esta composição claro que a reunião tratou de telecomunicações, ou seja, do que devem fazer o BCP e a ONI para penetrar a PTelecom, contra o Grupo Espírito Santo e a Telefónica Espanhola, como recém-explicou JGonçalves; como devem, nas suas próprias palavras, «concentrar-se capitais» de certos grupos económicos, de nome português, para que os «centros de decisão não vão para Espanha» - como se o BCP e o próprio JGonçalves não tivessem conexões profundas com Castela, com o antigo Banco Popular Espanhol, o Central Hispano, etc., como se um destes dias os interesses anónimos, que estão por trás do «banqueiro de Deus», não pudessem decidir a sua substituição e a mudança de sede para Madrid.

O concílio estudou a decisão do Governo de privatização das águas e a respectiva estratégia conjunta com grupos de Espanha e França, ou com a Redal das águas de Marrocos e de Dias Loureiro, que, por coincidência, está agora de «regresso à política», o que ainda há um mês era «impossível».

É um facto. Em Sintra as «elites» e o seu Governo trataram de «altos interesses».



## Pela boca...

• Anabela Fino

O Governo não sabe o que é um Serviço Público de Televisão nem o que é preciso para o fazer funcionar, mas sabe que só quer um canal.

O Governo não sabe quantos excedentários há na Função Pública, mas faz listas de descartáveis com a maior ligeireza.

O Governo não sabe como pôr cobro à fuga ao fisco, mas sabe aceitar as acções da SAD do Benfica, que nem sequer estão cotadas na Bolsa, como garantia de dívidas fiscais.

O Governo não sabe como resolver os problemas da Segurança Social, mas sabe alterar as leis para permitir às seguradoras deitarem a mão aos descontos dos trabalhadores.

O Governo não sabe como funcionam hospitais, escolas e jardins de infância, mas sabe não renovar contratos que deixam doentes sem assistência,

alunos sem aulas e crianças sem acompanhamento.

O rol já vai longo mas, infelizmente, não é exaustivo. Em escassos meses de exercício o Governo conseguiu abrir confrontos em quase todas as frentes, sem ter tomado uma única medida susceptível de contribuir para a resolução de um só problema. Deve ser tão inédito como o facto de, dois meses depois das eleições, poucos serem os que reconhecem terem votado PSD ou PP.

O caso também não é para menos. Na ânsia de se mostrar decidido, o Governo age primeiro e pensa depois, o caminho mais curto para revelar as suas insuficiências e demonstrar a sua arrogância. O desconhecimento dos *dossiers* evidenciado por alguns dos governantes mais «decididos» é tão notório que se torna conflagrador, mas o descalabro não se fica por aí. Ministros há que ignoram

até o que diz a Constituição da República e demais leis em vigor, parecendo convencidos de que basta haver uma maioria no Parlamento para fazerem o que muito bem lhes apetece. Para quem tanto apregoou rigor e competência, isenção e sentido de Estado, é muita parra para tão pouca uva.

Também não foi preciso muito tempo para começarem a vir a lume as ligações perigosas do novo executivo. Para além do leque de ministros, secretários e adjuntos que transitaram directamente dos interesses do capital para a capital dos interesses, que é uma forma de estar directamente com a mão na massa sem isso ser uma figura de estilo, temos agora, no caso da RTP, a prova provada de que o termo independência não consta no léxico deste Governo. A comissão nomeada por Morais Sarmiento, que começou a sofrer baixas ainda antes de tomar posse, escandalizou até os mais ferrenhos adeptos do novel cheme, perdão, chefe do Governo. Voltando aos ditados... pela boca morre o peixe.



## Frases

“Outrora, as caravelas, hoje os chamados (...) Tugas. Há quinhentos anos, pediram-lhes o ouro e a canela. Hoje, o grande timoneiro [Durão Barroso], com a grandiloquência dos momentos ímpares, não lhes pediu menos: “Tragam a taça!” O caneco, pá! É o caneco que nós queremos, pá!”

(Duarte Moral, Diário de Notícias, 03.06.02)

“Dizer [como se fez no El País] que há um sentimento antiespanhol só porque os tribunais portugueses impedem (e bem, parece-me) a extradição do suposto “etarra” Telleteixa Maia é um exagero de escriba em crise de imaginação, tristemente desmentido pela realidade.”

(Rui Baptista, Público, 03.06.02)

“Que a América se prepare e que coloque o cinto de segurança, porque, graças a Deus, vamos surpreendê-la onde ela menos espera.”

(Suleiman Abu Ghaith, pretensão porta-voz da Al-qaeda, idem)

“Presidente do Montenegro envolvido num escândalo de contrabando / Milo Djukanovic é suspeito de ter liderado uma poderosa organização mafiosa entre 1996 e 2000.”

(Título e head line, idem)

“Ao contrário do seu partido, que tem uma tendência histórica para abrir conflitos constitucionais, Durão Barroso pratica a arte da espera com especial maestria. Resiste imóvel. Dilui-se na paisagem (...) Durão Barroso precisa de fazer como Oliveira na selecção: orientar-se.”

(Carlos Magno, Diário de Notícias, 02.06.02)

“O que sustenta uma sociedade é a capacidade de se congregarem em torno de uma ideia comum de esperança afirmando uma vontade constante de superação das dificuldades. Esse discurso de esperança ainda não foi feito pelo Governo.”

(Duarte Lima, Expresso, 01.06.02)

“Hegemonia imperial dos EUA é perigosa.”

(Alfredo Barroso, idem)

“[A nomeação governamental de uma “comissão independente” para definir serviço público de televisão] é como se o Governo, invocando que não sabe o que é a liberdade ou a justiça, decidisse suspendê-las e entregá-las ao parecer de uma comissão independente de... torcionários ou de delinquentes.”

(Manuel Maria Carrilho, idem)

“Este pobre grupo [para definir serviço público de televisão] não vai, como é óbvio, produzir nada. Vai, como de costume, perder tempo e vai provocar ódios de morte, entre os muitos génios que o compõem.”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 31.05.02)

“A polémica em torno da RTP mobiliza opiniões e esforços que com maior urgência se deveriam debruçar sobre a catadupa de encerramentos de empresas, crescimento do desemprego e dificuldades para quem menos pode.”

(Ruben de Carvalho, idem)

“É evidente que se indicaram pessoas [para a comissão independente] com tendências políticas diversas (embora o peso da direita seja por de mais evidente) (...) Relativamente a uma coisa, porém, elas manifestamente não são independentes: a esmagadora maioria concorda com o essencial dos planos do Governo para a RTP.”

(Idem, ibidem)

“Uma das dimensões mais conhecidas da crescente falta de transparência com que a classe política se vem comportando, e não só em Portugal, é o tráfico de influências.”

(Manuel Villaverde Cabral, idem)



# Carris e Função Pública defendem direitos



Os trabalhadores da Carris manifestaram anteontem, junto à Secretaria de Estado dos Transportes, a sua determinação em continuar a lutar

Tal como se esperava, as medidas retrógradas do Governo encontram uma firme resistência por parte dos trabalhadores, que cerram fileiras e lutam. Na Carris, as greves sucedem-se com mobilizações a rondar os cem por cento. A Função Pública manifesta-se amanhã em Lisboa.

«Não acreditamos que a luta quebre pelo nosso lado», afirma José Cordeiro, da Comissão de Trabalhadores da Carris, confiante em que a unidade demonstrada pelos trabalhadores da empresa vencerá a intransigência da administração, que encerrou unilateralmente as negociações salariais para este ano.

**«A luta não quebrará pelo nosso lado», afirmam os trabalhadores**

Em pleno processo de luta, com mais de uma dezena de greves realizadas, todas com adesões da ordem dos 98 por cento, os trabalhadores da Carris defendem-se a si próprios e à empresa dos ataques de uma administração demasiado incompetente para ser apenas... incompetente.

Naquilo em que tanto José Cordeiro como Vítor Pereira, dirigente da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, e Eugénio Bernardes, dirigente sindical do TUL e igualmente membro da CT, acreditam é que se caminha no sentido da privatização da empresa.

Para além do que está inscrito no próprio programa do Governo — que refere a alienação das empresas de transportes — também algumas medidas que foram tomadas ao longo dos últimos anos, como a descapitalização da empresa e a entrega de alguns sectores aos privados, apontam nessa direcção. «Há 15 anos, a Carris tinha oito mil trabalhadores e cinco administradores; agora, não chega a quatro mil, mas tem os mesmos cinco administradores», lembra Vítor Pereira, que chama ainda a atenção para práticas de gestão demasiado parecidas com as realizadas no sector privado. Exemplo disto é o chamado «corredor da morte», que não é mais do que

uma sala para onde são empurrados os trabalhadores que viram os seus serviços extintos — porque privatizados — que aí ficam sem fazer rigorosamente nada. O objectivo, consideram unanimemente, é fazer com que estes rescindam os seus contratos.

Sobre o argumento apontado pela administração para encerrar as negociações com o acto de gestão de 3,3 por

cento, a «impossibilidade de pagar mais», Vítor Pereira considera que o argumento «vem na linha da dramatização do défice que o Governo vem fazendo no sentido de poder alterar a legislação laboral e aplicar medidas gravosas para os trabalhadores». Até porque, ao contrário de outros, os trabalhadores da Carris, e os trabalhadores em geral, pagam os seus impostos. «Querem combater o défice? Cobrem os impostos ao grande capital», conclui.

## Unidade e coesão

Vítor Pereira lembra que a luta teve início em Fevereiro, após a administração da empresa ter começado a dar indícios de estar «mais virada para protelar as negociações do que para negociar». Com a aplicação por parte da administração do acto de gestão de 3,3 por cento, a luta acentuou-se e teve como apogeu a concentração de anteontem junto à Secretaria de Estado dos Transportes. A exigência era

## Até ao fim da linha

A privatização a curto prazo da Carris não foi, até ao momento, anunciada por nenhuma fonte oficial. Mas existem indícios. Demasiados.

Vítor Pereira considera mesmo que a Carris é já gerida como se de uma empresa privada se tratasse, pois a «componente económica está à frente da componente social». «Há cortes de carreiras, alterações de horários, as populações são penalizadas», lamenta. E exemplifica: na freguesia da Ajuda, a partir das 9 horas da noite, não há qualquer transporte directo para a Baixa lisboeta.

Com os serviços de limpeza, portarias e saúde parcial ou totalmente privatizados, os trabalhadores debatem-se com a diminuição de direitos de que até há pouco tempo usufruíam plenamente. José Cordeiro dá o exemplo da saúde: «Se adoecermos ao fim-de-semana, e não tendo médico na empresa nesse período, vamos ao hospital ou ao SAP; o problema é que, na segunda-feira, o médico da empresa não reconhece a baixa passada por outro médico. Mas não tínhamos alternativa.»

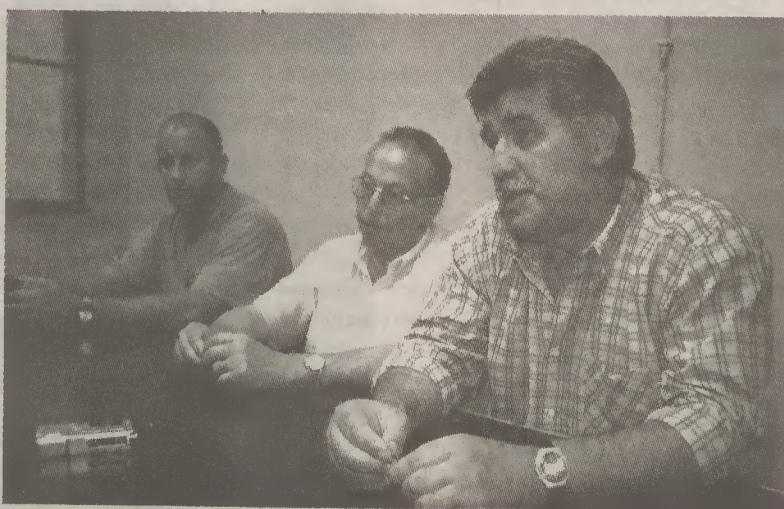
Não disfarçando o orgulho quando lembra que os trabalhadores da Carris eram conhecidos como grandes dadores de sangue, José Cordeiro afirma que isto já não acontece. E a razão é só uma: a empresa deixou de pagar por esse dia. «Não se pode esperar que os trabalhadores dêem sangue e vão trabalhar a seguir; até é perigoso.»

Eugénio Bernardes trabalha nas oficinas e lembra que este sector tem cerca de metade dos trabalhadores que seriam necessários para poder responder às solicitações. Devido a este

facto, muitos problemas surgem. Até de saúde, como é o caos das avarias dos amortecedores dos bancos que causam sérios danos aos motoristas.

Para este sindicalista e membro da CT, a situação da Carris encontra semelhanças noutras empresas públicas: desmantelamento dos vários sectores e entrega dos mais rentáveis a empresas privadas. «É o que está a acontecer na CarrisTour, onde os lucros vão para os privados e os gastos de manutenção para a Carris.»

Vítor Pereira confia que, quando estas intenções se tornarem públicas, «os trabalha-



dores da Carris saberão dar a resposta adequada». Porque, afirma, sabem que se a empresa for privatizada, «sofrem eles, sofre a população e sofre o País».



simples: a reabertura do processo de negociação.

José Cordeiro recorda o início do processo e considera que os trabalhadores compreenderam perfeitamente que a aplicação do acto de gestão «se tratava de uma manha», pois

nunca esta medida pode significar o fim das negociações.

A apresentação de medidas como o aumento do IVA, o fim do crédito bonificado para aquisição de habitação por jovens ou o aumento dos combustíveis, tomadas mal o novo Governo PSD/PP chegou ao poder, serviu para galvanizar a luta, afirma este membro da CT, para quem o segredo da unidade e das altas adesões às greves reside na ligação dos trabalhadores aos seus representantes. Vítor Pereira concorda. «Em todas as greves faz-se plenários. O indicador que vem dos plenários é que os trabalhadores querem continuar a lutar.» Daí estarem marcadas para hoje e amanhã, tal como aconteceu anteontem e ontem, mais paralisações de trabalho em determinadas horas. «Não queremos prejudicar sempre os mesmos trabalhadores e os mesmos utentes», afirma o dirigente da FESTRU.

**Do mais próximo para o mais distante:** Vítor Pereira, José Cordeiro, Eugénio Bernardes



## Greve no dia 20

Os motoristas dos transportes de mercadorias vão paralisar no próximo dia 20 de Junho. A greve, convocada pela FESTRU – Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos –, da CGTP, a paralisação tem como objectivo forçar o reatamento da contratação colectiva, parada desde 1997, segundo a federação, por «acção exclusiva da ANTRAM», associação patronal. É também motivo do protesto as medidas do Governo sobre alterações à legislação laboral, que vão, «sem tibiezas, ao encontro dos interesses do patronato». A FESTRU acusa a ANTRAM de «práticas criminosas» como o pagamento ao quilómetro, ao frete e à viagem, que ocasionam o «aumento desmesurado da carga horária e à execução de técnicas de condução baseadas em velocidades pouco condicentes com a defesa de uma condução cuidada e segura».

## Concentrações nos hospitais

Os trabalhadores dos hospitais de São João, Santo António e Eduardo Santos Silva, no Porto, manifestaram, na passada semana, o seu repúdio relativamente às intenções do Governo de não renovar os contratos com os trabalhadores que se encontram com vínculos precários na administração pública. Os trabalhadores rejeitam estas medidas e afirmam que, despedidos os funcionários que trabalham com contrato a termo certo, com contrato individual de trabalho ou com contrato administrativo de provimento, muitos dos serviços destas unidades terão o seu funcionamento comprometido. Na tarde do passado dia 29, dezenas de trabalhadores precários do Hospital de São João concentravam-se em frente às instalações do Hospital, tal como fizeram trabalhadores das outras duas unidades.

## Apostar na formação

«O Governo e o Estado devem apoiar as empresas das regiões que apresentam projectos credíveis e duradouros no que toca às novas tecnologias e à formação de trabalhadores», considera o Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmicas e Materiais de Construção do Norte e Viséu, da CGTP. O sindicato, em conferência de imprensa realizada no passado dia 31, denunciou o facto de apenas 40 por cento das cerca de três mil e quinhentas empresas do sector na região terem condições para desenvolver a sua actividade, «porque a restantes não cumprem com os trabalhadores, não cumprem com as normas de higiene, segurança e saúde nos locais de trabalho, não cumprem com o Estado».

Funcionários não docentes das escolas fazem greve e manifestam-se em Lisboa contra a precariedade no emprego

# É para continuar

**Cerca de 80 por cento dos trabalhadores aderiu à greve, que encerrou 60 por cento das escolas. Se as reivindicações não forem atendidas, os trabalhadores avançam para novas paralisações.**

Cerca de 3500 funcionários não docentes das escolas concentraram-se, no passado dia 29, em frente ao Ministério da Educação, para reivindicar a regulamentação urgente do decreto-lei relativo ao estatuto do pessoal, e a publicação dos quadros de vinculação regional. Afirmam os trabalhadores que enquanto isto não for feito, não poderão transitar para novas carreiras nem tão-pouco será possível a vinculação dos cerca de 9 mil funcionários – segundo novos dados, serão mais de 14 mil – que trabalham com contrato administrativo de provimento, um dos alvos preferenciais do Governo na sua sanha de contenção da despesa à custa dos postos

de trabalho no sector público. Acerca dos funcionários que estão nestas condições – que têm os mesmos direitos dos trabalhadores vinculados, excepto em caso de despedimento, que não contam com subsídio –, o decreto-lei estipula a sua imediata integração nos quadros regionais. Legalmente, este tipo de contratos podem ser prorrogados por um máximo de cinco anos, mas os primeiros que foram celebrados fazem três anos em 31 de Agosto, e sendo anuais, os trabalhadores podem ser dispensados ao fim dessa data. Isto provoca uma situação de incerteza, pois os trabalhadores, findo cada ano do contrato, ficam dependentes da vontade do

Governo para continuarem com o seu posto de trabalho.

Das exigências dos trabalhadores constavam ainda medidas como a negociação dos rácios e critérios para a criação dos quadros de escola e das regras de transição para as novas carreiras, de forma a que todos os trabalhadores das carreiras extintas transitem para as novas carreiras com formação dada posteriormente, bem como a revalorização de todas as carreiras e a abertura de concursos para todas as carreiras verticais, para garantir possibilidades de progressão.

Os sindicatos mantêm a sua determinação em não aceitar «que sejam sempre os mesmos a pagar a factura pelos erros do Governo, nem vamos permitir que se esqueçam do que está por cumprir».

**Voltar a parar**

Segundo confirmou o Avante! Paulo Trindade, dirigente da Federação dos Sindicatos da Função Pública, a greve contou com a adesão de 80 por cento dos trabalhadores, tendo inviabilizado o funcionamento de 60 por cento das escolas do País.

Durante a concentração dos mais de três mil trabalhadores não docentes vindos de escolas de todo o País, uma delegação de dirigentes sindicais era recebida pelo chefe de gabinete do secretário de Estado da Administração Educativa, que, segundo os sindicalistas, se limitou a tomar notas e a dizer que iria transmitir ao secretário de Estado. Os sindicalistas entregaram

uma carta onde se exige a marcação urgente de uma reunião sobre as reivindicações dos trabalhadores. Caso esta não se realize ou não se chegue a resultados conclusivos, os trabalhadores voltarão a parar.

O Sindicato dos Trabalhadores da Função do Sul e Açores, em comunicado de 31 de Maio, reafirmou a posição assumida pela Federação, segundo a qual «os trabalhadores já não serão tolerantes, estão dispostos a lutar pelos seus justos objectivos, nem que para tal tenham de pôr em causa o ambiente de calma e de trabalho tão necessário neste período de provas globais e exames nacionais».

Para garantir a participação destes trabalhadores na greve e manifestação da Função Pública do próximo dia 7, foi já emitido um pré-aviso de greve.

Na abertura da Feira do Livro

## Trabalhadores exigem revisão salarial

Uma delegação de activistas sindicais do sector livreiro esteve presente na abertura formal de mais uma edição da Feira do Livro, no passado dia 29, com o objectivo de denunciar a posição a APEL, associação patronal do sector, que desde 1995 vem inviabilizando a negociação da revisão do contrato colectivo.

Lembrando que esta edição da Feira do Livro tem o lema «refresque a sua biblioteca», o CESP – sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal – exige que a APEL refresque igualmente as suas posições à mesa das negociações, pois apesar de ter, em 1999, acordado com os sindicatos a revisão

salarial, deu informação aos seus associados que o mesmo acordo «não era obrigatório nem vinculativo».

Para o sindicato, esta atitude revela a vontade da Associação «em não cumprir a sua função social na sociedade» e revela que a associação patronal não quer respeitar os direitos dos trabalhadores do sector e atenta contra a sua dignidade pessoal e profissional. Exemplo paradigmático desta situação é, para o sindicato, o facto do salário do contrato do 1.º escriturário e 1.º caixeiro – principal grupo profissional – esteja nos 366,62 euros (73.500 escudos).

O CESP lembra que é contra este comportamento da

APEL, que os activistas sindicais distribuíram aos trabalhadores e aos utentes da feira um comunicado «denunciando este estado de total desrespeito pelos trabalhadores, os mesmos que irão estar, empenhada e esforçadamente, a contribuir para o êxito da 27.ª Feira do Livro».

**Gráficos**

Também o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, da CGTP, esteve presente nesta edição da Feira do Livro a chamar a atenção de vendedores e leitores para a situação do sec-

tor, no qual a contratação colectiva é bloqueada há vinte anos pela associação patronal do sector, a API-GRAF. Este bloqueio dificulta aos trabalhadores a possibilidade de assistência à família e de consultas médicas e pretende reduzir o pagamento do trabalho suplementar e flexibilizar horários e funções.

Ao mesmo tempo, lembra o sindicato dos gráficos, recusa consagrar regalias, como o subsídio de alimentação, as diuturnidades, a redução do horário de trabalho, o aumento dos dias de férias e dos salários.

Denunciando este comportamento da associação patronal, que visa o aumento dos

lucros das empresas à custa dos baixos salários dos trabalhadores, o sindicato não desresponsabiliza os governos, pois estes, «ao recusarem aplicar as medidas previstas na lei para penalizar o boicote patronal», acabaram por incentivar o patronato a praticar «atitudes que prejudicam seriamente quem trabalha».

O sindicato, com esta acção, procurou sensibilizar vendedores e visitantes para o facto de que um livro, obra literária ou científica, em verso ou em prosa, «tem também muitas horas de trabalho executado por trabalhadores que exercem a sua actividade profissional no ramo da indústria gráfica».

## Silopor parou

A Silopor, empresa de silos portuários, teve a sua actividade completamente parada na passada sexta-feira devido à greve dos trabalhadores, cuja adesão rondou os 80 por cento. Dos portos da Trafaria, do Beato e de Leixões não saiu um único camião com cereal, devido à greve.

Na sede, em Lisboa, a adesão foi menor, o que para Joaquim Machado, delegado sindical, é justificável pelo tipo de funções que lá se desempenham, ligadas sobretudo às chefias. «O pessoal operário aderiu todo», afirma. Em causa está a reivindicação de aumentos acima da taxa de inflação, ao contrário dos 2,75 propostos pela administração. A Silopor é uma empresa de capitais públicos, criada após o desmantelamento da EPAC.



Dos portos não saiu um único camião de cereal devido à greve dos trabalhadores dos silos

## Adquirida por especialistas em falir empresas Electroliber à beira da falência

Dezenas de trabalhadores da Electroliber, de Lisboa, concentraram-se, no passado dia 29, em frente à casa do administrador Costa e Silva em protesto pela situação que se vive na empresa, que, para além dos salários em atraso, está com a água e a luz cortadas.

Em seguida, os trabalhadores deslocaram-se para junto da sede do grupo de Costa e Silva, o H-Form, detentor da empresa. Segundo o comunicado do CESP do dia do protesto, este grupo «especializou-se em adquirir empresas que em seguida conduz à falência através da venda de activos, desvio de fundos e outras trapalhadas».

Lembrando que a Electroliber distribuía em Portugal mais de 3 mil títulos nacionais e estrangeiros e facturava mais de 20 milhões de contos, o CESP afirma que, no espaço de um ano, «deixou de pagar a toda a gente, incluindo água, luz, rendas, segurança social, IRS e IVA».

O sindicato exige ainda que a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Judiciária «devenham investigar o que se passou na Electroliber, nas suas relações com a Form, do senhor Costa e Silva e, já agora, com as suas vítimas anteriores: Metalsines, Lisforja, Fonseca e Gonçalves, Solinox e Polinox», falidas após adquiridas pelo mesmo grupo.



## Carlos Carvalhas em Faro

# Há que tomar decisões

Realizou-se no passado sábado, em Faro, um Encontro Regional de Quadros do PCP, em que participaram cento e dez militantes, na sua maioria membros das Comissões Concelhias e da Direcção Regional.

Presentes no Encontro estiveram, também, José Neto, da Comissão Política e responsável pela Organização Regional, e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

A reunião, que decorreu de forma muito viva e participada, correspondeu às expectativas e à necessidade do debate em torno das questões mais prementes da situação política, da intervenção do Partido e, ainda, dos problemas da vida partidária, no quadro da preparação da Conferência Nacional.

Mais de vinte camaradas intervieram no decurso dos trabalhos, exprimindo com

elevação e respeito opiniões diferenciadas, pelo que o Encontro constituiu também um bom exemplo do funcionamento democrático do Partido e da importância do debate interno para o reforço da sua coesão e para o acerto das decisões e medidas necessárias. A maioria dos participantes afirmou a sua concordância, na generalidade, com o projecto de resolução política da Conferência Nacional.

Ao longo de mais de quatro horas, perpassaram preocupações e incertezas, mas, sobretudo, a disposição e vontade de ultrapassar dificuldades e deficiências com vista ao

reforço do Partido, à sua aproximação aos trabalhadores e às populações e a uma maior intervenção na vida política e social.

Intervindo sobre a situação política, que considerou preocupante e difícil, Carlos Carvalhas denunciou as medidas e opções políticas do actual Governo, claramente reveladoras da sua natureza de classe: aumento do IVA; revogação da tributação das mais-valias; isenção em 20% dos lucros dos investimentos financeiros no offshore da Madeira; política de privatizações.

O secretário-geral do PCP criticou igualmente o encerramento de serviços sem qualquer critério e a política de aumento da competitividade assente nos baixos salários e

na acentuação das desigualdades e, alertando para a necessidade do combate de massas, fez um apelo ao apoio e à participação de todos nas acções e manifestação já marcadas pela CGTP.

Carlos Carvalhas sublinhou, depois, a importância do

debate preparatório da Conferência para o aprofundamento da democracia e apelou à discussão franca e aberta, em que cada um exprima as suas opiniões com rigor intelectual e verdade. Porém, para Carvalhas, é necessário não prolongar indefinidamente as discussões, pois há que tomar decisões que o colectivo partidário, no respeito de cada um pela opinião da maioria, levará à prática, passando à acção e à intervenção partidária.

### O Encontro defendeu o combate à política do Governo

## Ovar

# Assembleia apela à luta

No quadro da Conferência Nacional do PCP, a Comissão Concelhia de Ovar realizou, no sábado passado, uma Assembleia Plenária, com a participação de Armino Miranda, da Comissão Política, para discussão do Projecto de Resolução Política e eleição de delegados.

Concluída a fase preparatória da Conferência, a Concelhia de Ovar realça o amplo debate realizado no seio da organização que, num clima de grande serenidade e confiança, analisou inúmeros aspectos da situação política e social decorrentes do novo quadro eleitoral, bem como as formas de melhorar a intervenção do PCP designadamente junto dos trabalhadores.

A Assembleia, que elegeu por unanimidade os delegados à Conferência, aprovou o projecto de Resolução Política, confirmou a justeza e a actualidade das linhas programáticas aprovadas no 16.º Congresso do PCP e reafir-



Comunistas de Ovar defendem luta contra a política do Governo

mou a determinação do colectivo de Ovar de tudo fazer para concretizar estas linhas de orientação, traduzindo-as em acção política concreta e, desta forma, contribuindo para a unidade e reforço do PCP.

A necessidade de um PCP

«forte, armado ideologicamente e claramente identificado com os interesses da classe trabalhadores» emerge, para os comunistas de Ovar, como «condição indispensável» para a luta consequente contra a política de direita do PSD-PP, já que a

diminuição do poder de compra dos trabalhadores, o ataque à Segurança Social e as ameaças que pairam sobre o Sistema Eleitoral representam apenas «uma pequena amostra» das medidas que vão exigir resposta.

# Pescas ameaçadas

«Que futuro para os Sector das Pescas?» foi o tema a que se subordinou o debate promovido pelo PCP, no dia 25 de Maio, com a participação de Ilda Figueiredo e António Rodeia Machado, deputados comunistas respectivamente no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, Frederico Pereira, coordenador dos Sindicatos do Sector das Pescas, Josué Marques, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul, e José Neto, membro da Comissão Política do PCP.

O debate, que decorreu no salão da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, debruçou-se sobre a política que urge para este sector que, segundo os comunistas, ultrapassa, em muito, o seu peso na economia nacional, na medida em que contribui grandemente para o abastecimento do pescador, é um factor de independência nacional e segurança alimentar e garante o emprego a cerca de 30 mil pescadores.

O PCP está particularmente preocupado com a actual revisão da Política Comum das Pescas, que põe em causa o respeito pelo mar territorial das 12 milhas, o reconhecimento das condições específicas das pescas e dos recursos nacionais, o princípio da co-gestão e a garantia da produção nacional para o abastecimento alimentar.

Assim, no entendimento dos comunistas, uma política social correcta impõe o abandono de medidas de gestão que impliquem o desemprego; a valorização da mão-de-obra e uma adequada formação profissional; o apoio económico e social no caso de impactes negativos decorrentes de medidas de conservação dos recursos pesqueiros; a garantia de segurança marítima e a salvaguarda da vida humana no mar; a estabilidade das relações laborais a bordo.

## Sesimbra

As preocupações com a revisão da Política Comum de Pescas são partilhadas por várias organizações do PCP, particularmente as que estão mais ligadas a este sector de actividade. É o caso da Comissão Concelhia de Sesimbra que teme a destruição definitiva do que resta do sector das pescas naquela terra, caso se concretizem algumas das medidas defendidas pela Comissão Europeia, como sejam a eliminação das ajudas à modernização da frota, o aumento do número de embarcações a abater ou a exigência da redução do esforço de pesca.

Face à gravidade da situação, a concelhia do PCP defende que os pescadores de Sesimbra exijam do Governo «uma atitude negocial de grande firmeza» na defesa dos interesses do sector, nomeadamente no sentido de que seja reconhecida «a especificidade da nossa pesca» e garantido «o direito a desenvolver a nossa produção pesqueira». Pela sua parte, o PCP vai continuar a apresentar no Parlamento Europeu e na Assembleia da República propostas visando alcançar estes objectivos.

# Defender ensino do português

O Governo teve um «comportamento inaceitável» ao decidir aprovar nova legislação sobre a colocação de professores de português no estrangeiro, ignorando o concurso realizado em Abril e desrespeitando o prazo de dez dias que havia dado às organizações sindicais para se pronunciarem sobre o novo decreto-lei.

A denúncia pertence à Direcção da Organização da Emigração do PCP que, exortando as comunidades portuguesas a desencadear as acções que considerem adequadas à defesa do ensino da língua portuguesa, garante ir, ela própria, desencadear no plano político e institucional as acções adequadas a sustentar a ofensiva governamental.

Entretanto, os deputados, do PCP, Luísa Mesquita e Rodeia Machado apresentaram na Assembleia da República um requerimento relativo à dupla tributação de portugueses a trabalhar na Alemanha.

De acordo com o DOE, o

Grupo Parlamentar do PCP tem recebido várias queixas de portugueses, vítimas desta dupla tributação, a quem foi respondido pela Direcção Geral dos Impostos que «tudo estaria conforme, quer com a Convenção entre Portugal e a Alemanha para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e sobre o capital (Lei 12/82 de 3 de Junho) quer com a legislação aplicável em Portugal, mormente o Código do IRS».

Como, porém, a análise dos documentos não dissipam completamente as dúvidas designadamente nos casos em que, «estando o cônjuge a residir em Portugal, o contribuinte é tributado na RFA como sendo solteiro», os deputados comunistas querem saber qual o entendimento que o Governo possui acerca da problemática e quais as suas intenções quanto à «inevitável necessidade de preservar a eficácia material dos princípios conformadores da livre circulação de pessoas no espaço da União Europeia».

## Aveiro

# «Desatino» na Câmara

O «Plano de Reequilíbrio Financeiro» divulgado pela Câmara Municipal de Aveiro reconhece a existência de um grave problema financeiro que, repetidamente denunciado pelo eleito do PCP na Assembleia Municipal, foi até agora negado pelo presidente da Câmara, salientou, em conferência de imprensa, a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP.

Assim, só ao presidente da Câmara e aos seus executivos municipais cabe a responsabilidade por uma situação «que eles próprios criaram» e que «a sua teimosia» não permitiu encarar mais cedo.

A Concelhia do PCP está preocupada com as medidas, entretanto, anunciadas pois teme que, do «Plano», a Câmara apenas implemente a parte referente ao aumento das receitas, ou seja, aumentos generalizados de taxas e tarifas, nomeadamente água, saneamento, resíduos sólidos e transportes, e da contribuição autárquica. Assim, está firmemente disposta a tudo fazer para impedir que o grosso deste «desatino financeiro» desabe sobre os orçamentos familiares dos aveirenses.

A anunciada redução dos apoios às instituições do Concelho,

na área da cultura, desporto e solidariedade social é, também, motivo de preocupação para os comunistas, que receiam «um golpe fatal» na actividade dessas instituições, com todos os reflexos negativos daí resultantes para o ambiente social, cultural, desportivo e recreativo do Concelho.

Para a Concelhia de Aveiro, o «Plano» prima pela falta de fundamentação e de quantificação de objectivos, traduzindo-se algumas das medidas em desistências ou adiamento de projectos. Assim, sem negar a necessidade de resolver o problema do déficit das contas municipais, defende a rejeição de medidas que conduzam ao agravamento da qualidade de vida dos aveirenses ou ponham em causa direitos dos trabalhadores do Município. Exige, ainda, a melhor fundamentação e quantificação pela Câmara das medidas apresentadas e lembra que há outras medidas que não foram anunciadas mas podem e devem ser implementadas.

Por seu lado, o PCP vai promover, no próximo dia 12, uma reunião com representantes dos credores não financeiros da Câmara para discutirem propostas a apresentar à Câmara.



## 9.ª Assembleia dos Comunistas da Câmara do Seixal

# Por uma organização coesa e activa

Os comunistas da Câmara Municipal do Seixal reuniram-se na sua 9.ª Assembleia, que teve por lema «Uma organização coesa e activa». Com os seus 352 militantes, esta é uma das organizações mais numerosas e fortes do País. Todavia, os comunistas do Seixal comprometeram-se a recrutar mais militantes até ao fim do ano. Querem também melhorar as vendas do «Avante!» e de «O Militante».

Os trabalhadores comunistas da Câmara do Seixal tiveram no passado domingo a sua 9.ª Assembleia, na qual discutiram os problemas da célula, elegeram o secretariado e aprovaram uma resolução política, documento que contempla a caracterização de um concelho em mudança e aborda a actividade sindical e associativa, bem como o papel dos comunistas na autarquia e os desafios para o mandato.

Lê-se naquele documento que a CDU «tem sido ao longo dos anos factor de desenvolvimento e de aumento da qualidade de vida das

populações», ainda que se tenha verificado uma marginalização por parte da Administração Central no que respeita ao investimento na região e em particular no município do Seixal, quer a nível do PIDDAC quer em termos de fundos comunitários. Também aqui «o papel dos comunistas é importante, denunciando e esclarecendo junto dos outros trabalhadores e a opinião pública».

Da análise feita ressalta que, em cinco anos, o número de trabalhadores camarários cresceu dos 1100 para os 1600, enquanto a taxa de trabalhadores com vínculo precário bai-

xou dos 20% para os 6%. Os comunistas reconheceram também o «grande esforço de investimento, por parte da autarquia, na formação profissional e em programas de saúde ocupacional e higiene e segurança no trabalho».

## Alargar o debate

Noutro ponto do documento, sublinha-se que «paralelamente à mobilização dos trabalhadores nos processos de luta contra as políticas dos governos de direita, a acção

sindical desenvolvida no espaço de trabalho das próprias autarquias, intervindo activamente na elaboração e defesa de cadernos reivindicativos junto da administração, a campanha de sindicalização, campanhas de angariação de fundos, a participação em projectos de acção social e laboral (EURIDICE) devem ser referidos e valorizados».

Os comunistas seixalenses têm noção da necessidade de «encontrar espaços mais regulares e alargados para análise e avaliação do trabalho autárquico comunista neste Município. Espaços onde o debate franco, frontal e construtivo não dêem lugar nem ao criticismo que apenas enfatiza os aspectos negativos, nem ao amiguismo que escamoteia os problemas e a visão diferente que cada comunista, individualmente, possa ter, mas sempre com respeito por decisões da maioria a todos os níveis de decisão do Partido».

Os comunistas da Câmara do Seixal comprometeram-se, neste seu fórum, a conjugar esforços para recrutar mais 15 novos camaradas até ao fim do ano, a fazer a entrega de todos os cartões, a actualizar a quotização a 100 por cento, a vender mais 16 Avantes! e mais 15 Militantes, bem como 700 EP's.

## Nenhum direito à desagregação

A intervenção de encerramento da Assembleia esteve a cargo de Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, o qual abordou um alargado leque de questões que preocupam todos os comunistas, incluindo conhecidos problemas internos. Francisco Lopes insistiu neste capítulo, recordando que os camaradas que vêm pondo em causa a orientação do Partido «não aproveitaram, entre as autárquicas e as legislativas, nem uma coluna que lhes é posta à disposição na imprensa para apelar ao voto na CDU». afirmou também, para que não restem quaisquer dúvidas, que assiste a qualquer comunista «todo o direito de opinião, mas nenhum direito à desagregação».

Francisco Lopes chamou a atenção para a importância da célula dos trabalhadores comunistas da Câmara do Seixal, que se «apresenta como uma das principais autarquias geridas pela CDU» e tem «rea-

lizado um trabalho notável a favor da população». Por conseguinte, frisou, «que esta Assembleia constitua também um passo para o reforço do Partido».

Francisco Lopes abordou também o que se passa no Mundo de hoje, concluindo pela necessidade de um movimento comunista actuante e forte para dar solução a conflitos, misérias e desigualdades que afligem muitos milhões de homens, mulheres e crianças um pouco por todo o planeta.

O orador denunciou também a política do governo orientada contra os trabalhadores e colocou a exigência do aumento dos salários e das pensões, que são os mais baixos da Europa.

Encerrada a Assembleia, que decorreu na Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, colectividade centenária e de largo historial, os comunistas dirigiram-se para o Centro de Trabalho, onde participaram num animado almoço.



## 8.ª Assembleia dos Transportes da ORL Contra ofensiva governamental

O Sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa do PCP realizou, no sábado passado, a sua 8.ª Assembleia de Organização, subordinada ao lema «Reforçar a organização, elevar a intervenção e a influência do Partido».

Na Resolução Política aprovada, os comunistas acusam o governo do PS de ter desarticulado o sector, originando a prevalência do transporte privado sobre o transporte público, e de ter dado continuidade à política do PSD de entrega de empresas ou parte delas aos privados, como foram os casos, entre outros, da TAP, ANA, CP, REFER, Soflusa e Transtejo.

Na opinião da 8.ª Assembleia, a política de direita atingiu as empresas públicas, os direitos, os salários e os postos de trabalho, aumentou o trabalho precário, impôs a flexibilidade do horário e da polivalência de funções e criou limitações à acção sindical e das Comissões de Trabalhadores das empresas. Entretanto, as organizações dos trabalhadores «foram determinantes» para impedir que a ofensiva governamental fosse mais longe, confirmando a luta como «o único caminho para a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores».

Considerando a necessidade de uma política de esquerda para o Sector, os comunistas defendem a elaboração de um Plano Nacional de Transportes, integrado; o efectivo direito ao transporte, priorizando o transporte público; a complementaridade entre os diversos modos de

transporte, com interfaces adequados; o fim dos despedimentos e a actualização dos salários; a criação das Autoridades Metropolitanas de Transportes; a consideração da aviação, do caminho-de-ferro e do sector marítimo/portuário como de interesse estratégico para Portugal.

### Recrutar e organizar

No que respeita ao Partido, a Assembleia reafirmou o PCP como um «partido revolucionário», que tem «como base teórica o marxismo-leninismo» e cujo funcionamento assenta «no desenvolvimento criativo do centralismo democrático».

Apesar das dificuldades resultantes do ataque ao sector, do desmembramento das empresas e da redução dos postos de trabalho, a organização dos comunistas dos transportes recrutou desde a última assembleia 29 novos militantes, melhorou a participação dos militantes no trabalho regular do Partido e aumentou a recolha de quotizações.

Por fim, a 8.ª Assembleia aprovou o reforço da organização que, tendo como eixo as células de empresa, deve assentar nomeadamente no recrutamento orientado, no aprofundamento do trabalho colectivo, no combate ao sectarismo e ao «enconchamento», na realização regular de plenários, na melhoria da articulação entre a célula e os militantes com trabalho unitário, no contacto regular com todos os militantes.

## 5.ª Assembleia de Organização de Évora Recuperar a Câmara

Sob o lema «Ser comunista em Évora», realizou-se, no passado dia 25 de Maio, no Palácio D. Manuel, a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Évora do PCP, que, com a presença de 115 delegados e convidados, analisou a situação política e a intervenção do Partido e elegeu a nova Comissão Concelhia.

A 5.ª Assembleia culmina um profundo e participativo trabalho preparatório, em que participaram mais de três centenas de militantes que analisaram a situação do concelho, a situação do partido e indicaram os seus delegados à assembleia.

Na Assembleia verificaram-se 16 intervenções que, para além de se debruçarem sobre o Projecto de Resolução Política, teceram algumas críticas à intervenção do partido no con-

celho e apontaram sugestões e direcções de trabalho com vista à defesa dos direitos dos trabalhadores e das populações face à ofensiva de direita do Governo PSD/PP e ao alargamento da influência social e eleitoral do PCP. Dos objectivos apontados, destaca-se o propósito de começar a trabalhar, desde já, para a recuperação da presidência do Município de Évora.

Os delegados à 5.ª Assembleia de Évora aprovaram (por maioria, com duas abstenções) a Resolução Política que caracteriza social e economicamente o concelho, analisa a situação no poder local e as razões da perda eleitoral da CDU, apresenta as propostas do PCP para os vários sectores de actividade e aponta as orientações para o reforço da

organização e intervenção do Partido.

A Assembleia aprovou, ainda, três moções - de condenação da decisão do governo relativa ao fim do crédito bonificado à habitação; de solidariedade com a luta do povo da Palestina; de apelo à participação dos jovens na preparação do 7.º Congresso da JCP - e uma saudação ao povo de Timor-Leste, pela conquista da sua Independência.

Por fim, a Assembleia elegeu a nova comissão concelhia, aprovada com duas abstenções, composta por 36 membros, 15 dos quais eleitos pela primeira vez.

No encerramento dos trabalhos da V Assembleia interveio José Casanova, membro da Comissão Política e director do «Avante!».

## 7.ª Assembleia do Faial

Com a participação de dezenas de delegados e convidados, realizou-se, no sábado, na Estalagem de Santa Cruz, na Horta, a 7.ª Assembleia de Organização da Ilha do Faial do PCP.

A 7.ª Assembleia, após analisar o crescimento da implantação do PCP na Ilha do Faial desde 1997 - que considerou como essencial para a defesa dos interesses desta ilha no contexto regional -, sublinhou a importância da «sólida aliança» que os comunistas estabeleceram com muitos outros cidadãos no âmbito da CDU/Faial.

A reunião magna dos comunistas do Faial evidenciou a grande importância política que tem para a ilha o facto de o PCP ter hoje um deputado regional eleito pelo círculo eleitoral do Faial e representação num maior número de autarquias e nos órgãos consultivos de ilha.

No decurso dos trabalhos, foram tomadas diversas medidas visando o reforço da organização e intensificação da actividade do PCP/Faial e o crescimento da CDU como factor indispensável ao desenvolvimento da ilha.

Por fim, a 7.ª Assembleia elegeu a nova Comissão de Ilha, com 25 membros, e a Comissão Executiva, constituída por 9 membros. Como Coordenador da Comissão de Ilha foi eleito Luís Bruno, médico, de 48 anos de idade.

No quadro da Conferência Nacional do PCP, de 22 de Junho, a Assembleia elegeu os delegados à mesma e estabeleceu as orientações que irão nortear a sua actuação.

Nos trabalhos da Assembleia participou José Decq Mota, Coordenador do PCP/Açores, que, na sua intervenção, se referiu à necessidade dos açorianos sabermos construir para as eleições de 2004 uma alternativa regional que os defenda do poder do PSD e do PP e que seja capaz de governar muito melhor do que o actual Governo Regional do PS, com maioria absoluta.

Anunciando que o próximo Congresso do PCP/Açores se irá debruçar com toda a atenção sobre essa questão, José Decq Mota adiantou contudo que a CDU/Açores é essencial a essa alternativa.



## AÇORES PCP questiona Governo

Desde Novembro de 2001 que é impossível aos familiares dos imigrantes nos Açores obterem licença de trabalho. A situação levou José Decq Mota, deputado do PCP à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a dirigir um requerimento ao Governo Regional onde, considerando «socialmente vantajoso» possibilitar aos imigrantes «uma maior estabilidade social e familiar», lembra a existência, em alguns sectores de actividade, de uma oferta de emprego superior à procura, como são os casos da hotelaria e da conserva de peixe no Pico e Faial. Assim, «configurando um acto de justiça» e sendo da maior importância a criação de um quadro legal que permita a concessão de licença de trabalho a cônjuges e familiares dos imigrantes em situação legal, José Decq Mota pergunta ao Governo Regional se tomou algumas diligências nesse sentido junto do Governo da República.

## LEIRIA

### Patronato arrogante

Com o novo governo de direita, o patronato sente «as mãos livres» para liquidar direitos e conquistas dos trabalhadores, acusa o Sector Sindical da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP. De facto, considerando-se acima da lei, o patronato começou, primeiro na ex-Subtil e agora na A. Santos de Caldas da Rainha, a suspender, para despedimento, dirigentes e delegados sindicais. Solidário com os trabalhadores vítimas desta prepotência, o PCP apela à unidade dos trabalhadores para, em torno dos seus sindicatos, «darem uma resposta firme» a mais esta ofensiva patronal.

## FIGUEIRA DA FOZ

### Vitória da população

A anulação da medida que visava desclassificar o Hospital Distrital de Figueira da Foz é uma «vitória» que se deve, em primeiro lugar, a todos os que, «aos mais diversos níveis de responsabilidade, não aceitaram a arbitrariedade da dolosa decisão» do governo do PS, diz a Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP, após a reunião que promoveu, há dias, para analisar o assunto. Os comunistas lembram, entretanto, a ideia «consensual» saída da reunião de que, a não serem implementados o Plano Director do Hospital e os investimentos aprovados em PIDDAC desde 1994, a decisão agora tomada «poderá ter a médio prazo um efeito tão perverso» quanto o da desclassificação. Dando, ainda, nota das preocupações dos sindicatos e trabalhadores do Hospital sobre a eventual não renovação de contratos a trabalhadores da Administração Pública, a Concelhia do PCP conclui pela necessidade de os figueirenses se manterem atentos à evolução da situação.

## AMORA

### Homenagem a Catarina

A Comissão de Freguesia de Amora do PCP realizou, no passado dia 19 de Maio, uma excursão a Baleizão de homenagem a Catarina Eufémia, cujo assassinato, há quase meio século, «está bem presente» na vida actual. Na excursão participaram cerca de 200 camaradas e amigos do Partido, a quem, no início da viagem, foram distribuídos dois documentos, um sobre o Alqueva e outro sobre a morte de Catarina. Os organizadores aproveitaram, ainda, para divulgar a Festa do «Avante!» e proceder à venda da EP.

# Segurança Social Um direito ameaçado

**O Governo tem grande urgência na revogação da actual Lei de Bases de Segurança Social, de Agosto de 2000, e na aprovação de uma nova lei, anunciando para 15 de Junho a entrega da sua proposta na Assembleia da República.**



**Fernanda Mateus**  
Membro da Comissão Política

O PSD e o CDS-PP pretendem dar início a um processo de privatização da segurança social que abra, finalmente, amplas possibilidades à concretização das principais reivindicações do grande capital financeiro e do grande patronato. O Programa do Governo é muito claro quanto a este objectivo: trata-se de «uma profunda reforma» da segurança social, «urgente e inadiável», com características de uma «reforma global», «faseada» e «coerente» e realizada «em articulação

588 contos mensais), com carácter obrigatório para os jovens trabalhadores que estão no início da sua vida contributiva. É uma medida que só interessa e beneficia o grande capital financeiro, abrindo-lhe o caminho para que passe a gerir as contribuições dos trabalhadores, prejudicando gravemente não só os jovens trabalhadores visados como o conjunto dos contribuintes/beneficiários do sistema público. A verdade é que desta medida, se for implementada, resultará quebras em receitas para a segurança social, a destruição do princípio de solidariedade em que assenta o sistema e da universalidade do direito de todos à segurança social, comprometendo, para o futuro, as pensões e as reformas dos jovens trabalhadores na medida em que as mesmas estariam sujeitas à volatilidade da especulação bolsista.

## // Governo procura minimizar o alcance das alterações a introduzir //

com a reforma fiscal, laboral e da saúde». Com determinação nos seus objectivos estratégicos, o Governo procurou, até agora, minimizar, com palavras cuidadas, o alcance político e social das alterações que pretende introduzir na segurança social, visando diminuir, tanto quanto possível, a conflitualidade social. O ministro Bagão Félix avança com a intenção de fixar este tecto a partir dos sete ou oito salários mínimos nacionais (ou seja, para salários entre os 488 e os

### O que está em causa

O objectivo de privatização das partes mais rentáveis da segurança social e a transferência dos descontos dos trabalhadores para a iniciativa privada é embrulhada em formulações como «o sistema de capitalização e partilha de riscos». Mas o que está em causa e o que se pretende não é uma partilha de riscos, mas impor aos trabalhadores que assumam todo o risco que acarretaria a gestão privada, pelos bancos e seguradoras, dos dinheiros da segurança social. O que os

trabalhadores receberiam quando se reformassem dependeria do valor atribuído pela Bolsa à carteira de títulos, adquirida com o seu dinheiro pelos fundos de pensões. Também o silêncio do Governo em torno das medidas que alterem a actual gestão do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social não deve ser minimizado. Esta é uma fatia muito apetecível das receitas da segurança social que o governo procurará incluir na implementação do dito sistema de capitalização e partilha de riscos. Em causa estão verbas avaliadas, em 31.10.01, em cerca de 3566 milhões de euros (à volta de 715 milhões de contos). O que pretendem o PSD e o CDS-PP é dar corpo ao modelo neoliberal assente, no essencial, num sistema gerido publicamente e com dimensão reduzida, que proporcione «um mínimo de solidariedade» e dando amplitude a um sistema gerido a nível privado com poupanças obrigatórias. O que está em curso é uma profunda ofensiva política e ideológica ao sistema público da segurança social, que visa a destruição do sistema público de segurança social e os princípios fundamentais em que ele assenta, designadamente a universalidade e a solidariedade e uma efectiva desresponsabilização do Estado no cumprimento desta importante função social. Na ordem do dia está a batalha contra a mistificação, pelo esclarecimento dos/as trabalhadores/as e do conjunto dos beneficiários/contribuintes do que está em jogo e pelo seu forte empenhamento na luta em defesa do sistema público de segurança social. É uma luta contra as ameaças a este direito, que envolve um conjunto de direitos e que visa proteger a vida e a dignidade humana, face a riscos sociais, e a protecção face às mais gritantes e desumanas facetas do neoliberalismo.





Governo silencia dívidas do patronato à Segurança Social

## Solidariedade em causa

**Realizou-se, no sábado passado, no CT Soeiro Pereira Gomes, uma reunião nacional sobre Segurança Social, na qual participaram mais de meia centena de quadros do Partido, entre os quais técnicos e funcionários da segurança social.**

Na mesa encontrava-se Fernanda Mateus, da Comissão Política, Lino de Carvalho deputado da Assembleia da República, Eugénio Rosa, da Comissão para as Questões da Segurança Social, e Maria do Carmo Tavares, responsável, na CGTP, por esta área, a quem couberam as intervenções iniciais caracterizadoras da situação decorrente da ofensiva do governo PSD/PP.

Nas intervenções verificadas resultou clara a intenção do Governo de privatizar a Segurança Social utilizando,

para o efeito, meios como a fixação do tecto contributivo entre os 7 e os 8 salários mínimos e a defesa da «liberdade de escolha», ou seja, menos Estado e mais iniciativa privada, reduzindo-se ao mínimo o princípio da solidariedade e a responsabilidade do Estado nesta importante área social.

A isto acresce a intenção já manifestada de transferir para o capital financeiro a gestão do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, avaliado, neste momento, em

cerca de 715 milhões de contos. O que significaria não só mais lucros acrescidos para a banca e seguradoras como uma acrescida influência política do grande capital resultante da manipulação de tão vultuosas verbas.

No decurso do Encontro foi salientada a forma como o actual governo associa a fraude fiscal ao comportamento dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos – eventual má utilização do rendimento mínimo garantido, do subsídio de doença e do subsídio de desemprego –, esquecendo que parte significativa da má utilização desses benefícios são devidos à deficiente organização dos serviços.

De facto, ao associar os mais pobres à fraude, o Governo quer, habilidosamente,

silenciar as dívidas do patronato à segurança social, avaliadas em mais de 400 milhões de contos e, sobretudo, silenciar a fuga aos impostos e a fraude fiscal por parte de inúmeras empresas e das grandes fortunas, essas, sim, responsáveis pelas gritantes assimetrias do esforço fiscal dos portugueses.

Esta sanha prossecutória contra os beneficiários do Sistema Público da Segurança Social, de acordo com o Encontro, confere aos comunistas o dever de um combate quotidiano e coerente em defesa desta conquista civilizacional.

**O Governo tem a intenção de privatizar a Segurança Social**

## Moita prepara 7.ª Assembleia

A organização concelhia da Moita do PCP está a preparar a 7.ª Assembleia de Organização, que se realiza no dia 16 de Junho, bem como a Conferência Nacional que, no dia 22 de Junho, se vai debruçar sobre «o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido». Multiplicam-se, assim, reuniões e plenários, onde milhares de militantes, num quadro de inquietações e opiniões diferenciadas, procuram dar o seu contributo para o debate político e ideológico e a superação de deficiências. O objectivo principal, segundo a Concelhia da Moita, é dar combate à ofensiva do Governo da direita contra os trabalhadores e as conquistas democráticas.

A Comissão Concelhia da Moita destaca, entretanto, a sessão de solidariedade com a luta do povo da Palestina, bem como outras iniciativas partidárias ou de âmbito autárquico que, na mesma linha, têm incidido sobre o nascimento do Estado livre e independente de Timor-Leste.

Quanto à renúncia de João de Almeida do cargo de presidente da Câmara, segundo o PCP, «não vai beliscar» sequer o princípio reafirmado no conselho da Moita durante a campanha eleitoral, de que o PCP e a CDU «em nada renegam o seu passado, a sua obra, as suas responsabilidades», diz a Comissão Concelhia da Moita do PCP.

A decisão de João Almeida, substituído por João Lobo, que até então detinha a função de vice-presidente da Câmara, ficou-se a dever a «problemas familiares de extrema gravidade», sendo que este autarca «continuará nas fileiras do Partido a manter as responsabilidades e a desenvolver as tarefas que o novo quadro da sua vida pessoal lhe venha a possibilitar».

Reafirmando a sua solidariedade a João de Almeida, o PCP diz que o PS, ao «clamar ridiculamente» pela demissão da equipa da CDU, revela a sua dificuldade em assumir a derrota que sofreu nas últimas eleições autárquicas e «lhe frustrou o slogan “está na hora do PS”».

Matosinhos

## PS tenta calar oposição

O PS e o PSD aprovaram, recentemente, na Câmara Municipal de Matosinhos, um novo Regimento que cerceia a intervenção dos eleitos da oposição, nomeadamente da CDU.

A Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP lembra, em conferência de imprensa, que estas tentativas do PS para calar a voz «incómoda» da CDU não são novas, pois, já em Janeiro de 1999, outras «ameaças veladas», feitas na Assembleia Municipal de

Dezembro de 1998, tentaram reduzir, por via administrativa, a intervenção da CDU, a força política mais conseqüente na denúncia da gestão socialista.

São atitudes que demonstram «laivos de prepotência e falta de respeito pela oposição», comprovando, por outro lado, a hipocrisia dos que, em Fevereiro de 2000, defenderam a necessidade de as Assembleias Municipais equacionarem «a melhor forma de

defenderem a sua autonomia e uma cada vez maior dignificação do poder local».

«Escudado na sua maioria absoluta», o PS tem vindo, de facto, a impor medidas que reduzem a real intervenção da oposição, diz o PCP. É o caso da supressão do «Período Antes da Ordem do Dia» nas sessões extraordinárias, que reduz para cinco as sessões em que os eleitos podem colocar problemas não agendados; da restrição do período de inter-

venção dos eleitos a 1 minuto e 10 segundos em cada ponto da Ordem de Trabalhos; da rejeição, a pretexto dos custos, de medidas para maior divulgação das sessões da Assembleia Municipal e respectiva Ordem de Trabalhos, quando é o próprio município a gastar «largos milhares» de contos em anúncios, publicidade e propaganda.

Os comunistas garantem, porém, não permitir que «a voz da CDU seja silenciada».

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### Jorge Melo Ferreira Matias

Faleceu, no dia 29 de Maio, o camarada Jorge Melo Ferreira Matias, de 68 anos de idade. Tendo aderido muito jovem ao MUD Juvenil, tornou-se membro do PCP em Dezembro de 1969. Funcionário da Caixa Geral de Depósitos, foi preso pela PIDE em Junho de 1971 e julgado em Maio de 1972. Após o julgamento, não foi readmitido na CGD, tendo ido trabalhar para a Setenave e a Lisnave. A seguir ao 25 de Abril, foi readmitido na CGD, tendo sido o primeiro responsável pela célula desta empresa. Fez parte da primeira Comissão de Trabalhadores da CGD, participando activamente na sindicalização, até então proibida, dos seus trabalhadores. Foi membro do Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa. Em 1975, com uma licença sem vencimento, foi funcionário do PCP na Guarda, regressando depois à CGD, onde prosseguiu a sua militância. Depois de reformado, nos anos 90, continuou a sua actividade partidária na Concelhia de Almada, tendo integrado o Secretariado e Executivo da Comissão Concelhia, onde desenvolveu tarefas até poucos dias antes do seu falecimento. Camarada de enorme dedicação ao Partido, foi um exemplo de comunista e de cidadão empenhado na construção de uma sociedade mais justa.

#### José Carlos dos Santos Azevedo

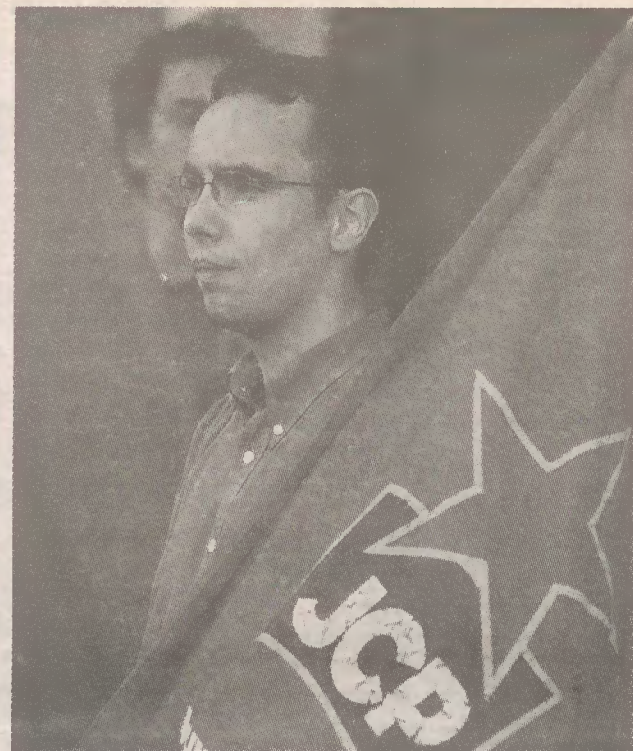
Faleceu, com 72 anos de idade, o camarada José Carlos dos Santos Azevedo. O camarada estava organizado na freguesia de S. João, em Lisboa.

#### Manuel Filipe Ramiro Condeço

Faleceu o camarada Manuel Filipe Ramiro Condeço, organizado na célula da Câmara Municipal/SMAS de Vila Franca de Xira. Foi operário da Mague e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos. Militante do PCP desde 1975, foi membro da U.J.C. e funcionário do Partido nos anos 70. Foi membro da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP. Dirigente associativo, actualmente desenvolvia a actividade de treinador de futebol das camadas mais jovens do Arruda.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## DN aprova projecto de resolução política Congresso da JCP em marcha

**A Direcção Nacional da JCP, reunida no fim-de-semana, aprovou o projecto de Resolução Política do 7.º Congresso da JCP e o regulamento da fase preparatória e da eleição de delegados.**

O regulamento estabelece que a discussão do projecto de resolução e a eleição de delegados devem ser realizadas em assembleias, reuniões ou outras iniciativas. O período de discussão e de apresentação de propostas de alteração decorre de 17 de Junho a 18 de Outubro. A eleição dos delegados tem lugar de 26 de Agosto a 25 de Outubro, segundo o critério geral de um delegado para cada dez militantes.

O projecto de Resolução Política aprovado procurou reflectir as opiniões e a discussão da organização desde o VI Congresso. O documento está organizado em quatro capítulos: situação internacional, situação nacional, luta e movimento juvenil e intervenção e organização da JCP.

O primeiro capítulo caracteriza a crise do capitalismo e a luta dos povos, tendo pro-

curado analisar fenómenos, como a agressividade do imperialismo, o militarismo e os movimentos antiglobalização. O segundo capítulo caracteriza a situação nacional, as políticas de juventude e a sua evolução nos últimos três anos, bem como as propostas da JCP. No terceiro capítulo caracteriza-se o movimento juvenil, faz-se o balanço da luta e traça-se as orientações para a acção da JCP. Finalmente, no último capítulo fala-se da organização da JCP, analisa-se o trabalho e a estrutura orgânica da JCP.

A Direcção Nacional da JCP discutiu ainda o projecto de Resolução Política da Conferência Nacional do PCP, tendo chegado diversos contributos, nomeadamente sobre o reforço da intervenção e da organização do Partido aos vários níveis e o papel da JCP neste novo quadro político.

## Reforçar organização de Braga

Um dos principais objectivos traçados no Encontro Regional da JCP de Braga, realizado na semana passada, é o reforço da organização dos jovens trabalhadores e do trabalho e intervenção das comissões concelhias da JCP.

Outra necessidade apontada no encontro é o reforço da estrutura de direcção e coordenação da JCP no distrito, de modo a adaptar a estrutura comunista às novas necessidades: mais militantes, mais colectivos e mais diversificados, e a nova realidade política.

Durante a iniciativa, a política do Governo foi um dos temas mais abordados, nomeadamente o fim do crédito bonificado, o aumento do IVA, o fim da RTP 2 e a privatização de grandes áreas da saúde. Estão já a decorrer duas recolhas de assinaturas dirigidas ao executivo, uma protestando contra o encerramento de um dos canais públicos de televisão e outra relativa ao fim do crédito bonificado. Os participantes elegeram a nova Comissão Regional.

Entretanto, no dia 19 de Maio, teve lugar o Encontro Regional da JCP do Litoral Alentejano, com 50 jovens de todos os concelhos. A resolução política apresentada na iniciativa foi aprovada por unanimidade, tal como a nova Comissão Regional da JCP.



JCP protesta e acusa o Governo de não incentivar os jovens a estudar

## Fim do ensino nocturno em 37 escolas

O Ministério da Educação anunciou o encerramento do ensino recorrente em 37 escolas no próximo ano lectivo. A JCP está contra e muitos são os estudantes que começaram já a protestar.

No total, 32 destas instituições pertencem à Direcção Regional de Educação de Lisboa e cinco à do Alentejo. Na cidade de Lisboa, apenas 13 das 21 escolas do ensino básico recorrente e 14 das 19 escolas secundárias continuarão com aulas.

A JCP condena a decisão anunciada pelo Ministério da Educação. Eugénio Costa, da organização de Loures, uma das áreas mais afectadas por esta medida, afirmou ao *Avante!* que o Governo está a seguir uma política elitista que prejudica quem tem um poder económico mais fraco.

«O Ministério não dá justificações plausíveis. Não faz qualquer sentido o encerramento de tantas escolas», considera Eugénio Costa. «Qualquer pessoa tem direito a estudar e quem frequenta o ensino nocturno são os trabalhadores-estudantes. É normal que o aproveitamento não seja muito bom, estando a trabalhar de dia a estudar à noite», acrescenta.

O dirigente da JCP afirma que o argumento do insucesso escolar é aleatório: «Dizem isto como podiam dizer outra coisa.» «Com esta política não há incentivos para as pessoas continuarem a estudar», defende.

O ensino recorrente permite que adultos que abandonaram a escola prossigam os seus estudos, abrangendo os 1.º, 2.º e 3.º ciclos. O ensino do básico destina-se a pessoas com mais de 15 anos e o ensino secundário a indivíduos com idade superior a 18 anos.

### Estudantes protestam

São vários os protestos de estudantes que frequentam o ensino nocturno em escolas

que o Ministério da Educação pretende encerrar. Depois dos alunos da Escola Secundária de Sacavém, antontem foi a vez dos alunos da Escola Secundária Moinho de Maré, em Mira-tejo, no Seixal.

**«Não faz sentido o encerramento de tantas escolas», diz a JCP**

Hoje, a partir das 10h30, são os alunos da Escola Secundária da Pontinha abre as portas da instituição a todos que a queiram conhecer: as suas salas dos cursos de informática e de electricidade, o refeitório, o bar, o pavilhão desportivos, os campos de jogos, as salas de aula, a biblioteca e a sala

de expressão e comunicação. «Pretendemos que percebam que investir no ensino público nocturno não é desperdício», dizem os estudantes. Para ontem estava agendada uma concentração junto ao Ministério da Educação, em Lisboa, das 18 às 24 horas. Hoje à noite a questão será debatida em Assembleia de Freguesia Extraordinária.

Nesta escola, cerca de 340 pessoas frequentam os cursos gerais de ensino recorrente (básico e secundário), cursos técnicos e currículos alternativos. Se encerrar, não é assegurada a conclusão de nenhum dos cursos, nomeadamente os cursos técnicos e currículos alternativos, que ficarão sem equivalência. «Todo o tempo de aprendizagem percorrido até hoje» será desperdiçado, alertam os estudantes.



Escola só de dia a partir do próximo ano lectivo em 37 escolas da área de Lisboa e Alentejo

Cristina Torres, presidente da AE da Escola de Sacavém

## Fecho de escolas públicas ajudam negócio dos externatos

Cristina Torres, presidente da Associação de Estudantes do curso nocturno da Escola Secundária de Sacavém, desmonta as razões apresentadas pelo Ministério da Educação para encerrar o ensino nocturno naquela instituição e alerta para as consequências futuras. Estava marcada para ontem uma concentração junto ao Ministério da Educação, em Lisboa, contra o encerramento da escola.

**– Os estudantes e os professores da escola dão argumentos de peso para que a escola não seja fechada. Por que não são tidos em conta?**

– A DREL enviou o mesmo fax para todas as escolas que tenciona fechar, dando as mesmas razões. Não há argumento nenhum mencionado nesse fax que se ajuste minimamente. Mesmo tendo em conta que é necessário orga-

nizar o ensino recorrente e não despende tanto dinheiro, não há nenhum argumento que justifique o encerramento de escolas a torto e a direito olhando só ao lado económico da questão.

Na Secundária de Sacavém a própria DREL tem investido bastante no centro de recursos. Não conheço os valores, mas têm alguma monta, porque envolve meios informáticos. Assim, esse centro vai ficar desperdiçado durante a noite.

**– Que razões terão levado a esta decisão?**

– Pura e simplesmente querem acabar com o ensino nocturno público. Os objectivos que nos parecem lógicos à partida é empurrar os estudantes que tiverem condições financeiras para o ensino privado. Os outros deixam de ter direito à educação, até porque a ignorância ajuda a manter algumas coisas a funcionar...

Curiosamente na área da nossa escola existem três externatos com ensino nocturno, em Sacavém, Moscavide e Olivais. Na área da Escola Secundária da Pontinha também existe um externato. São uma série de coincidências interessantes...

**– Quais são as consequências para os estudantes?**

– No nosso caso, a maioria das pessoas que frequenta a escola reside na Quinta do Mocho, na Quinta da Vitória, na Quinta da Fonte e na Apeiação. São pessoas muito carenciadas, muitas delas deslocam-se a pé para a escola. A única refeição que uma boa parte deles faz é na escola. Não têm meios para se deslocar para outra escola, muito menos para o privado.

A escola pública mais próxima que ficará aberta é a de São João da Talha, a três ou quatro quilómetros. Para quem vem a pé da Quinta do Mocho para o centro de Sacavém é impossível deslocar-se para São João. O que vai acontecer é que a maioria dos alunos vai deixar de estudar.

O que se perspectiva em relação à escola de São João da Talha é que feche para o ano. Essa instituição tem muito menos alunos e menos condições de acessibilidade e segurança. Para o ano será muito mais fácil fechá-la.

**– A AE considera que o ensino recorrente tem de se adaptar às necessidades e expectativas dos estudantes. O que deve mudar?**

– Uma boa parte dos alunos não tem condições de aprender com este tipo de ensino. O ensino recorrente, feito por unidades capitalizá-

veis, é muito complicado para gente que nem a língua domina em condições, como acontece na nossa escola. É um tipo de ensino que exige que a pessoa vá estudando por si e se proponha a exame. Aos professores também é impossível ministrar uma série de unidades ao mesmo tempo. Se as pessoas têm grandes dificuldades e estão inseridas naquelas comunidades, é difícil que o sucesso escolar seja grande.

Este sistema não serve a maioria dos alunos. É preferível e mais fácil o ensino funcionar à noite como funciona de dia. Fazer todas as unidades em três anos é muito complicado para quem trabalha, estude e tenha aqueles problemas todos. Não são autodidactas, não têm essas facilidades.

Mas o Ministério da Educação nem fala disso. Acusa o insucesso escolar, acusa os alunos disto e daquilo, mas

não olha para o problema de que derivam todos os outros. As pessoas não são propriamente estúpidas, alguma coisa deve provocar este tipo de resultados.

**– Mas a Escola de Sacavém tem bons resultados em comparação com outras escolas.**

– Sim, apesar de tudo é uma escola que está acima da média do sucesso escolar. Esse argumento também não serve para adaptar ali. É mais um. O argumento da segurança não dá, porque há uma esquadra em frente. Sacavém fica numa zona de interface de transportes públicos, com acesso à Gare do Oriente e à zona oriental e ocidental do concelho. Só critérios económicos e um autismo completo podem justificar esta decisão. São interesses que não têm propriamente a ver com o querer que a população aprenda mais.

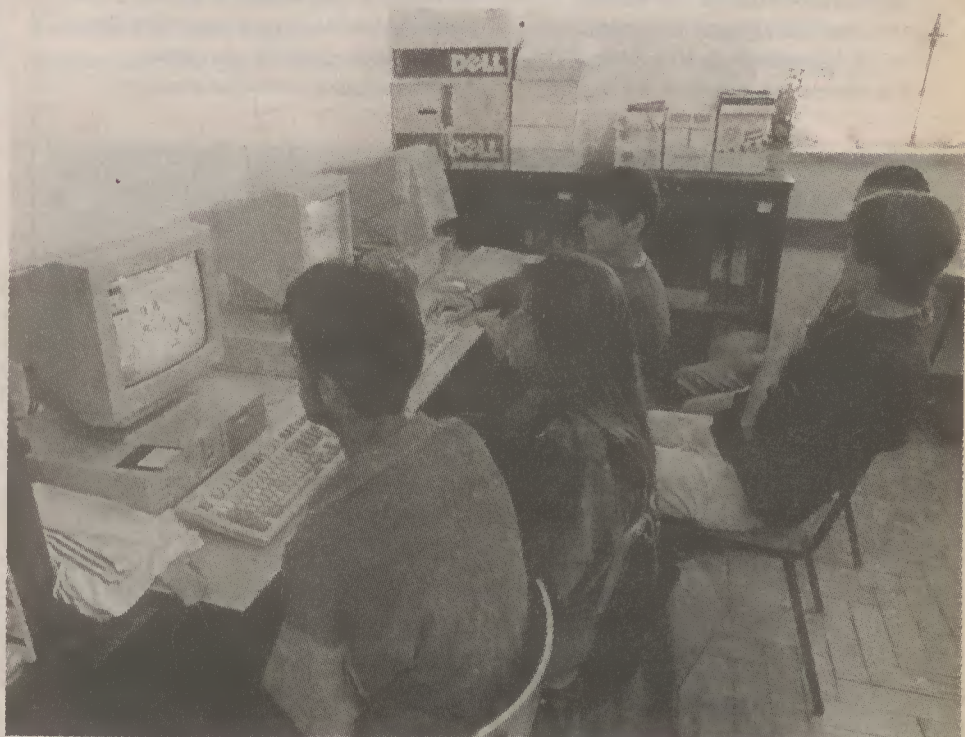
## Interjovem solidária

A Interjovem da CGTP-IN está solidária com os alunos do ensino nocturno da Escola Secundária do Cacém e com todos os trabalhadores-estudantes. Isso mesmo foi afirmado pela coordenadora nacional, Célia Lopes, durante a manifestação que os estudantes promoveram em frente à instituição, na semana passada.

A Interjovem considera que a decisão do Governo constitui um grave atentado ao princípio da igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao ensino, previsto na Constituição, e condena a visão «meramente economicista como a que assume o Ministério da Educação ao afirmar que o insucesso escolar não justifica a despesa com o ensino nocturno».

«O ensino não tem de ser lucrativo», afirma a Interjovem num comunicado. «Tem de dar condições para que todos os jovens possam adquirir conhecimentos e desenvolver capacidades que lhe permitam realizar-se pessoal e profissionalmente.»

A Interjovem recorda que os trabalhadores-estudantes, ao frequentar o ensino recorrente, pretendem ultrapassar situações de instabilidade e precariedade no trabalho e melhorar o seu futuro.



Reunião com o Centro da Área Educativa de Lisboa na terça-feira – Temos esperança que eles voltem atrás com a decisão, mas duvidamos muito



# Recuperar o Património Edificado! Combater os Devolutos!

● Honório Novo

**N**inguém sabe ao certo quantos são os prédios devolutos no nosso país.

O que toda a gente vê e presente é que nos centros históricos e nas zonas antigas das nossas cidades "pululam" prédios abandonados em adiantado estado de degradação, muitas vezes a ameaçar ruína, colocando tantos deles em risco a segurança de pessoas e de bens.

O que sabemos de ciência certa é que esses prédios devolutos e profundamente degradados constituem um péssimo cartão de visita para o Poder Local que deve (ou pelo menos deveria) tratar da qualidade do ambiente urbano, e que está (ou pelo menos deveria estar) interessado na preservação do património edificado urbano e cuja eventual derrocada constitui não só perda patrimonial como também económica.

Do que ninguém também duvida é que na maior parte dos casos (salvaguardados casos reais de incapacidade económica dos respectivos proprietários), a situação generalizada dos prédios devolutos degradados – particularmente os situados nos centros históricos e antigos aglomerados urbanos – traduz intenções notórias dos seus proprietários em promover a especulação imobiliária.

Abandona-se, não se recupera, fomenta-se a desertificação de centros urbanos, deixa-se cair e depois reconstrói-se (ou vende-se o terreno) noutros moldes com novas características mais adaptadas ao mercado (e ao lucro)...

Entretanto, os nossos centros urbanos degradam-se, descaracterizam-se e o Poder Local (mesmo aquele que vive e sente estes problemas) está "amarrado" pela inoperância de dispositivos legislativos e/ou pela incapacidade financeira de que (não) dispõe para as participações a fundo perdido que a maioria dos programas existentes obrigam.

Foi com o objectivo de combater esta situação, fomentar e promover a recuperação patrimonial de prédios devolutos degradados situados em centros históricos e antigos de aglomerados urbanos que o PCP entregou esta semana um projecto de lei na Assembleia da República. Em síntese, o projecto de lei do PCP

cria a possibilidade dos Municípios: – poderem estabelecer a necessidade da realização de obras de recuperação em imóveis devolutos degradados situados nos seus centros e núcleos históricos e antigos;

– poderem realizar essas obras de recuperação, substituindo-se aos proprietários dos prédios devolutos nessa situação, sempre que estes não executarem as obras determinadas;

– acederem a empréstimos para a realização dessas obras de recuperação patrimonial em condições não oneráveis para a capacidade de endividamento municipal;

– serem ressarcidos, uma vez concluídas as obras, ou através do pagamento voluntário dos proprietários, ou através de um processo de execução fiscal simplificado e expedito, promovendo a venda dos prédios objecto de beneficiação;

– contribuir para o custo dessas obras apenas nos casos em que elas superem 70% do preço de alienação do prédio recuperado, por forma a garantir que o excedente (30%) reverta a favor dos proprietários dos prédios.

Com este projecto o PCP cria a possibilidade dos Municípios poderem intervir de forma mais eficaz na promoção da recuperação dos prédios devolutos degradados existentes nos seus territórios, utilizando mecanismos operativos mais eficientes e sem comprometerem meios financeiros que ou não dispõem ou não podem disponibilizar. Possibilidade que aliás corresponde a sentida e insistente aspiração veiculada pela generalidade das Autarquias

Com este projecto o PCP permite, por outro lado, que os proprietários sem capacidade económica para realizarem as obras nos respectivos prédios sejam compensados patrimonialmente através do pagamento em prestações dos custos e encargos das obras de recuperação, ou, em alternativa, com a receita/firme resultante de pelo menos 30% da venda do prédio recuperado.

Finalmente, com este projecto o PCP visa dar um contributo substancial para que haja mais e melhores condições objectivas para se proceder à recuperação patrimonial – cada vez mais inadiável – do edificado devoluto e degradado existente nos nossos centros urbanos históricos e antigos.



As medidas anunciadas pelo Governo continuam a ser alvo de generalizado repúdio

Orientações do Governo são ameaça  
ao futuro do serviço público

## Repúdio generalizado

«Um rude golpe contra a viabilidade de um serviço público de televisão coerente e efectivo», assim encara o Grupo Parlamentar do PCP as mais recentes orientações que têm vindo a ser adoptadas pelo Governo em matéria de RTP e de audiovisual.

O tema voltou a estar em debate na semana transacta em interperação ao Executivo da iniciativa do BE. O deputado Bruno Dias, falando em nome do PCP, acusou mesmo o Governo de estar a tentar «delapidar» o serviço público de televisão «no momento e na medida dos sinais de alarme» dados pelos operadores privados em Portugal.

líder da bancada do PS, António Costa, acabou por reconhecer ao admitir que «o PS falhou na sua política audiovisual».

### O Governo quer delapidar o serviço público de televisão

Não se ficaram, porém, por aqui as críticas ao comportamento do Governo feitas pela bancada comunista, que não aceita que se pretenda ocultar que os problemas estruturais da RTP resultam directamente das opções políticas e têm antecedentes que remontam aos governos PSD.

Foi durante o consulado cavaquista, onde pontificaram figuras que hoje estão de novo na ribalta, como lembrou Bruno Dias, que foi posto termo à taxa de televisão, sem qualquer contrapartida financeira para a RTP, ou que foi tomada a decisão de a expropriar da sua rede de transporte e difusão de sinal.

Claro está que os governos PS não só não resolveram o problema estrutural como até o agravaram em alguns aspectos, como tratou também de sublinhar o deputado do PCP. Uma realidade incontestável que o

Mas o que agora está verdadeiramente em causa vai muito para além da «possibilidade ou não do saneamento financeiro da RTP e da garantia de condições para a prestação efectiva do serviço público de televisão».

Desmontando o essencial dos argumentos do Governo – a ideia de supressão de um canal como condição para superar os actuais problemas – Bruno Dias afirmou que a «única conclusão a que se pode chegar é que,

nesta fase crítica do mercado publicitário, o que está em causa é a neutralização da ameaça – ou obstáculo – que a RTP possa representar para os canais privados em Portugal». «E isto é que é grave», concluiu, considerando que essa opção do Executivo é «inaceitável».

As suspeitas levantadas pela oposição quanto à existência de um «telenegócio» na extinção de um canal foram, de resto, um dos aspectos que ficou a marcar a interperação, no decorrer da qual foi ainda nítido o propósito do PSD de responsabilizar o PS pela má gestão na RTP.

Mas verdadeiramente importante, para a bancada comunista, é que a RTP tenha «o seu projecto próprio, reestruturado, assente nos dois principais canais de serviço público, com uma rigorosa imputação de custos e com uma justa definição das indemnizações compensatórias – que o Estado tem de pagar atempadamente».

## Comissão sem crédito

O Governo anunciou no decurso da interperação a constituição de uma alegada Comissão Independente para discutir qual deve ser o papel e modelo do serviço público. As reacções, provenientes dos partidos da oposição, não se fizeram esperar, todas elas pondo em causa no fundamental a isenção daquele órgão.

Entendendo que a comissão só vai «dizer o que o ministro quer ouvir», António Filipe, em nome da bancada comunista, sublinhou oportunamente que do programa do Governo não se depreende qual é afinal a sua vontade em relação ao futuro do canal a extinguir.

Luís Fazenda, do BE, por seu turno, afirmou que a comissão presidida por Helena Vaz Silva é uma «cortina de fumo», porquanto, disse, a opinião dos seus membros sobre o serviço público de televisão já é conhecida e não dá «margem de alteração» aos planos já anunciados pelo Governo.

## Caos na saúde em Setúbal

Num estado de avançada desorganização, a raia o estado caótico, assim se encontram os serviços de saúde no distrito de Setúbal. A essa conclusão chegaram os deputados comunistas por aquele círculo eleitoral, quer pelos contactos que têm vindo a efectuar com as populações quer pela constatação directa no exercício normal da sua actividade enquanto eleitos.

A situação, por si considerada «inquietante», motivou já, inclusive, uma diligência junto do Governo, através de requerimento, onde indagam sobre as medidas concretas que aquele pensa adoptar no sentido de superar os actuais problemas.

No texto, subscrito por Jerónimo de Sousa, Odete Santos e Bruno Dias, são enumeradas várias situações que testemunham bem as difi-

culdades com que as populações são confrontadas para acederem aos cuidados de saúde a que têm direito.

É o caso, por exemplo, do encerramento dos centros de saúde às 22 horas, o que obriga os utentes a recorrerem às urgências hospitalares de Setúbal e Almada, com o que daí resulta de congestionamento destes serviços.

Inaceitável é também, por outro lado, o facto de os centros de saúde eventualmente abertos não terem equipamento suficiente para que os médicos possam atender os doentes.

Registe-se ainda que faltam cerca de 200 médicos de família, enquanto continua a proceder-se ao encerramento de hospitais sem que sejam oferecidas outras alternativas à população, como sucedeu com o Hospital de Alhos Vedros.





Debate mensal mostra que novas políticas afinal cheiram a bafio

# Travar ofensiva anti-social

O Governo está a seguir uma política errada e irresponsável. A prosseguir este rumo, em obediência ao Pacto de Estabilidade, há o risco de o País mergulhar numa recessão económica.

Esta uma ideia central deixada pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, faz amanhã oito dias, no primeiro debate mensal com o Primeiro-Ministro no Parlamento.

Debate onde foi evidente o propósito de Durão Barroso de inflectir ligeiramente a posição que marcou a acção governativa nos seus primeiros 45 dias em funções. Houve a tentativa de «emendar a mão», como bem observou Carlos Carvalhas, deixando para trás aquela que tem sido a tônica do discurso oficial

assente na dramatização das contas públicas e dos traços mais negativos da economia.

Em sua substituição, o chefe do Governo surgiu a anunciar um pacote de medidas para o relançamento da economia, entre as quais se incluem medidas de incentivo fiscal, de retoma de privatizações e de desburocratização. Todas elas, afirmou, destinadas a «aumentar a produtividade do País, reforçar a competitividade das empresas e ajudar a dinamizar a economia». «Um sinal de espe-



As orientações do Governo vão no sentido de impor o trabalho sem direitos e baixos salários

rança», assim as classificou ainda Durão Barroso.

Quem não acreditou na bondade de tais medidas foi a bancada do PCP. O aumento da produtividade não se obtém «com propaganda, com voluntarismos, com uma política de baixos salários, de injustiça social e de concentração de riqueza», sublinhou Carvalhas, antes de chamar igualmente a atenção para o facto de que não é possível mobilizar o País «com políticas neoliberais e com a marcha forçada para cumprir o Pacto de Estabilidade».

É que, explicou, «o trabalho sem direitos e os baixos salários estimulam a ineficiência, a desmotivação no trabalho e um investimento estrangeiro desvalorizado do tipo beduíno». Enquanto, ao contrário, a «pressão salarial, em termos realistas, é um factor que impulsiona a melhoria organizativa, tecnológica, os ganhos de produtividade de inovação e de valor acrescentado e um investimento estrangeiro mais qualificado», sustentou o dirigente comunista.

Ora, como é sabido, o Governo continua a preterir esta última opção e a

mais-valias bolsistas), bem como, noutra plano, as medidas anunciadas para a administração pública, «de forma cega e sem critério», visando atingir o emprego, os salários e os direitos de milhares de trabalhadores.

O mesmo se pode dizer no que respeita à Segurança Social, com as medidas anunciadas no sentido de alterar a Lei, que, no entender do PCP, representam uma «negociata de milhões» destinada a satisfazer a «gula das seguradoras privadas» e a colocar «na roleta da bolsa os descontos de gerações de trabalhadores».

Outra linha de ataque denunciada pela bancada comunista refere-se à área

## Sob o fogo do Governo

Se há um plano onde incidem de modo mais evidente os efeitos negativos das orientações do Governo ele é sem dúvida o da juventude. Bernardino Soares, presidente da bancada comunista, não hesitou mesmo em falar em «ataque cerrado aos direitos dos jovens portugueses».

Nas mais variadas áreas, desde o emprego à educação, são eles «um dos principais alvos» das políticas anti-sociais do Executivo PSD/PP.

O líder parlamentar comunista explicou porquê e deu exemplos. O Governo actua contra a juventude, desde logo, com a decisão de pôr fim ao crédito bonificado. «É uma medida sem justificação», no entender do PCP, que não aceita o argumento invocado pelo Governo de que há fraudes. «Então que se combatam as fraudes», rematou Bernardino Soares, que considerou igualmente desprovida de suporte a alegação de que a bonificação é desnecessária devido à descida das taxas de juro.

As anunciadas medidas em matéria de segurança social são também encaradas com a maior preocupação pelo PCP. «Trata-se de abrir a porta à privatização, impondo-a desde já aos mais jovens, para que ela seja regra no futuro», advertiu o líder da formação comunista, que acusou ainda o Governo de querer desde já pôr as contribuições destes jovens «ao serviço dos grandes interes-

ses económicos, hipotecando o seu futuro».

Como linhas de ataque aos interesses dos jovens, entre vários outros exemplos, foram ainda citados os entraves no acesso ao ensino (cessação do ensino nocturno e recorrente em muitas escolas), a precariedade nas relações laborais, a indefinição dos organismos vocacionados para o apoio e recuperação de toxicod dependentes e até as fortes restrições impostas ao rendimento mínimo garantido.

Não se pense, porém, com todas estas medidas, que estamos apenas perante um ataque aos jovens de hoje e aos seus direitos. A convicção de Bernardino Soares é de que «não se trata de uma infeliz coincidência de medidas negativas».

«O Governo aponta mais além», alertou, decifrando em seguida o significado que as mesmas encerram: «nas medidas que o Governo agora aplica aos jovens portugueses estão bem visíveis as regras que o Governo quer para o nosso País». E quais são? Introduzir, segundo o parlamentar do PCP, «profundos retrocessos sociais», como sejam: instituir a precariedade como regra, elitizar ainda mais o acesso ao ensino, impor a privatização da Segurança Social, atacar direitos laborais, assentando o crescimento económico «numa matriz de precariedade, baixa produtividade, baixos salários, produção desvalorizada».

## Em defesa dos emigrantes

Dar um contributo para a saída do impasse em que se encontra o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), eis, em síntese, o principal objectivo visado pelo PCP em projecto de lei de sua autoria entregue na semana transacta no Parlamento.

Trata-se de uma resposta alternativa à situação de bloqueio a que chegou o CCP, cujos existência e funcionamento têm sofrido vicissitudes várias, que chegaram mesmo ao ponto de não terem sido realizadas eleições para novo mandato em Abril do ano passado, como está regulamentadamente previsto.

A situação agravou-se

quando o governo do PS, a quem é imputada a exclusiva responsabilidade pela situação actual, decidiu, em total desrespeito pela Lei, adiar sine die as eleições que se deviam ter realizado em 25 de Novembro de 2001.

O projecto comunista, conforme sublinharam em conferência de imprensa os deputados comunistas Rodeia Machado e Luísa Mesquita, contempla igualmente algumas alterações à lei em vigor que correspondem a sugestões provenientes das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro.

Entregue na Mesa do Parlamento foi ainda um outro

projecto de lei onde é proposta a criação de «Órgãos Representativos dos Portugueses Residentes no Estrangeiro». Esta medida, segundo foi dito, justifica-se face à experiência atribulada do primeiro mandato do CCP e aos desajustamentos detectados entre a realidade e a lei vigente. Tidas igualmente em conta foram as muitas propostas de alteração subscritas pela própria comunidade emigrante, bem como, noutra plano, a necessidade de «encontrar uma solução duradoura assente numa representatividade o mais ampla possível».

## Acções do Benfica

Estava prevista para ontem a presença da ministra das Finanças na comissão de Economia. Aguardados com interesse eram os seus esclarecimentos sobre a aceitação pelo Governo de acções da SAD do Benfica como garantia de pagamento de uma dívida fiscal na ordem dos nove milhões de euros (cerca de 1,8 milhões de contos).

Esta questão foi suscitada no decurso do debate mensal, originando uma acesa troca de acusações entre o PS e o PSD sobre a paternidade da medida.

Com vista ao cabal esclarecimento do assunto, dado que o processo foi iniciado com o XIV governo, o PCP requereu já a realização de uma nova audição, desta feita com a presença do então secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Rogério Fernandes Ferreira.

privilegiar a primeira. O que significa que são sempre os mesmos a pagar a crise. E o que o Executivo tem já em curso ou está a preparar, «valendo-se das fragilidades e dos anteriores compromissos do PS com políticas desastrosas», segundo Carvalhas, é «uma ofensiva anti-social de grande envergadura» no sentido de «satisfazer as exigências dos grandes interesses».

Fundamentando o seu ponto de vista, Carlos Carvalhas lembrou, a propósito, a política fiscal (aumento do IVA e decisão que revogou a tributação das

laboral. Neste domínio, como foi dito, o Governo assumiu como prioridade «mutilar o trabalho com direitos, numa primeira fase através da alteração do contrato individual de trabalho, na exacta dimensão e conteúdo do que é reivindicado pelos sectores mais retrógrados».

Também o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, responsabilizou o executivo por uma eventual recessão económica, sustentando que a governação de Durão Barroso tem sido a «mais deprimente, trapaalhona e inconsistente de que há memória».

## Com início amanhã, na Covilhã Jornadas Parlamentares do PCP

A problemática da Segurança Social e dos direitos dos trabalhadores, com especial incidência nas indústrias têxteis, vai marcar as Jornadas Parlamentares do PCP, que amanhã têm início na Covilhã.

A sessão de abertura, agendada para as 12.00 horas, no Hotel Melia Confort, contará com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas. Prevista está também nesta sessão inaugural a intervenção de Bernardino Soares, presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

A tarde de sexta-feira será preenchida

com visitas a empresas do ramo têxtil, todas elas com mais de 500 trabalhadores, como são os casos de «Nova Penteação», «Carvest» e «Dialmar», onde os deputados comunistas desenvolverão contactos e reuniões com as respectivas administrações e com representantes dos trabalhadores. Da agenda consta igualmente um encontro com uma associação de reformados.

Na sessão de encerramento, no final da manhã de sábado, serão apresentadas aos jornalistas as conclusões das Jornadas.



Professores estão em luta contra política economicista

# Em defesa dos direitos e da qualidade

**Os professores estão em luta contra a política economicista do actual Governo. Amanhã irão participar na manifestação convocada pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública. Simultaneamente, por iniciativa da Fenprof, professores do ensino básico de todo o País concentram-se frente ao Ministério da Educação.**

«Podemos vir a defrontar-nos com uma política educativa marcadamente caracterizada por ditames economicistas, muito mais do que por objectivos que visem uma efectiva melhoria do sistema educativo», alerta a Federação Nacional dos Professores – Fenprof, na Resolução Político-Sindical divulgada na semana passada em Lisboa.

Os professores constataam que «ainda não surgiam medidas, na área da educação, que permitam reconhecer que se estão a dar passos positivos na melhoria da qualidade do ensino», mas, pelo contrário, temem que «a escola pública de qualidade esteja a ser ameaçada com decisões e anúncios de decisões cuja substância pública é a da poupança».

## Os pobres que paguem a crise

«Todas as medidas que o Governo tem tomado e vem anunciando só agravam a situação social», lembra a Fenprof, que refere as medidas de contenção salarial e os cortes nas despesas das políticas sociais, nomeadamente na área do ensino.

Medidas que revelam de forma particularmente clara o seu sentido de classe, na política fiscal que está a ser implementada. Com a revogação da tributação sobre as mais-valias no mesmo momento em que aumentava os impostos, o Governo mostrou, com clareza, «a sua opção fiscal a favor de uma minoria que ganha com a especulação bolsista – que usando e abusando de inqualificáveis manipulações se subtrai ao pagamento de impostos sobre a riqueza e o património – e contra a maioria da população que são os consumidores que pagam o IVA, principalmente contra aqueles de baixos rendimentos que vêm quase tudo o que ganham ser absorvido pelas obrigatórias despesas quotidianas».

Sublinhando que estamos perante «um sistema fiscal que se torna ainda mais injusto do ponto de vista social», a Federação de professores lembra que «a fraude e a evasão fiscais são avaliadas em 7% do PIB» enquanto o défice público «não atinge os 3% do produto interno bruto».

## Todas as medidas do Governo só agravam a situação social

Neste quadro, «de desenvolvimento de uma desastrosa política de direita», os trabalhadores da Administração Pública, incluindo educadores e professores, vêem-se a braços com «uma situação socioprofissional extremamente preocupante que está a causar, em muitas escolas, climas de incontornável angústia».

## Do básico ao superior

As decisões do ME afectam todos os sectores de ensino, do pré-escolar ao superior.

No que respeita ao ensino superior, a resolução do Conselho de Ministros sobre redução do número de trabalhadores da Administração Pública, poderá pôr em risco o funcionamento de diversas instituições «cuja actividade assenta maioritariamente em pessoal com contratos administrativos de provimento, para suprir necessidades permanentes».

Por acréscimo, no caso específico do ensino superior, tal resolução violaria as leis de autonomia e da flexibilização da gestão, os direitos consagrados nos estatutos das carreiras e inviabilizaria programas de formação do corpo docente, bloqueando ainda as já muito reduzidas oportunidades de promoção nas carreiras.

Nos últimos dias o ministro da Educação anunciou medidas como o encerramento de todas as escolas do 1.º ciclo com menos de 10 alunos, o que envolve mais de 3000 estabelecimentos de ensino, milhares de crianças e professores. Sem tão-pouco

dialogar com as respectivas comunidades educativas, tem vindo a encerrar cursos de ensino recorrente e mesmo escolas secundárias, na área da Grande Lisboa.

Situações que podem lançar no desemprego os professores contratados e criar situações de grande instabilidade mesmo para os docentes já integrados.

Em relação à educação pré-escolar, ressalta do programa governamental a valorização das instituições privadas ou particulares de solidariedade social, em detrimento da rede pública. Ao arripio desta política economicista, a Fenprof defende que o necessário reordenamento da rede escolar e reestruturação de diversos serviços e organismos, seria uma boa oportunidade para o ME «constituir equipas educa-

## Manifestação

Mais de 300 professores contratados da zona da Grande Lisboa aprovaram, em plenário, a participação na manifestação da Administração Pública, a 7 de Junho, contra a precariedade de emprego.

Organizado pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, o plenário aprovou ainda a realização de uma acção de sensibilização dos professores nas escolas e ainda junto da opinião pública.

Na manhã de dia 7, a partir das 11.00 horas, professores do ensino básico de todo o país vão concentrar-se frente ao Ministério da Educação.

Nesta concentração será traçado um quadro da situação do 1.º ciclo do ensino básico e divulgadas as propostas da Fenprof para este ciclo da escolaridade básica.



tivas no 1.º ciclo do ensino básico, criar melhores condições de trabalho nas escolas e para que fosse possível a organização de actividades de complemento curricular, entre outras, em todas as escolas públicas». Neste quadro, a Fenprof exige negociar «todas as medidas de política educativa e de incidência socioprofissional». Uma negociação «orientada decisivamente pela melhoria do sistema educativo, pela expansão de uma escola pública de qualidade para todos e pela dignificação social e profissional dos educadores e professores portugueses cujo estatuto jamais se poderá compagnar com a precariedade do emprego e com a insegurança profissional».

Simultaneamente irá proceder-se à subscrição de mais postais dirigidos ao ME que, juntamente com os que já foram recolhidos em bancas instaladas em várias localidades do país, serão entregues no mesmo dia ao seu destinatário.

## Aula de cidadania

A realização de uma aula de cidadania frente ao Ministério da Educação foi mais uma forma de alunos, pais e professores da Secundária dos Anjos, protestarem contra o fecho deste estabelecimento de ensino de Lisboa. Além da aula de cidadania, realizada na tarde de terça-feira, a escola preparou também dois abaixo-assinados contra o encerramento do

estabelecimento. Um dos abaixo-assinados é dos moradores da zona com filhos em idade escolar e dos pais dos actuais alunos da escola. O outro é dos professores e pais dos alunos da escola primária dos Anjos que pretendiam colocar os filhos na escola secundária. Desde o dia 17 de Maio, altura em que o ministro da Educação anunciou o encerramento e fusão de várias escolas, o corpo escolar dos Anjos não tem parado de se manifestar e reunir com diversas entidades. Uma nova iniciativa já estava preparada para hoje - «o dia da escola aberta».

## Região Centro

«Contrariamente ao que tem sido afirmado pelo ministro da Educação, a resolução do Conselho de Ministros que proíbe a contratação de trabalhadores para a administração pública está a ser aplicada às escolas e aos professores e educadores», denuncia o Sindicato dos Professores da Região Centro. Como exemplo concretos, o Sindicato refere a não substituição normal de docentes, em situações de doença, em escolas do 1.º ciclo do concelho de Tarouca, o facto de a professora colocada em S. Cristóvão, concelho de Cinfães, não ter chegado a tomar posse por não haver autorização para a realização do contrato e, ainda, a não renovação do contrato com uma educadora contratada no Jardim de Infância de Moçamedes (Vouzela). Entretanto, e na sequência de protestos dos pais das crianças de S. Martinho de Órgens e do SPRC/Fenprof, a educadora que tinha visto cessar o seu contrato em 31 de Maio foi contactada para retomar o seu trabalho.

## CNA protesta

O encerramento de escolas do 1.º ciclo do ensino básico com menos de dez alunos «é mais uma ameaça que, no essencial, recai sobre o mundo rural e, neste, sobre as famílias dos agricultores», considera a Confederação Nacional da Agricultura. A CNA manifesta-se assim contra esta medida que, salienta, «se vem juntar a outras medidas mais, todas impondo a redução de serviços públicos às populações rurais». A Confederação lembra que estas medidas agravam ainda as consequências «das más políticas agrícolas e de mercados que determinam a ruína da agricultura familiar».

Extinção do crédito bonificado

## Jovens são os mais atingidos

A extinção do crédito bonificado para a habitação constitui mais um ataque do Governo «contra os trabalhadores com baixos rendimentos, nomeadamente os jovens», sublinha o documento da União dos Sindicatos de Lisboa e da Interjovem, divulgado na iniciativa organizada na Praça do Comércio, dia 31 de Maio.

Esta medida do Governo atinge particularmente os jovens, refere o documento, que cita números oficiais. Na região de Lisboa, 68,5% dos

trabalhadores com contratos precários são jovens com menos de 35 anos. De acordo com um estudo elaborado pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade, 60% do total de trabalhadores com baixos salários são jovens.

Neste quadro, são muitos os jovens que «se vêm obrigados a recorrer ao crédito e ao duplo emprego para fazer face a encargos elevadíssimos com a habitação e ao constante aumento do custo de vida».

A retirada do crédito boni-

ficado significa, para muitos, «o fim da única possibilidade de terem uma casa própria».

Se a esta medida juntarmos o aumento do IVA, a contenção salarial, a anunciada alteração da legislação laboral, «não é difícil concluir as consequências da acção governativa: hipotecar o direito à construção de um presente e futuro condignos», afirma o documento sindical.

Face aos argumentos utilizados pelo Governo, que dra-

matiza o défice das contas públicas, os sindicatos lembram que uma outra política é possível, «não pela via de pôr sempre os mesmos a pagar mais, mas sim indo buscar dinheiro ao sítio certo». Ou seja, ao que não pagam impostos, aos que auferem elevados rendimentos e não os declaram, à tributação sobre as mais-valias provenientes da movimentação de capitais da bolsa, aos benefícios e benesses concedidos às empresas sem qualquer justificação, combatendo a

economia paralela «que já representa 20% do Produto Interno Bruto anual do país».

A USL/CGTP-IN e a Interjovem exigem, assim, a manutenção da bonificação ao crédito para habitação; medidas de fiscalização no que concerne aos apoios atribuídos pelo Estado; apoio às famílias mais carenciadas, desenvolvendo a habitação a preços controlados; políticas que incentivem a construção, pelos sectores público e cooperativo, de habitação social;

contratos-programa com privados que assegurem a construção de habitação a custo controlado e com renda limitada; incentivo à criação de cooperativas de habitação; definição de mecanismos de controlo que previnam a especulação imobiliária.

Por tudo isto, a USL e a Interjovem apelam aos trabalhadores a participarem na concentração que terá lugar, dia 20 de Junho, no Rossio, por Direitos, Salários, Justiça Social e Fiscal.





Debate no Porto

## Igualdade e saúde reprodutiva das mulheres

Por iniciativa da DORP do PCP, realizou-se no Salão Nobre da Universidade Fernando Pessoa, no Porto, um debate em que participou a deputada do PCP no Parlamento Europeu (PE), Ilda Figueiredo, relatora de uma proposta de Resolução do PE sobre a aplicação do programa para a igualdade de géneros (2001-2005), e Silvestrina Silva, da DORP do PCP.

Ilda Figueiredo apresentou os pontos fundamentais da sua proposta e referiu-se também ao debate realizado na Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de

Oportunidades, onde o seu relatório foi já aprovado, embora com algumas alterações lamentáveis, designadamente a que fazia referência aos conteúdos da nova proposta de Directiva que a Comissão Europeia se propõe apresentar brevemente em torno do artigo 13.º. Enquanto a deputada comunista defendia que a nova proposta incluisse temas como a saúde reprodutiva da mulher e a violência familiar e social contra as mulheres, na alteração proposta pelo PPE e que o PSE apoiou, estes dois assuntos, de grande importância para as mulheres, foram retirados.

No entanto, como reafirmou a deputada comunista, o seu relatório, que será discutido e votado na sessão plenária de Julho, em Estrasburgo, mantém aspectos muito positivos, de que se destaca a insistência na adaptação das directivas existentes, designadamente da Directiva 75/117, sobre a igualdade salarial, com o objectivo de garantir uma aplicação total

da legislação relativa à igualdade de remuneração; da Directiva 92/85 relativa à implementação das medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da

saúde das trabalhadoras grávidas, bem como das directivas relativas à aplicação dos princípios da igualdade de tratamento das mulheres e homens nos regimes legais e profissionais da segurança social.

Igualmente importante foi a aprovação da necessidade da Comissão elaborar um relatório de avaliação sobre o cumprimento das resoluções, recomendações e directivas já aprovadas relativas à igualdade incluindo também o acolhimento de crianças e a participação equilibrada das mulheres e dos homens na actividade profissional e na vida familiar.

### Um debate animado

Durante o animado debate que se seguiu, em que participaram mulheres ligadas a movimentos femininos e dirigentes sindicais, foram igualmente discutidas as propostas que deputadas portuguesas apresentaram relativamente ao relatório da deputada belga

Anne Van Lancker sobre direitos em matéria de saúde sexual e reprodutiva. Foram particularmente criticadas as propostas da deputada Regina Bastos, do PSD, que se inserem na mesma linha de retirar da votação do Parlamento Europeu propostas que visem tratar com dignidade a saúde sexual e reprodutiva da mulher, chegando ao cúmulo de pretender retirar do documento referências «às consequências de casos de gravidez não desejada, muitos dos quais redundam na realização de abortos de risco, que põem em perigo a saúde de muitas mulheres» ou suprimir a expressão que se refere à falta de «serviços de saúde especificamente vocacionados para a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes na maioria dos Estados-Membros».

Claro que esta tentativa de negar a realidade tem como objectivo manter a actual situação em Portugal, com uma lei injusta e indigna no que se refere à penalização das mulheres que recorram à interrupção voluntária de uma gravidez não desejada e não favorecer a criação de mais centros de planeamento familiar especialmente vocacionados para os jovens, esquecendo, como alertava o Dr. Albino Aroso, que é altamente preocupante o número de gravidezes nas adolescentes, em que Portugal mantém o segundo lugar na União Europeia.

Ilda Figueiredo e Silvestrina Silva manifestaram toda a disponibilidade do PCP para participar nas iniciativas que associações, sindicatos e outras organizações queiram realizar em torno desta temática.

tica de urbanismo e habitação com qualidade. O programa da CDU estabelece ainda um conjunto de medidas para a acção cultural, o desporto e os tempos livres, de par de propostas para resolver questões ligadas à educação e ensino, acção social, saúde e ambiente.

O programa contempla necessidades de diferentes extractos da população. Ensino e tempos livres para as crianças. A criação de um Conselho Consultivo da

Juventude. Uma política de apoio aos idosos e reformados.

A lista junta candidatos com larga experiência autárquica e associativa, e jovens «com grande criatividade e uma enorme vontade de contribuir para o desenvolvimento de Avintes.

São cabeças de lista Manuel Pereira dos Santos, empregado de escritório, candidato proposto pelo PCP, e Manuel António Silva Freitas, médico, candidato independente.

## Ainda estamos a tempo de arrepiar caminho

• José Martins

Aos poderes instituídos e aos media, ocupados e entretidos com os *fait divers*, tem escapado uma realidade preocupante que assola o quotidiano dos portugueses — o crescimento galopante de empresas legais e ilegais que se dedicam a todo o tipo de actividades ligadas à segurança privada.

Um apontamento de raspão regista a actuação de 120 empresas legais ligadas a este sector e de muitas centenas de outras a funcionarem ilegalmente e sem quaisquer regras ou controlo e onde se perfilam perto de 50 mil homens.

Neste universo de confusão e caos pontificam os negócios altamente rentáveis da segurança, a par de um exército de trabalhadores mal remunerados e sem um quadro de direitos definido; e as actividades ilícitas da noite e mafiosas, as chamadas “funções delicadas” — cobranças difíceis e protecção pessoal, intimidação e chantagem, extorsão e agressão, espionagem industrial e comercial, etc.

É um mapa complexo, disforme e nebuloso sobre a realidade da segurança privada em Portugal e que não é dignificante, tanto para a profissão como para os trabalhadores que exercem a sua função com rigor e conscientemente e para a própria democracia.

Mas é uma evidência que os “corpos de segurança privados” invadiram os espaços do domínio público, usurpando responsabilidades até então exclusivas das Forças de Segurança públicas, em ostensiva violação da Constituição da República Portuguesa (CRP) e em afrontamento ao quadro de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Nas determinantes da proliferação de corpos de segurança, alguns paramilitares (basta olhar para o uniforme), e na invasão do domínio público, (diga-se) consentida pelos poderes públicos (leia-se governos), estão factores como: a propositada e criminosa deformação e degradação dos serviços públicos de segurança tornado-os inoperantes; a aceleração dos factores de instabilidade e de insegurança em resultado da “nova” (velha) ordem mundial imperialista, agravados após o 11 de Setembro e toda a pletera securitária daí decorrente; o facto de no “comando e aconselhamento” de parte significativa deste sector estarem antigos e recentes oficiais das Forças Armadas e das Polícias e dos jogos de influência que sustentam; a segurança privada olhada como mercadoria e negócio altamente

rentável; a inoperância de um Conselho de Segurança Privada e da burocrática e ineficaz fiscalização e controlo; e, por fim, a pretérita e presente alienação do Estado face às suas responsabilidades na segurança pública.

A esta plêiade de razões, e como consequência, há que adicionar a implementação de leis, decretos e portarias, que foram deliberadamente criadas para escancarar as portas da segurança pública a interesses privados e que tiveram acolhimento em sectores das forças de segurança e do Estado. Não obstante ser por de mais evidente que ao alargar-se o campo da segurança privada, está-se automaticamente a restringir o da segurança pública.

Mas os descarrilamentos não se ficam por aqui! Os negócios da segurança privada vão-se misturar com os do futebol. Os estádios de futebol vão passar à condição de laboratórios e os espectadores do desporto-rei vão ser as cobaias das experiências do sistema inglês — o *stewarding* (segurança privada para a gestão e controlo de multidões em recintos desportivos).

Há também que fazer o registo das polícias municipais, geridas e comandadas por auto-intitulados “chefes de polícia”, e que estão a ser empurradas para actuações no domínio público, extravasando os limites das suas competências. A segurança privada em Portugal continua imparável... e descontrolada.

Não existe, neste sector, uniformidade de critérios e procedimentos, nem formação técnico-profissional, nem dignificação e fiscalização dignas destes nomes.

É urgente cumprir com os imperativos constitucionais. Só às Forças de Segurança públicas é permitido actuar na delicada área dos direitos dos cidadãos, do uso legitimado da força, da manutenção da segurança e ordem nos espaços públicos, onde devem ser incluídos, obrigatoriamente, os estádios de futebol.

Que o quadro existente é perigoso, parece não haver dúvidas! Mas será preciso ir tão longe a leviandade dos poderes públicos para que haja a demonstração prática dos perigos através de uma tragédia?

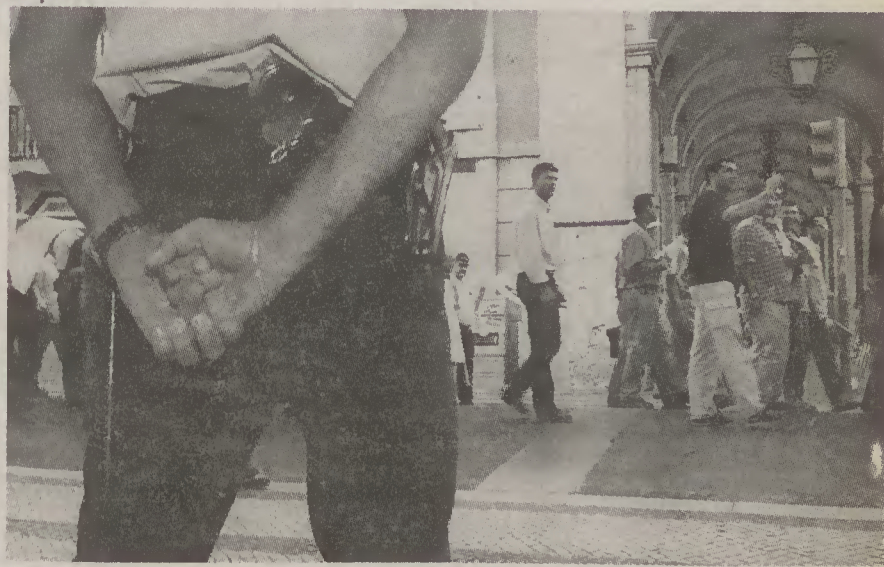
Que as instituições e os poderes instituídos tomem consciência dos perigos que este caminho comporta para o regime democrático e para os direitos dos cidadãos.

Ainda estamos a tempo de arrepiar caminho!

## Avintes vai a votos

Avintes vai a votos no próximo dia 23 de Junho. Uma eleição intercalar para a Assembleia de Freguesia, na sequência da renúncia do PS que «não quis partilhar a gestão da autarquia com as outras forças políticas».

Em comunicado de imprensa divulgado no passado dia 25 de Maio, quando da apresentação dos seus candidatos, a CDU apresentou um programa com propostas concretas em várias áreas, da melhoria da rede viária, trânsito e transportes, a uma polí-





## Confederação Nacional da Agricultura denuncia problemas dos produtores portugueses

# Pelo direito de produzir

**A** situação da agricultura portuguesa é grave. É urgente adequar as medidas e os programas à realidade e apoiar a agricultura familiar, tão característica de Portugal. A Confederação Nacional da Agricultura faz o diagnóstico, alerta para os problemas e propõe algumas soluções.

É difícil resumir os problemas da agricultura portuguesa, simplesmente porque são muitos e têm vindo a agravar-se nos últimos anos. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) enviou recentemente uma análise da situação ao ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural

e das Pescas em que considera prioritárias medidas no sentido de desburocratizar, simplificar e adequar normas, procedimentos e dotações financeiras. Isto «para bem da agricultura portuguesa, dos agricultores (nomeadamente os pequenos e médios e a agricultura familiar) e do mundo rural».

### Análise negativa

O primeiro aspecto denunciado pela CNA é o facto de os agricultores portugueses estarem com problemas de escoamento de certos produtos, entre eles o vinho, o azeite e a carne. Os preços de produção mantêm-se baixos, enquanto as importações não são controladas eficazmente. Pouco depois do aumento do IVA de cinco para 12 por cento no preço do vinho e das máquinas agrícolas, foi aumentado o valor do gasóleo agrícola três céntimos por litro. Os agricultores queixam-se

que os problemas de sanidade animal continuam por resolver e que o sector da produção de leite está ameaçado por penalizações. Isto porque os produtores nacionais ultrapassam as quotas decididas pela União Europeia. Milhares de explorações leiteiras familiares estão a desaparecer por todo o País, enquanto se assiste à concentração da produção na zona litoral. A CNA está preocupada como endividamento dos agricultores e de muitas cooperativas e afirma que são poucos os investimentos produtivos. Por outro lado, as prestações mensais dos pequenos e médios agricultores para a segurança social são muito altas. Em muitos casos, o nível contributivo ultrapassa os rendimentos da produção. Quanto à Casa do Douro, a confederação afirma que é urgente que o Governo assuma os compromissos

### Desequilíbrios

Há uma política errada de afectação de verbas, acusa a CNA. Esta situação traz «evidentes prejuízos para a agricultura familiar (dada a escassez de meios financeiros), mas dá generosos apoios à manutenção do restolho e à conservação de palha no solo. Na opinião da confederação, o alargamento do acesso às indemnizações compensatórias até aos 500 hectares «significa ainda mais dinheiro para os grandes proprietários». A política agrícola não está adequada à realidade nacional e é gritante a falta de instrumentos complementares, denuncia a CNA, sublinhando a necessidade de existir um «banco de terras» para apoio à reforma antecipada.

### Demasiada burocracia

A CNA considera que o regime simplificado de ajudas aos pequenos agricultores deve ser alargado até aos 2500 euros, em vez dos actuais 1250 euros. O objectivo é «libertar mais uns milhares de agricultores da excessiva carga burocrática». Por outro lado, defende a criação de uma «ajuda-base à exploração» na ordem dos 2500 euros por ano e por casal de agricultores a título principal. Para os agricultores a título não principal, a ajuda deverá ter 60 por cento desse valor. «A verdadeira alternativa à difícil situação da agricultura familiar e do mundo rural passa por um outro sistema em que o trabalho produtivo dos agricultores seja justa e essencialmente remunerado pelos preços à produção», defende a CNA. No entanto, a situação actualmente vivida na agricultura e as perspectivas futuras impõem a adopção de medidas especiais de apoio com fim a garantir a actividade produtiva de milhares de agricultores. «Trata-se de valorizar economicamente a multifuncionalidade e a importância social das explorações agro-familiares de tipo familiar», explica a confederação.

## Programa do Governo É preciso uma terapia adequada

A CNA diz que o diagnóstico que o programa do Governo apresenta sobre a situação da agricultura portuguesa corresponde, na maioria dos casos, à realidade. Aliás, grande parte dos problemas apontados tem sido denunciada pela confederação nos últimos anos.

Mas os agricultores dizem que não basta fazer um diagnóstico correcto. É preciso sobretudo «uma terapia adequada e justa», que defenda a agricultura portuguesa, sobretudo a familiar. A CNA apresenta uma lista de elementos presentes no programa do Governo de que discorda. Um deles é a ausência de propostas para acabar com as medidas e intervenções desajustadas, bem como o desperdício de meios, dando como exemplo os apoios à manutenção de palha no solo e à conservação do restolho.

Outro é a ausência de referências claras à desburocratização, simplificação e cumprimento de prazos de pagamento das candidaturas a subsídios. A confederação contesta a não aplicação de mecanismos «arbitrários» de modelação das ajudas, numa base não comunitária. «Por que não, então, o Governo exigir nas instâncias europeias a aplicação obrigatória da modulação e do plafonamento para todos os estados-membros?», questionam os agricultores. Outro problema apontado é o facto de o Governo não abordar a revisão da Política Agrícola Comum (PAC), de forma a alterar profundamente o FEOGA, proporcionando maior ajuda à produção de fruta, produtos hortícolas e vinha, que estipule apoios ao associativismo agrícola e aos agrupamentos de produtores e que crie uma organização comum de mercado para a batata. A CNA contesta ainda a falta de disposição do executivo de Durão

Barroso de proporcionar direitos iguais aos agricultores portugueses nas ajudas da União Europeia à reforma antecipada e no campo agro-ambiental.

### O que há ainda a fazer

Há questões que estão esquecidas, diz a CNA, como a reciclagem de conhecimentos dos agricultores em culturas de regadio e uso de água, os apoios ao emparcelamento rural, a sanidade animal, a segurança social da agricultura familiar, a importância da barragem do Alqueva e o papel na política florestal das associações de compartes e dos secretariados de baldios. A CNA classifica como positivas algumas questões enunciadas pelo Governo, sublinhando, no entanto, que é necessário implementá-las. Entre elas está o pagamento compensatório em função das produtividades médias europeias, e não em função das médias históricas nacionais, como acontece actualmente. Este sistema tem penalizado os agricultores portugueses e faz com que, no nosso país, se recebam menos ajudas por hectare, por exploração e por unidade de trabalho. Outras medidas enunciadas são há muito exigidas pelos agricultores. É o caso da valorização da multifuncionalidade, a aplicação de um factor de diferenciação para proteger os pequenos agricultores e a protecção do ambiente, da qualidade dos produtos e da segurança alimentar. Mais há mais: a reforma profunda na estrutura e funcionamento do Ministério da Agricultura, a criação de um Seguro Agrícola Universal no âmbito da União Europeia e a repartição do território em zonas de diferente grau de fragilidade socioeconómica para a aplicação de uma grelha diferenciada de apoios.



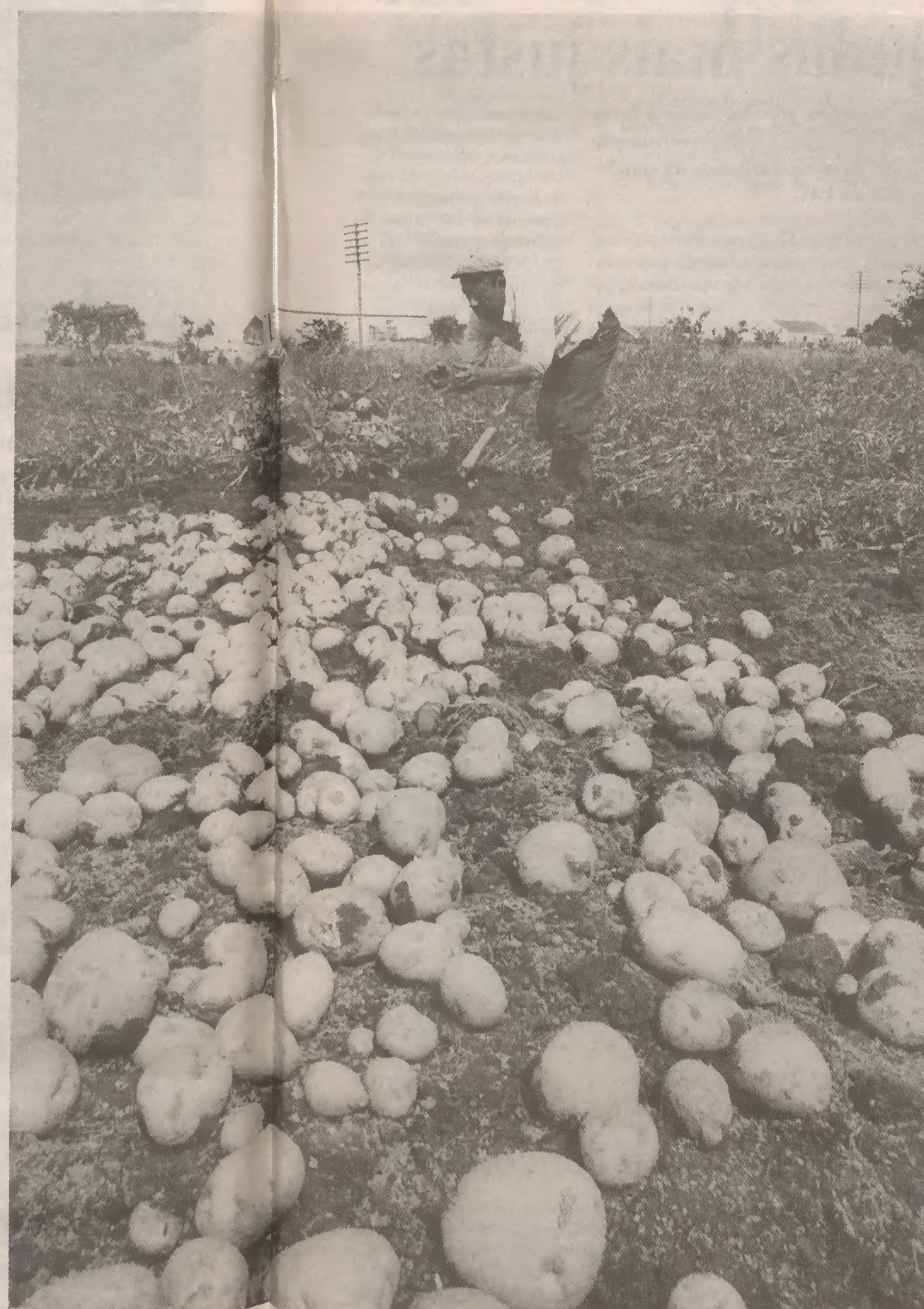
União Europeia

## Salvaguardar a agricultura familiar e aumentar quotas de produção

Uma das principais reivindicações da CNA é a mudança da Política Agrícola Comum (PAC). O objectivo é manter as ajudas ligadas à produção, diminuir as assimetrias, pagar o preço justo aos produtores e produzir com qualidade e segurança. Mas é também necessário preservar o ambiente, combater a desertificação e o êxodo rural, aumentar o grau de auto-provisionamento e salvaguardar os direitos da agricultura familiar em geral e da portuguesa em particular.

O alargamento da União Europeia preocupa os agricultores. «Reclamamos que as negociações relativas ao alargamento tenham em consideração e não prejudiquem

os actuais estados-membros menos desenvolvidos.» É necessário também aumentar as quotas os direitos de produção de Portugal. Também nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) é necessário defender os interesses do sector agrícola, nomeadamente da agricultura familiar. «Nestas negociações, o Governo português deve aplicar as «cláusulas de salvaguarda» já previstas e pugnar pela criação de outras, sempre de forma a proteger a produção e os mercados nacionais. Em termos estratégicos, interessa caminhar para a retirada da agricultura e dos bens agro-alimentares do âmbito da OMC», defende a CNA.







## A Política Comum de Pescas

• Ilda Figueiredo

O Comissário Fischler apresentou, na passada semana, a proposta de revisão da Política Comum de Pescas (PCP). Esta autêntica declaração de guerra ao estratégico sector das pescas, sobretudo dos países do sul, surgiu depois de diversos adiamentos e de muitas peripécias em torno de interesses poderosos do grupo económico dos países do norte da União Europeia. Aliás, o tema do adiamento e das suas consequências foi objecto de debate e o conteúdo da proposta foi duramente criticado pela generalidade dos deputados dos países do sul, enquanto diversos do norte o apoiaram, dado que as reduções brutais apenas afectam a pesca tradicional do sul e não a pesca industrial do norte nem a autêntica delapidação de recursos pesqueiros que grandes embarcações do Japão e outros países vão praticando nas águas internacionais, cada vez mais próximos da costa europeia. A pretexto de questões ambientais e de defesa dos recursos, e apontando escassez de peixe, o que, na generalidade dos casos, não é suportado por estudos científicos profundos, exageram-se posições, como fez a Comissária do Ambiente, Margot Wallstrom, numa intervenção em 21 de Maio, afirmando que para algumas espécies de peixes da União Europeia a pesca deveria ser reduzida em 30 a 60 por cento de forma a manter stocks viáveis.

Assim, enquanto se vai reduzindo significativamente a previsão de verbas para a investigação afecta à área das pescas no próximo programa comunitário plurianual para a investigação, a Comissária do Ambiente, a pretexto da defesa dos recursos, defendeu uma grande redução das embarcações, criticou o apoio à construção de novos barcos e defendeu a canalização dessas verbas para outros sectores de actividade, para apoiar as zonas afectadas por tais medidas drásticas. Foi uma autêntica declaração de guerra ao sector das pescas, antecipando a apresentação da proposta pelo Comissário Fischler, que é inaceitável para Portugal, pois, além de querer abater ainda mais 287 barcos portugueses e reduzir em cerca de 12 mil a arqueação bruta, suprime as ajudas ao investimento em novos barcos, quando o nosso país é o que tem a frota mais débil, na medida em que 40% das suas embarcações têm mais de 25 anos, e foi aquele que já mais reduziu a sua capacidade de pesca no cumprimento dos POP, ultrapassando as metas em 30 a 40 por cento, ao contrário de outros Estados-Membros.

### Emprego ameaçado

Desde a elaboração do chamado Livro Verde, pairam sobre o sector inúmeras nuvens escuras, esquecendo que o objectivo fundamental da Política Comum de Pescas é equilibrar a viabilidade de um sector económico estratégico para a União Europeia, sector esse que contribui para assegurar o abastecimento alimentar e desempenha um papel vital para o emprego e a coesão económica e social das regiões periféricas e litorais da União.

Por outro lado, como ficou claro durante as audições em torno do Livro Verde, as comunidades dependentes da pesca deparam com problemas socioeconómicos graves e a missão prioritária da PCP deve ser promover as oportunidades de emprego para os profissionais do sector da pesca, incluindo a pesca costeira, que representa três quartas partes dos pescadores da União Europeia, garantindo-lhes, igualmente, condições de trabalho equiparáveis aos profissionais de outros sectores produtivos, o que actualmente não acontece em muitos lados, designadamente em Portugal. Desde a adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, a quantidade de peixe capturado diminuiu em mais de 40%, o que também se reflectiu na diminuição do número de pescadores e contribuiu para uma quebra superior a 60% da capacidade de produção da indústria conserveira. Actualmente, várias das empresas de conservas que ainda resistem já só utilizam para a sua produção de conservas, pelo menos durante parte do ano, peixe importado de diferentes países como Marrocos, Peru e Equador. Entretanto, como Portugal é o maior consumidor de peixe *per capita* da Europa, importamos cerca de dois terços do pescado que consumimos e usamos na indústria, num valor que já ultrapassa os 200 milhões de contos anuais, com consequências desastrosas para a balança comercial e para os objectivos de controlo da inflação. As instituições comunitárias, designadamente a Comissão e o Conselho, não podem fazer tábua rasa das posições das organizações do sector das pescas durante o debate em torno do Livro Verde. Nas suas posições há linhas comuns que são essenciais para defender uma política comum de pescas que tenha em conta as especificidades regionais, como também ficou claro no debate que o PCP promoveu no passado dia 25 de Maio em Lisboa.

Política Agrícola Comum deve garantir desenvolvimento rural e segurança alimentar

## Ajudas mais justas

O Parlamento Europeu pronunciou-se a favor do aumento das verbas para o desenvolvimento do mundo rural e da obrigatoriedade da «modulação» das ajudas da PAC.

Com a revisão intercalar da Política Agrícola Comum (PAC), prevista no âmbito da Agenda 2000 para o próximo dia 10 de Julho, o Parlamento Europeu discutiu e aprovou na passada semana duas resoluções que contêm alguns aspectos positivos.

**A PAC deverá ter em contra o carácter multifuncional da agricultura**

Ambos insistem que a PAC terá de responder às expectativas em matéria de qualidade e de segurança os produtos alimentares, de protecção do ambiente, bem como da preservação da paisagem, das pequenas comunidades e das pequenas explorações. Ou seja, ter em conta o carácter multifuncional da agricultura e não apenas a grande produção.

Porém, como referiu a deputada Ilda Figueiredo, é negativo que insistam no co-financiamento obrigatório pelos estados-membros ou na necessidade de dissociar as ajudas da produção a partir de 2006.

A resolução apresentada pelo italiano Francesco

Fiori, que o PCP votou contra exactamente pela razão atrás referida, defende, por outro lado, que a «modulação» das ajudas se torne obrigatória, medida igualmente sustentada pela espanhola Maria R o d r i g u e z Ramos, e que os comunistas portugueses consideram essencial para incrementar os apoios aos pequenos e médios agricultores e para a agricultura familiar.

Na sua declaração de voto, Ilda Figueiredo consi-

derou o relatório de Rodriguez Ramos «globalmente positivo», salientando que a relatora incluiu no texto final uma proposta do PCP que prevê a criação de apoios para a comercialização de produtos de qualidade e para o desenvolvimento dos mercados locais e regionais.

Ilda Figueiredo defendeu ainda que a «modulação» se deve fazer ao nível da comunidade, com o plafonamento das ajudas e com a possibilidade de incrementar os apoios à pequena agricultura, «pois só assim se pode reequilibrar as ajudas da PAC entre países, produtores e produções, o que é fundamental o para combater as injustiças que se vivem, designadamente em Portugal».



### Sector automóvel

## «Abertura» favorece concentração

Vinte por cento dos concessionários desaparecerão em toda a Europa em consequência do novo regulamento que a Comissão Europeia se prepara para aplicar ao sector automóvel já a partir de 22 de Setembro, com um período de transição de apenas um ano.

O alerta foi feito na passada semana por Ilda Figueiredo durante a votação de um relatório do Parlamento Europeu sobre liberalização do sector. A deputada do PCP salientou que até ao presente, estando isenta da política de concorrência, «a indústria automóvel tinha um grande controlo sobre o seu mercado através de acordos exclusivos (concessionários), distribuição exclusiva de peças de origem e garantia de reparações. Com a abertura do

sector à concorrência, vai ser possível que, por exemplo, grandes superfícies vendam carros, concessionários vendam várias marcas e que haja a obrigatoriedade de fornecer dados técnicos a outros produtores de peças e oficinas para que estes possam produzir e reparar em concorrência».

Ilda Figueiredo reconhece que «assim, um consumidor poderá ganhar com preços menores tal como alguns concessionários e alguma distribuição, mas os concessionários mais pequenos, sem exclusividade, poderão não ter perspectivas de negócio e haverá tendência para maior concentração do número de concessionários». A deputada calcula que um quinto destes poderão desaparecer com graves consequências em termos de emprego.

## Deputados condenam extinção do Conselho de Desenvolvimento

A extinção do Conselho de Desenvolvimento da União Europeia, que poderá ser anunciada já na próxima cimeira de Sevilha, em 21 de Junho, foi fortemente criticada pelos deputados de todos os grupos políticos do Parlamento Europeu.

A proposta, feita pela actual presidência espanhola, é considerada grave uma vez que traduz uma diminuição da importância das questões da cooperação e do desenvolvimento no seio da União Europeia.

Numa carta enviada na passada semana ao secretário-geral do Conselho, Javier Solana, o presidente da Comissão de Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, sublinha que qualquer das duas soluções previstas – a criação de um Conselho de Relações Exteriores ou a integração da política de desenvolvimento no Conselho de Assuntos Gerais – representa um sinal negativo num momento em que, com a

Conferência de Monterrey e a Cimeira de Joanesburgo sobre o desenvolvimento durável, «se criaram esperanças em torno da redefinição de uma nova política de desenvolvimento».

A missiva do deputado do PCP convida ainda Solana a participar numa reunião da Comissão do PE, no próximo dia 10 de Junho, com vista a serem confrontados os diferentes pontos de vista sobre as consequências da decisão.



## Portugueses a leste da Europa

Os portugueses são os que menos informação possuem sobre matérias europeias, segundo conclui um estudo da Comissão Europeia, realizado em Janeiro deste ano a 15.926 cidadãos, dos quais mil portugueses. Entre as razões apontadas para esta situação, surge o facto de o nosso país registar a maior percentagem de abandono escolar da UE (62 por cento deixam a escola antes dos 15 anos). Acresce que são os que menos procuram informar-se através da imprensa escrita (44 por cento dos portugueses admitem não ler qualquer jornal diário) e a rádio é também pouco procurada como fonte de informação. Em consequência, 75 por cento dos inquiridos lusos não foram capazes de apontar aspectos positivos ou negativos da UE. Os que responderam apontam o euro como o aspecto mais positivo, seguido do crescimento económico e dos fundos comunitários. O fim do escudo é apontado como o aspecto mais negativo. Quanto à questão do alargamento da União, os portugueses revelam também um grande desconhecimento em relação ao processo, o que não os impede de serem os seus maiores apoiantes. Portugal detém a mais alta percentagem de pessoas (64 por cento) que nunca ouviram falar do alargamento e 75 por cento não sabem nomear qualquer dos países candidatos.

## Imigrantes conquistam direitos

Os ministros do Emprego e Assuntos Sociais dos Quinze chegaram a acordo para estender os direitos sociais de que gozam os cidadãos comunitários aos estrangeiros que residem legalmente num país europeu. O regulamento, acordado na segunda-feira no Luxemburgo, destina-se a eliminar a discriminação de que são alvo os cidadãos de países terceiros que actualmente não podem beneficiar dos seus direitos de segurança social quando se deslocam para outro estado-membro da União Europeia. Segundo a Comissão Europeia, a medida afecta 13 milhões de cidadãos não comunitários que residem no território da UE. A medida visa facilitar a integração destes cidadãos e ainda fomentar a sua mobilidade no interior do mercado interno dos Quinze. Os ministros chegaram ainda a acordo sobre um aumento da protecção dos trabalhadores expostos ao amianto, um produto muito utilizado na construção civil nos anos 60 e 70 que provoca certos tipos de cancro. A directiva (lei europeia) prevê regras de segurança e de controlo médico para os trabalhadores que ainda têm de contactar com aquele material no âmbito da sua remoção de edifícios antigos.

# Pescadores pagam políticas erradas O fracasso da Comissão

**A reforma da política de pescas, apresentada na terça-feira da passada semana em Bruxelas pelo Comissário Franz Fischler, provocou um coro de protestos entre os países do Sul.**

A Comissão pretende uma redução drástica do número de embarcações de pesca que operam nas águas territoriais da União Europeia, considerando que esta é a única solução para a escassez de muitas espécies de peixe. A ideia não agradou a vários países como Portugal, Espanha, Itália, França e Grécia, e gerou profundas divisões no seio da própria Comissão, com o espanhol Pedro Solbes, comissário dos Assuntos Económicos, a demonstrar oposição frontal ao projecto, isto depois de a sua compatriota Loyola de Palacio, vice-presidente da Comissão, o ter qualificado como uma «provocação». Num tom mais ameno foram as reservas manifestadas pelo comissário português, António Vitorino, o francês, Michael Barnier, e a grega Anna Diamantopoulou.

Na quarta-feira, 29 de Maio, foi a vez de, no Parlamento Europeu, os deputados dos países do sul lançarem duras críticas à proposta que, no entanto, recebeu o apoio dos estados-membros do norte, satisfeitos pelo facto de a redução do esforço de pesca não se aplicar à pesca industrial permitindo-lhes continuar a fazer grandes capturas para o fabrico de farinhas.

E nem a explicação dada por Franz Fischer, de que as espécies ameaçadas são as destinadas ao consumo humano e não as que são capturadas pelo pesca industrial, colheu grande aceitação. Assim como não convenceu o mea culpa do Comissário que iniciou a sua intervenção no hemiciclo reconhecendo que a Política Comum de Pescas falhou redondamente, razão pela qual se

torna urgente proceder a uma «verdadeira reforma».

O certo é que a escassez de recursos pesqueiros não é um problema novo e só facto de voltar à ordem do dia é prova suficiente de que a Comissão Europeia seguiu um caminho errado nas últimas duas décadas. Estranha-se assim a insistência na mesma direcção.

A questão é que essas políticas levaram o sector ao descalabro, como também reconhece o Comissário na análise da situação actual. Entre 1991 e 1998 perderam-se cerca de um quarto dos empregos directos, cerca de 66 mil, sendo abatida quase metade da frota de alguns países, entre os quais Portugal que, neste particular, até ultrapassou as metas comunitárias. Contudo nem todos os estados levaram à risca os objectivos da Comissão, os chamados Planos de Orientação Plurianuais (POP), registando-se grandes disparidades que até ao momento não mereceram qualquer sanção por parte do executivo comunitário.

## Reforma cega

Sem distinguir países prevaricadores dos que cumprem, a Comissão aplica por igual a sua receita ameaçando acabar de vez com o sector das pescas. Como sublinha a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo (ver texto ao lado), esta proposta «é uma verdadeira declaração de guerra ao sector», que penaliza particularmente países com frotas mais débeis e antiquadas como a portuguesa, cuja idade média ronda os 25 anos.

Pretendendo uma diminuição das capturas entre 30 a 60 por cento e a redução da frota em dez por cento (o que levará à destruição de mais 27 mil empregos), a Comissão proíbe a utilização de fundos comunitários para a construção ou modernização de embarcações, eliminando igualmente as ajudas às exportações de barcos para países terceiros e à criação de sociedades mistas. Os países que mesmo assim construíam novos navios devem compensá-los com a retirada de capacidade equivalente sem para tal contarem com ajuda económica. Os montantes libertados são orientados para

incentivos aos abates e para os programas sociais de apoio aos pescadores desempregados.

Cabe agora aos ministros europeus das pescas pronunciarem-se sobre o plano que lhes será formalmente entregue no próximo dia 11 de Junho, numa reunião que se prevê agitada, tanto mais que o governo espanhol já declarou que

a reforma colide com o tratado de adesão assinado em 1986 e que estabelecia o livre acesso às águas comunitárias.

A Espanha é a maior potência pesqueira da União Europeia com 68 mil pescadores e cerca de 18 mil embarcações, envolvendo ainda 400 mil empregos indirectos. Segue-se a França, que em 2000 tinha uma frota de perto de 8200 embarcações, que garantiam quase 23 mil postos de trabalho. A Grécia tinha recenseados 20.500 navios de pesca, em média com mais de 20 anos, e na sua maioria esmagadora dedicados à pesca costeira. Em certas regiões, dependem do sector directo ou indirectamente cerca de 40 por cento da população. Em Portugal, a pesca emprega cerca de 50 mil pessoas.

## Sem poder pescar, Portugal terá de aumentar as importações de peixe



A envelhecida frota pesqueira portuguesa será uma das mais afectadas pelas medidas anunciadas pelo executivo comunitário

## Tribunal de Justiça condena «acções de ouro»

O Tribunal de Justiça da UE condenou na terça-feira as legislações portuguesa e francesa relativas às «acções de ouro», mas aceitou a legislação belga nesta matéria.

Os juízes consideraram que de um modo geral a existência de «acções de ouro» que conferem direitos especiais aos Estados em empresas-chave «constituem uma excepção ao princípio da livre circulação de capitais» e só podem justificar-se «se o objectivo perseguido corresponder a um interesse geral ou estratégico e se as medidas adoptadas se basearem em critérios precisos, previamente conhecidos, que possam ser objecto de controlo jurídico e que não possam ser substituídas por medidas menos restritivas».

O Tribunal recorda que o Tratado da União «proíbe todas as restrições aos movimentos de capitais entre estados membros e entre estados membros e países terceiros».

No caso de Portugal, a Comissão Europeia denunciou em 1998 as disposições que limitam a participação estrangeira nos processos de privatização e estabelecem a obrigatoriedade de uma autorização prévia do ministro da Economia sempre que um investidor alcance o limite de 10 por cento do capital nas empresas privatizadas.

As medidas, que se aplicam a empresas nos sectores da banca, seguros, energético e transportes, apesar de o Estado português as ter justificado com a necessidade de proteger os interesses financeiros da Nação, foram declaradas ilegais pelo Tribunal que não aceitou as razões evocadas.

O processo francês foi igualmente desencadeado pela Comissão Europeia que criticou em 1999 um decreto-lei de 1993, o qual atribuiu ao Estado uma acção específica na sociedade Elf-Aquitaine, conferindo ao ministro da Economia o direito de aprovar previamente qualquer aquisição de títulos ou de direitos superior a um determinado limite de capital e de vetar a cedência ou penhora de activos.

Embora neste caso o Tribunal reconheça que o objectivo da França é garantir o abastecimento de produtos petrolíferos em caso de crise, o que, afirma, «responde a um interesse geral legítimo», as medidas em análise, segundo os juízes europeus «vão manifestamente além do que é necessário para alcançar o objectivo invocado».

Em sentido inverso vai a sentença aplicada à Bélgica na qual se salienta que tanto a justificação do objectivo perseguido (a manutenção de um abastecimento mínimo de gás numa situação de ameaça real e grave), como as medidas adoptadas com este fim «são compatíveis com os princípios fundamentais do direito comunitário».

Os decretos belgas em causa são referentes a 1994 e conferem ao Estado uma acção específica em duas sociedades de distribuição de gás que dá o direito ao ministro da Energia de opor-se «a posteriori» a qualquer transferência de instalações técnicas ou a decisões de gestão específicas e pontuais que afectem os activos das sociedades e ponham em risco o abastecimento de gás natural ao país.

## Desemprego em alta

A taxa de desemprego subiu em Abril uma décima no conjunto dos países da União Europeia, situando-se em 7,6 por cento, contra 7,5 por cento registados em Março.

No entanto, como destaca o Eurostat, nos últimos 12 meses as subidas relativas mais importantes registaram-se na Irlanda (de 3,7 para 4,4 %), na Áustria (de 3,4 para 4 %), no Luxemburgo (de 2 para 2,2 % e em Portugal (de 4 para 4,4 %).

O gabinete de estatística europeu calcula que o número de desempregados tenha atingido em Abril 11,5 milhões de pessoas na zona euro e 13,3 milhões nos 15 estados-membros.

No primeiro trimestre deste ano, na zona euro, o índice de desemprego dos homens subiu de 6,7 por cento para sete por cento, enquanto que o das mulheres aumentou de 9,8 por cento para dez por cento.

No conjunto dos Quinze os mesmo indicadores passaram respectivamente de 6,4 para 6,6 e de 8,7 para 8,8 por cento.

Os menores de 25 anos são os mais afectados pelo desemprego, representando 16,6 por cento na zona euro e 15,4 nos Quinze. Um ano antes, estes índices era de 16 por cento e 14,9 por cento respectivamente.

## Parlamento discute aborto

Um relatório que recomenda a legalização da interrupção voluntária da gravidez na União Europeia (UE) e o fim da criminalização de mulheres que tenham feito abortos ilegais foi debatido na terça-feira, na Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades do PE. O documento da responsabilidade da deputada socialista belga Anne Van Lancker, devia ter sido discutido no passado dia 21 de Maio, mas a polémica que levantou e o consequente elevado número de propostas de alteração (165), obrigaram a eurodeputada a tentar encontrar soluções de compromisso político com vista à sua na Comissão Parlamentar.

Entre as propostas que geraram mais polémica encontra-se a recomendação de que a «interrupção voluntária da gravidez seja legal, segura e universalmente acessível», bem como o apelo aos «governos dos estados-membros e dos países candidatos à adesão a absterem-se, em quaisquer circunstâncias, de agir judicialmente contra mulheres que tenham feito abortos ilegais».

Dependendo do resultado da votação, ainda desconhecido à hora do fecho desta secção, o relatório será submetido à apreciação numa das próximas sessões do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.



Atentados do 11 de Setembro servem de pretexto para a violação dos direitos humanos em todo o mundo

## Cruzada contra os direitos humanos

A Amnistia Internacional considera a guerra internacional contra o terrorismo o acontecimento mais violento do ano passado.

O Relatório Anual sobre os abusos dos Direitos Humanos, apresentado pela AI na passada semana, revela que persiste em 153 países o desrespeito pela vida e dignidade humanas, assim como pelos direitos económicos, culturais e sociais.

De acordo com o relatório desta organização, em 2001 ocorreram execuções extrajudiciais em 47 países, execuções judiciais em 27, «desaparecimentos» em 35 países, casos de tortura e maus tratos em 111 e prisioneiros políticos em pelo menos 56 países.

A Amnistia sustenta que tendo os terríveis acontecimentos de 11 de Setembro constituído um crime contra a humanidade, que chocou e mudou o mundo, também serviu de pretexto a alguns governos que se juntaram «à luta contra o terrorismo» para aumentar a repressão, enfraquecer a protecção dos direitos humanos e asfixiar divergências políticas.

«A universalidade dos direitos humanos enfrenta o maior desafio de sempre. Padrões duplos e selectividade estão a tornar-se a regra», afirmou Irene Khan, secretária-geral da Amnistia Internacional.

De acordo com o documento, alguns governos apressaram-se a aprovar legislação e outras medidas «antiterroristas» em nome da segurança. Entre as medidas, incluem-se a detenção indefinida sem julgamento, tribunais especiais que se fundamentam em provas secretas para emitir as suas sentenças, ou em restrições religiosas e culturais - às vezes dando origem a sistemas-sombra de justiça penal.

### EUA pouco humanos

Nos Estados Unidos, mais de 1200 pessoas foram presas no seguimen-

to da caça ao homem depois dos atentados de 11 de Setembro. A AI refere que «as detenções estiveram envolvidas em extremo secretismo», e denuncia o facto de os EUA e Canadá terem endurecido a sua legislação após os atentados, aumentando as preocupações em torno dos direitos humanos.

Os Estados Unidos aparecem ainda no relatório como

o único país do continente que efectuou execuções. «As 66 pessoas condenadas à morte nos EUA incluem alguns indivíduos com problemas mentais e um prisioneiro que tinha menos de 18 anos na altura do crime», refere a AI.

No continente americano a AI realça a situação na Colômbia, e diz mesmo que a crise que se vive em relação aos direitos humanos se

agravou depois dos atentados.

A tortura e os maus tratos foram assinalados em, pelo menos, 20 países, entre os quais a Argentina, Belize, Bolívia, República Dominicana, Equador, Guiana, Jamaica, Paraguai, Peru, Estados Unidos e Venezuela. Do grupo destacam-se o Brasil e o México, pela gravidade da situação nesta matéria.

### Le Pen acusado de tortura

O jornal francês «Le Monde» publicou anteontem, a menos de uma semana das legislativas, diversos testemunhos segundo os quais o líder da extrema-direita Jean Marie Le Pen terá praticado actos de tortura durante a guerra da Argélia. Ao apresentar os testemunhos, «Le Monde» indica que os seus autores «nunca tinham falado publicamente das torturas sofridas, mas que decidiram fazê-lo ao tomar conhecimento dos resultados da primeira volta das eleições presidenciais, em 21 de Abril».

### FNL com maioria absoluta

A Frente de Libertação Nacional (FNL) argelina, actualmente no poder, alcançou a maioria absoluta nas eleições legislativas, segundo dados oficiais.

A votação da passada quinta-feira foi a segunda desde que grupos extremistas islâmicos lançaram uma revolta sangrenta há 10 anos, na sequência do cancelamento de umas eleições nas quais teria ganho um partido fundamentalista islâmico agora banido. Segundo o Ministério argelino do Interior, a taxa de participação definitiva nas eleições legislativas foi de 47,49 por cento.

### Carmona rumo ao exílio

Pedro Carmona, o empresário venezuelano que dirigiu o país durante o golpe de Estado, abandonou na passada semana o seu refúgio na residência do embaixador da Colômbia, rumo ao exílio em Bogotá.

O empresário é acusado de «rebelião e usurpação de funções» depois de liderar um governo transitório após um golpe de Estado contra o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, no passado dia 12 de Abril.

### Despenalização do aborto na Suíça

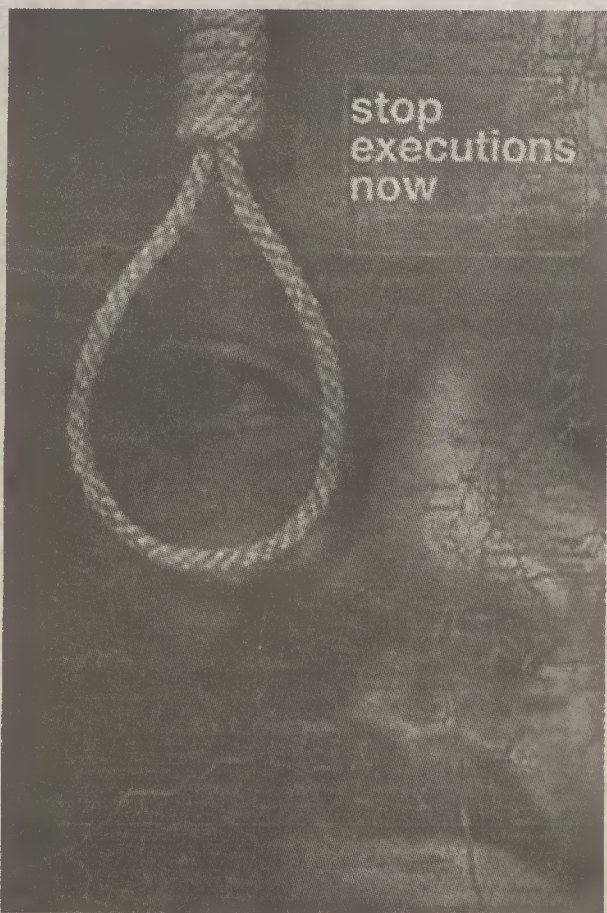
Setenta e dois por cento dos suíços disseram domingo «sim» à despenalização do aborto até às 12 semanas, juntando-se assim a Suíça à maior parte dos países europeus que já aceitaram este prazo.

Anunciada pelas autoridades, a vitória de cerca de 72 por cento de votos a favor, contra 28 por cento de votos negativos, vem mostrar uma grande mudança na mentalidade suíça, com quase todos os cantões, católicos e protestantes, a alterarem os resultados do último referendo.

### Japão ratifica protocolo de Quioto

O governo japonês ratificou terça-feira, o protocolo de Quioto, de 1997, primeiro acordo internacional de redução de emissões de gás para minimizar o efeito de estufa, apesar da oposição dos Estados Unidos. A decisão do Conselho de Ministros segue-se à aprovação do parlamento, por unanimidade, na passada sexta-feira.

### Direitos humanos foram violados em 153 países durante 2001



Os EUA aparecem no relatório da AI como o único país do continente que efectuou execuções

### Situação piora na Ásia

Na região da Ásia, os constantes conflitos armados e a alegada necessidade de endurecer as medidas de segurança acabaram por resultar num aumento de violações dos direitos humanos.

A guerra no Afeganistão mereceu o destaque da AI, devido ao tratamento de prisioneiros capturados durante o conflito, ou que se renderam, bem como casos de execuções sumárias.

As execuções extrajudiciais ocorreram em nove países, a tortura e os maus tratos em 19, o desaparecimento de pessoas em seis, os eventuais prisioneiros de consciência em 15, detenção sem acusação ou julgamento em 15 e a condenação à pena de morte também 15. Na China, o destaque vai para o aumento do número de execuções (2468), originado por uma campanha contra o crime e o terrorismo. Nos conflitos separatistas da Indonésia, centenas de pessoas foram mortas à margem da lei, torturadas ou simplesmente desapareceram.

### Repressão em África

«Milhares de civis sofreram algumas das mais fortes violações dos direitos humanos em África - detenções ilegais, rapto, tortura, maus tratos, violações, assassinatos, desaparecimentos -, tanto por parte de forças do governo como por grupos armados da oposição.»

A AI destaca o Zimbábue, e fala numa deterioração dos direitos humanos. A organização acusa o partido do poder, liderado por Robert Mugabe, bem como apoiantes do ZANU-PF, pela violência política, detenções, tortura, abusos e assassinatos de oponentes ao regime. O relatório assinala ainda as centenas de pessoas detidas por razões políticas em países como Angola, Burundi, Guiné-Bissau, Etiópia, entre muitos outros. A pena de morte está ainda registada pela Amnistia Internacional em países como o Burundi, Etiópia, Guiné, Quênia, Mauritània, Nigéria, Ruanda, Somália, Sudão e Zâmbia.

### Europa e a segurança

A situação nos países da ex-Jugoslávia é uma das mais graves na Europa. A escalada de violência entre as forças de segurança da Macedónia e os independentistas albaneses do UCK levou à morte de centenas de civis.

A Grã-Bretanha está também no centro do problema. Foi o único país europeu que enviou menores para conflitos armados, além de ter aprovado uma lei de segurança que abriu as portas à violação dos direitos humanos.

Situações idênticas ocorreram em vários países europeus. Com a desculpa do 11 de Setembro, os países aumentaram as medidas de segurança, restringindo os direitos dos requerentes de asilo. Especificamente na Áustria, Bélgica, Finlândia, Alemanha, Espanha, Itália e Suíça ocorreram tratamentos racistas.

No que diz respeito a torturas e abusos de poder pelas autoridades policiais, o relatório da AI refere registos em vários países europeus, com o destaque para a Albânia, Geórgia, Lituânia, Roménia, Espanha, Itália, Suécia e Turquia.

### Tortura no Médio Oriente

A Amnistia Internacional acusa as tropas de Israel e grupos armados da Palestina de terem morto centenas de pessoas. Segundo as contas da AI, mais de 460 palestinianos foram assassinados pelas forças de segurança israelitas, enquanto os grupos palestinianos mataram 187 israelitas.

A AI critica, entretanto, a forma como Israel deteve milhares de palestinianos, dando conta da existência de relatos de tortura ou maus tratos. O exército israelita é ainda acusado de ter destruído 350 casas palestinianas. Por outro lado, cerca de 30 pessoas morreram por não terem chegado a tempo aos hospitais devido às restrições impostas por Israel à liberdade de circulação nos territórios ocupados.

Já no Iraque, Arábia Saudita, Líbano, Kuwait e Jordânia, as grandes violações dos direitos humanos apontadas pela AI foram a detenção de opositores aos regimes no poder, a aplicação da pena de morte, a tortura de presos políticos e as execuções sumárias.

## Tensão em Caxemira

Os participantes na conferência sobre segurança na Ásia, que contou com a presença dos dirigentes indiano e paquistanês, adoptaram, terça-feira, uma declaração sobre terrorismo, designada Acta de Alma-Ata, através da qual se comprometem a não apoiar movimentos separatistas.

A declaração, assinada pelos 16 membros da Conferência para as interacções e medidas de confiança na Ásia (CICA), identifica o «separatismo como uma das principais

ameaças e desafios à segurança e à estabilidade» na região.

Entretanto, Nova Deli acusou Islamabad de dar apoio a grupos separatistas do Caxemira indiano. Pouco antes da assinatura do acordo, o primeiro-ministro da Índia, Atal Behari Vaipayee, disse que a «lógica de resolução de conflitos através do diálogo deverá enfrentar um inimigo: o terrorismo, cujo o epicentro se verifica nas imediações da Índia».

Esta declaração parecia comprometer a possibilidade do diálogo

entre responsáveis paquistaneses e indianos. A hipótese de um encontro entre Vaipayee e o presidente paquistanês, Pervez Musharraf, durante a conferência chegou a ser colocada. Musharraf mostrou-se disponível, mas o primeiro-ministro indiano voltou a colocar a condição de o Paquistão cessar o apoio aos grupos terroristas, acusação que o presidente Musharraf tem vindo a desmentir.

O presidente do Paquistão respondeu às acusações, garantindo que «não autoriza

indivíduos ou grupos terroristas» no seu país. Porém, o dirigente paquistanês acrescentou que também não são aceitáveis «as políticas gananciosas de certos estados que ocupam pela força territórios e privam a liberdade desses povos».

### Guerra latente

Os confrontos de artilharia entre a Índia e o Paquistão foram esta semana retomados. De acordo com a polícia india-

na, três camponeses ficaram gravemente feridos no sector de Nowshere, atingidos por intensos bombardeamentos paquistaneses, enquanto se registaram bombardeamentos de menor intensidade no sector de Rajuri, na Caxemira indiana.

O porta-voz do Ministério da Defesa indiano adiantou que o sector de Pooch, onde foram abatidos 14 indianos na passada semana, foi, segunda-feira, alvo da artilharia paquistanesa, provocando uma resposta das tropas de Nova Deli.



Espanha

# Batasuna ameaçado

A pretexto da luta contra o terrorismo, o Partido Popular e o Partido Socialista espanhóis querem ilegalizar o partido independentista basco Batasuna.

O Partido Popular (PP) espanhol está a preparar um projecto de lei que na prática é um «fato feito à medida» para a ilegalização do partido independentista basco Batasuna. Entre outras medidas, a nova lei estabelece que poderão vir a ser declarados ilegais os partidos que não apoiem a ordem constitucional, além de que minimiza as possibilidades de legalização de qualquer associação política de ideologia independentista.

«A ilegalização do partido Batasuna significa deixar fora da lei 20 por cento dos eleitores bascos e as consequências são completamente imprevisíveis.» Assim se manifesta Fernando Barrena, deputado e porta-voz da Mesa Nacional do Batasuna, que visitou Lisboa na semana passada para se encontrar com diversos partidos políticos.

Para Barrena, o PP está consciente de que esta lei é inconstitucional e não respeita o enquadramento europeu de Direitos Humanos, mas também sabe que qualquer recurso tardaria a obter resposta, mais de cinco anos, tempo suficiente para apagar a esquerda independentista basca do panorama político.

Apesar das circunstâncias, o Batasuna não tem intenção de se converter num movimento clandestino. «Temos a legitimidade que nos dão 20 por cento dos eleitores», diz Barrena, que assegura também que a estratégia de guerra do PP vai ter como resposta uma estratégia pela paz e pelo direito de autodeterminação. «É essa é uma aposta maioritária da sociedade basca», assegura o deputado basco.

## Aliança estranha

A primeira tentativa de ilegalização do Batasuna verificou-se quando o governo espanhol tentou incluir aquele partido na lista europeia de organizações terroristas (*Resolução Comum - 2001/931/PESC - do Conselho da Europa sobre medidas para a aplicação de normas específicas de luta contra o terrorismo*). No dia 20 de Outubro, os órgãos de informação comunicavam que o governo procurava o consenso do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE, na oposição) para incluir o partido basco na referida lista. Apesar da coincidência de pontos de vista dos dois maiores partidos espanhóis, a tentativa falhou. O

PP e o PSOE subscreveram então um *Pacto de Estado contra o Terrorismo*, e é nesse âmbito que, no início deste ano, começam a dar os primeiros passos para alterar uma série de normas legais para fazer desaparecer o Batasuna. O novo objectivo é agora a

«Temos a legitimidade que nos dão 20 por cento dos eleitores»

desaparecer o Batasuna. O novo objectivo é agora a

alteração da Lei de Partidos Políticos, de Dezembro de 1978, a Lei Orgânica do Regime Eleitoral, a Lei de Financiamento de Partidos Políticos e a Lei de Associações, bem como a criação de uma Lei denominada de Prevenção e Bloqueio do Financiamento do Terrorismo.

Todas estas iniciativas, na opinião do Batasuna, visam claramente ilegalizar as diferentes expressões da cidadania basca que de forma democrática trabalham pela paz, a liberdade e a independência do País Basco.

## Sobre a legalização de um partido de esquerda

Os horríveis acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, com as suas três mil vítimas inocentes, abalaram o mundo, inaugurando um novo ciclo histórico, pois, para além do pasmo, da dilaceração e da ânsia de vingança, deram aos Estados Unidos um pretexto para ignorar definitivamente as instâncias internacionais de regulação de conflitos e defesa dos direitos humanos, como a ONU, já muito submissa, aliás, ao seu poder e tímida em resoluções enérgicas.

Assistimos então aos bombardeamentos programados e maciços do Afeganistão e ao massacre de populações civis, ao êxodo de caravanas famintas e aterrorizadas. Tudo isto na mira da improvável captura do mítico Ben Laden.

E veio depois o tratamento atroz dos prisioneiros de guerra da Al Qaeda em Guantanamo.

Na esteira dessa violência incontrolada, Israel, governado pela extrema-direita e obstinada, apesar dos acordos já firmados, em manter os seus colonatos na terra mártir da Palestina, resolve punir exemplarmente o terrorismo suicidário que apareceu como última e desesperada arma de um povo humilhado até ao limite do sofrimento.

Assim foi invadida e ocupada a Cisjordânia. Os soldados de Israel prenderam, mataram e destruíram cidades e campos de refugiados, deixando nas ruínas de Jenin sinais de uma soberania e crueldade que atingem proporções de crime contra a Humanidade.

É neste clima de perseguições e arbitrariedades, a coberto do castigo do terrorismo, que em Espanha se verificam também actos tão escandalosos como a ameaça de ilegalização do Batasuna.

Extinguir um partido político, com quinze a vinte por cento de votantes, é atentar contra a vontade de um povo, amordaçá-lo, colocar a esquerda abertzale fora do xadrez político, calcar aos pés o mais radical desejo de independência do povo basco.

Um acto que a história há-de inevitavelmente reprová-lo, mas que, neste momento de mistificação caça às bruxas, se torna possível.

Outra forma de desrespeito dos direitos humanos é a sistemática tortura, durante vários dias, de detidos incomunicáveis, suspeitos de pertencerem à ETA ou de terem com ela algum tipo de relação.

Por muito que se possa reprová-lo as formas de luta que a ETA pratica e que eu de modo algum defendo, nunca numa sociedade livre e democrática, o crime, seja ele qual for, justifica a tortura.

De modo impressionante, José Maria Aznar, tal como o seu mentor George W. Bush, enche a boca com a palavra liberdade, mesmo quando drasticamente a limita, ofendendo a dignidade de um povo.

Torturar é sempre e em qualquer circunstância uma acção infame, e mais ainda se é o poder estatal que, através das suas polícias, leva a cabo essa prática.

No caso basco, até os adolescentes e jovens das arruaças independentistas de Kale borroha têm sido vítimas de torturas, amplamente documentadas através de relatos das vítimas, denúncias do CPT, relatórios médicos e marcas de sevícias e psicológicas causadas pelos maus tratos.

Quantos parentes, por vezes idosos e doentes, dos presos políticos ou dos referidos operacionais têm suportado interrogatórios desumanos, com choques eléctricos e espancamentos, que não raro ocasionam fracturas de ossos.

Milhares de pessoas foram no ano passado brutalizadas desse modo.

Um Estado democrático não pode consentir e muito menos estimular comportamentos policiais desta natureza. Aliás, tudo isto condiz com a ânsia de extinguir o partido da esquerda basca independentista Batasuna.

Todos nós devemos indignar-nos perante situações desta natureza.

• Urbano Tavares Rodrigues

# Uribe e EUA prepararam a escalada na Colômbia

• Miguel Urbano Rodrigues

A eleição de Álvaro Uribe Vélez anuncia o agravamento da

violência na Colômbia.

O futuro presidente - que tomará posse em Agosto - é um dissidente liberal cujas posições ultradireitistas merecem o repúdio dos seus antigos correligionários.

As relações que mantinha com os grupos paramilitares quando governador de Antioquia eram tão íntimas que foi então repetidamente acusado de incentivar matanças de camponeses e proteger os assassinos. Logo após ser confirmada a sua vitória sobre Horacio Serpa, Uribe declarou ser sua intenção contar com a mediação internacional no conflito que faz da Colômbia o paiol da América Latina.

O porta-voz das Nações Unidas, Fred Eckhart, reagiu imediatamente, esclarecendo que aquela organização internacional

apoiaria os esforços de paz do sucessor de Pastrana, disponibilizando-se para funcionar como mediadora entre o governo e as guerrilhas. Não citou explicitamente as FARC, mas não usou a palavra «terroristas». O conceito de «diálogo» de Uribe não é, porém, o mesmo da ONU.

Em Washington, onde a sua eleição foi festejada como uma «vitória da democracia», o secretário de Estado para os Assuntos da América Latina, Otto Reich (um dos implicados no Iran Gate) apressou-se a declarar que a Casa Branca perfilha inteiramente as ideias do novo presidente sobre o quadro em que deve decorrer a «negociação» entre o futuro governo e «os inimigos da paz».

«Pensamos - afirmou - que todos os grupos terroristas devem participar no diálogo. E para dissipar dúvidas acrescentou estar de acordo com a proposta formulada durante a campanha eleitoral por Uribe no sentido de que as chamadas Autodefesas Unidas da Colômbia, ou seja os paramilitares, participem ao lado das FARC de eventuais negociações.

A provocação é tão transparente que dispensa comentários.

## Os interlocutores do governo

Os grupos paramilitares constituem um elemento fundamental da política do Estado colombiano. Esses esquadrões da morte, sádicos dos quartéis, foram criados para realizar as tarefas mais

suas, nomeadamente as chacinas de camponeses, crimes que manchavam a imagem do exército.

Para Uribe, Carlos Castaño e a sua gente tornam-se assim interlocutores do governo, sendo colocados no mesmo nível das FARC-EP.

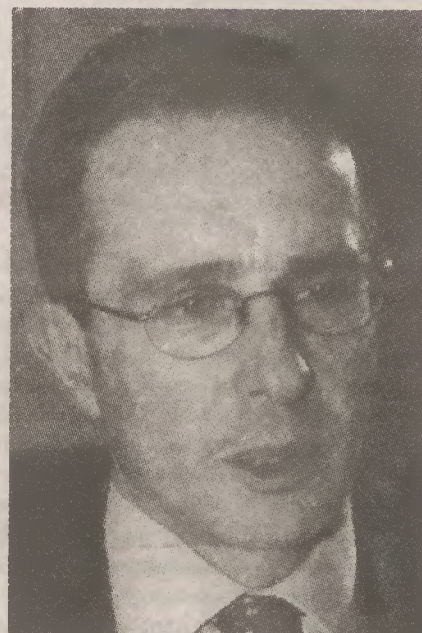
Cabe recordar o que Reich e Uribe omitiram: Castaño, um criminoso sádico, diverte-se recorrendo a uma serra eléctrica para cortar braços e pernas aos prisioneiros, antes de os lançar aos jacarés do Magdalena. O presidente George W. Bush aprova, obviamente, a política de envolvimento crescente dos EUA na Colômbia. A sua entusiástica mensagem de felicitações a Álvaro Uribe, como esforçado lutador contra forças que integram «o eixo do mal», expressou claramente o propósito de reforçar a intervenção norte-americana no país.

Nem todos, felizmente, aprovam nos

EUA essa política. Defendendo em editorial a necessidade da negociação com as FARC como «única solução», o «New York Times» aconselhou Uribe «a demarcar-se energicamente» dos paramilitares. Caso contrário, eles tornar-se-ão, advertiu, cada vez mais agressivos. Significa-

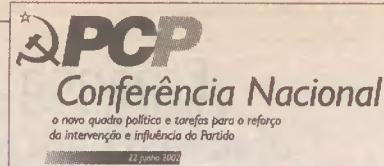
tivamente «El Tiempo», o grande diário de Bogotá, órgão da oligarquia colombiana, deixa transparecer alguma preocupação com a auto-suficiência agressiva de Álvaro Uribe. Dir-se-ia compartilhar o temor do «Financial Times», de Londres, de que a violência até agora concentrada nas zonas rurais se implante em breve no quotidiano das cidades. As acções desenvolvidas nos últimos meses pelas FARC em Cali e na periferia da própria capital demonstram, segundo alguns observadores, que a principal força guerrilheira do país conta já com uma importante rede urbana de apoio nas grandes cidades.

Tudo indica que a violência, em vez de diminuir, vai aumentar. Washington parece não se ter apercebido ainda que a inclusão das FARC-EC na lista das organizações terroristas não produziu também os resultados esperados. Enquanto os perdigueiros da Interpol perseguem pelo mundo agora os representantes das FARC que passaram à clandestinidade, o movimento de solidariedade internacional com os combatentes da organização revolucionária de Manuel Marulanda continua em expansão.





# Tribuna da Conferência



Os textos enviados pelos militantes para publicação deverão ser individuais e não poderão exceder os 4000 caracteres (espaços incluídos) – devendo ser sempre acompanhados do número de membro do Partido do seu autor. A Redacção do «Avante!» não poderá responsabilizar-se pelo encurtamento de textos ainda que com consulta aos autores, pelo que será a estes que incumbirá proceder às adaptações de dimensão quando, eventualmente, os textos enviados ultrapassarem os referidos 4000 caracteres. Quando e se o considerar necessário, a Redacção do «Avante!» assegurará respostas ou comentários aos textos enviados. De toda a correspondência que contenha propostas ou sugestões sobre os temas da Conferência, será enviada cópia para a Comissão de Redacção. A correspondência deve ser enviada para: Redacção do «Avante!», Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 – 1600-196 – Lisboa; E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt ou Fax 217817193.

Nota da Redacção

O debate em que o Partido está envolvido, para que frutifique, deve ser sereno, aprofundado e travado com respeito mútuo. As diferenças de opinião, perfeitamente legítimas, podem e devem enriquecer o nosso debate, e não ser esgrimidas para cavar a divisão. Para tanto, importa que cada militante seja capaz de respeitar a opinião dos outros, de forma a que o resultado final seja expressão da vontade colectiva e, como tal, por todos respeitada.

## Discutir profundamente (\*)

Penso que é um dever de todos nós emitirmos a nossa opinião de uma forma concreta e frontal, sem olhar a pessoas, tendo apenas em consideração os interesses do Partido, não só no presente como também e especialmente em relação ao futuro.

A situação a que se chegou e se tem vindo a agravar de eleição para eleição, deveria já ter merecido da parte de quem dirige o Partido a todos os níveis, uma aprofundada análise em todas as vertentes, o que penso não ter sido feita, levando às consequências que agora se registam.

A organização que era a nossa principal força, reconhecida e temida pelos nossos adversários, poderá dizer-se que perdeu muita da sua eficácia; por isso, penso que é imperioso o Partido rever as suas formas de Organização, adequando-a às actuais circunstâncias, sem pôr em causa a sua raiz ideológica e de classe, a não ser que seja essa a única solução para a sua sobrevivência futura, tornando a mesma mais actual e mais objectiva, responsabilizando aqueles a quem as tarefas são confiadas a prestar contas de forma a que a nível superior se possa fazer um acompanhamento muito concreto.

Outra coisa que se nota é a falta de capacidade do aparelho do Partido para resolver problemas que se criam e levam a roturas e frustrações; não há dúvidas que as crispções e a falta de tolerância levam a extremismos que só favorecem os nossos detractores, quando esses factores se adivinham é necessário juntar à mesma mesa as várias sensibilidades, discutir profundamente as várias opiniões, escutar todo o Colectivo do Partido e decidir conforme a sua vontade, de forma a que ninguém possa sair molesto e mostrar assim ao Povo e ao País que sabemos o que queremos e para onde vamos. É necessário falar a esse Povo de problemas concretos e como resolvê-los, daqueles problemas que o Povo sente no seu dia-a-dia e que para esse Povo, tanto lhe faz serem governos de direita como de esquerda, querem é vê-los resolvidos com justiça, determinação e lealdade, para começar a acreditar nas promessas que lhe são feitas e então sim, dizer-lhe, que para o Partido poder defender os objectivos a que se propõe, é necessário dar-lhe força, reforçar a presença dos seus representantes nos Organismos de decisão e isso só poderá acontecer se tiver mais votos e mais representantes nesses Organismos.

O Partido tem que dizer ao País e aos Portugueses, de uma forma categórica e desassombada, que não fará nem aceitar pactos de estabilidade, acordos, coligações, ou quaisquer compromissos que ponham em causa os interesses do Povo e do País, especialmente das camadas mais desfavorecidas e de quem trabalha, mas que estará disponível a participar e apoiar todas as decisões, quer venham do Governo seja qual for a sua cor partidária, na Assembleia da República, nas autarquias e em todos os órgãos do poder onde esteja representado pelos seus militantes e em todas as vertentes da vida Nacional, mas para que a nossa mensagem possa ser realmente veiculada, é necessário haver quem a transmita numa forma empolgante, dinamizadora e que galvanize as Massas para a sua absorção.

António Mariano  
Lisboa

## Reflexões de um comunista...

A direita domina agora em países onde se pensava não ser possível. Vemos a França e não acreditamos. A direita continua a presidir aos destinos dos franceses. Então, por

que razão Jospin não recebeu o número de votos para uma segunda volta, pelo menos? Que raio de política fez o partido socialista francês no governo (aliados aos descaracterizados comunistas franceses) para que o povo os castigasse desta forma? Nós sabemos porquê. Na Alemanha, Schroder (o amigo dos patrões, como é conhecido) parece que vai pelo mesmo caminho. Então? Na Itália, já se colam cartazes de Mussolini! Por que razão o mundo está de novo a evoluir no sentido contrário ao interesse dos trabalhadores e dos povos? Nós sabemos porquê. Por isso, estaremos atentos...

Sabemos que os partidos socialistas, no poder, em vez de praticarem políticas sociais correctas, de esquerda, a favor dos trabalhadores, fazem o pior e, o povo, ao castigá-los, nas urnas de voto, elegem os seus próprios inimigos de classe. Temos assistido à vergonhosa actuação dos partidos socialistas da UE, nos governos ou fora deles, a revelarem uma culpabilidade vergonhosa na agressão à Jugoslávia, à Palestina, ao Afeganistão e uma permanente indiferença quanto aos problemas dos povos de África (anos de descarado apoio ao terrorismo da Unita/Savimbi, em Angola). Fora dos governos, falam à esquerda. No poleiro, falam à direita, fazem a política da direita.

Enquanto isto, os partidos comunistas que abandonaram o marxismo-leninismo, que se refundaram ou foram refundados, também contribuem para fragilizar os trabalhadores e o povo, que esperam (sempre) dos comunistas uma postura de luta contínua e uma atitude forte e reivindicativa face ao capitalismo e ao imperialismo. Por isso, repudiamos que alguns «camaradas» que, a pretexto de uma maior democracia interna, pretendam sepultar os Estatutos e o Centralismo Democrático existente no PCP e substituí-los por outra coisa qualquer. Se isto fosse conseguido, o Partido seria mais um, sem força, e pouco diferente dos partidos comunistas que, hoje, já são, apenas uma caricatura daquilo que já foram...

Hoje, mais que nunca, é necessário cerrar fileiras, pois a arrogância pró-fascista que a direita tradicional mantém em hibernação, vem à luz do dia, logo que os ventos lhe corram a favor, quando voltam ao poder. Os *malfeitores*, que integram hoje o Governo do PSD e do PP/CDS, são quase todos representantes dos *lobbies* das Seguradoras, dos grupos favoráveis à privatização do sistema de Segurança Social e das poucas empresas que ainda estão nas mãos do Estado. São todos *testas de ferro* dos donos dos grandes projectos imobiliários.

Estes marginais da política, disfarçados de governantes, aumentam o IVA em 2%, querem reduzir os salários reais e despedir 50 mil trabalhadores na Função Pública. Os *bandoleiros* que tomaram o Governo em Portugal, projectam um conjunto de medidas gravosas para o povo trabalhador. Veja-se o que está a acontecer com a RTP. São tão perigosamente reaccionários que não gostando das leis que não lhes são favoráveis rasgam-nas e fazem outras para fazerem valer os seus objectivos golpistas. Que se lixe a Constituição, dizem eles. Então, isto não é terrorismo?

Neste cenário, que fazem os *renovadores*? Combinam almoços e jantares, fazem encontros conspirativos contra o Partido, recusando-se a participar no colectivo, optando, fora deste, a alimentar campanhas que a direita e a sua comunicação social, gulosas, recolhem, amplificam e difundem, apresentando-os como vítimas de feroz e inquisitorial perseguição por parte do PCP, procurando, por via disto, apresentar o Partido, aos olhos dos portugueses, como um partido antidemocrático, velho, *fossilizado*, incapaz de participar no *jogo democrático* e assim fragilizá-lo e, por consequência, fragilizar a luta dos trabalhadores e do povo. Mas nós não vamos permiti-lo.

Em nome do PCP, da sua história e dos seus militantes, dos assassinados nas mas-

morras da pida e nos campos de concentração, lutaremos para os derrotar. Já o fizemos antes e tudo faremos para os derrotar agora, a eles e à sua criminosa política, reaccionária e anti-social.

Viva o Partido Comunista Português. Sempre!

Fernando Carneiro  
Barreiro

## Grande salto em frente (\*)

Com vista à Conferência Nacional, proponho ao PCP o seguinte:

– Que o comunismo passe a ser definido, muito simplesmente, como «o usufruto comum dos recursos naturais» a que todos temos direito baseados no princípio fundamental de que «ninguém pediu para ter nascido» e que, por ser um «componente do instinto de sobrevivência», só morrerá quando a espécie humana se extinguir;

– Que classifique a «Peçonha Anticomunista» como altamente responsável pelo nosso atraso, tal como o fanatismo religioso que criou e desenvolveu o capitalismo;

– Que explique o que é o Marxismo, mas em termos facilmente compreensíveis até pelos mais modestos analfabetos;

– Que, também em termos simples, explique o que é o Leninismo, aplicação prática de Marxismo feita por Lenine e que tanto êxito teve no lançamento da URSS, a fabulosa e maior experiência socioeconómica de todos os tempos, êxito que nunca é de mais recordar e que só deixou de prosseguir desde que deixaram de ser respeitados os princípios marxistas-leninistas (note-se, a propósito que, nos países do sistema capitalista, as falências ocorrem em quantidades incalculáveis sem que, por isso, o capitalismo já tenha morrido...);

– Que esclareça o facto de nem Marx nem Lenine terem sido responsáveis pelos desvios de Estaline, tal como Cristo não teve culpa do que foi feito pela Inquisição, Cruzadas, etc.;

– Que, num «Grande Salto em Frente», ultrapasse os casos Amaraís, Edgares, Britos e outros que tais (que também aparecem noutros partidos) e agradeça ao «Público» e outros MECOS (Meios de Comunicação Social) dos CIBIS (Componentes Integrados e Bem Instalados no Sistema) o tanto que têm falado do PCP (melhor do que o silêncio);

– Que continue desenvolvendo esforços no sentido da melhor convivência pacífica entre crentes e não crentes para maior satisfação das necessidades materiais comuns.

Sousa Ramos  
Aveiro

## Globalização de resistências

Os acontecimentos pós-1989 provocaram em todos nós alguma estupefacção e uma sentida frustração, aliás, profundamente compreensível. Sentimentos que se manifestaram de forma multifacetada e controversa também no nosso Partido. Alguns sentiram-se (des)enganados, arrependidos, apóstatas, críticos, revisionistas; desistiram, saíram e dirigiram-se ao PS, ou refugiaram-se no exílio interior e nos afazeres de uma vida social menos incomodativa. Outros, apelidados de «ortodoxos» (o termo é, todavia, redutor), viram a queda da União Soviética e o colapso de um modelo de «socialismo real», não como um produto das suas contradições internas, da sua impossibilidade, dos seus erros e crimes, mas como uma mistura matizada de diversos factores, onde todas estas falhas estruturais foram menos importantes do que a grande conspiração subversiva que matou um grande sonho. Outros ainda, rotulados

de comunistas convictos, sempre acharam que a União Soviética era uma das experiências históricas possíveis do modelo desejado, mas não a única.

O conjunto de razões e de fracassos não conjunturais (organização e gestão da economia), na própria concepção e funcionamento do sistema político (na vivificação e assunção sociais de uma ideologia) e que conduziram ao fracasso deste modelo de socialismo (a par de outras explicações e factores) não pode, nem deveria enfraquecer os nossos sentimentos e o nosso querer em lutar por um ideal em que acreditamos convictamente. Também nós fomos responsáveis pelo fracasso desse modelo; alguém já se interrogou, por que razão no Ocidente os comunistas nunca conseguiram ser poder (embora essa não deva ser a principal razão da nossa luta!)? Por que razão o nosso peso sociopolítico não tem depois correspondência eleitoral?

Em muitos sectores populares produz-se uma deterioração gradual objectiva e subjectiva do horizonte de esperança, onde depois adquirem maior influência as ideologias do conformismo, do pessimismo, do fatalismo resignador, próprios de uma sociedade que privilegia a resignação e a renegação da reflexão criativa e revolucionária. A manutenção do actual estado e aprofundamento do sofrimento social acompanhados pelo desaparecimento das esperanças históricas exprime-se no imobilismo, nos comportamentos anti-sociais (ascensão de movimentos de extrema-direita), no embrutecimento (droga, álcool, televisão, futebol), no misticismo (auge dos fundamentalismos religiosos e das seitas religiosas), no fragmentarismo e também na explosividade social sem efeito político popular.

No entanto, o capitalismo, agora transfigurado de globalizador e neoliberal, continua a sua cavalgada predadora e inconsciente, perante o desespero e sofrimento dos povos indefesos e vilipendiados. Os seus objectivos não poderiam ser mais claros e evidentes nos seus propósitos: um projecto económico neoliberal (centralização e acumulação do capital), um projecto social (sociedade fragmentada e globalização da pobreza), um projecto político (democracia autoritária e desmobilizadora), um projecto militar (incremento das despesas militares, novo conceito de unilateralismo pragmático e utilitário), um projecto ambiental (danos irreparáveis ao meio ambiente); em suma, retrocessos implacáveis ao nível do progresso civilizacional.

E estes são os desafios que se colocam a todos nós, comunistas apenas (libertos de rótulos opacos ou outras denominações inverosímeis e incongruentes. É salutar a existência de diferentes correntes de opinião, nunca facções organizadas). A rendição ou submissão perante aqueles que acham que o mercado e a liberalização económica resolverão as disfunções do capitalismo. Ou pelo contrário, a sublevação e resistência perante tal quadro miserabilista e injusto. As causas e os nossos valores enquanto comunistas só estão perdidas quando por nós abandonadas. E a desistência e o abandono não são significados que façam parte da dialéctica do nosso léxico revolucionário. O sonho não morreu. E apesar das tempestades, continuamos teimosamente a cultivar esse sonho. «Amigos meus, guardai isto: não há árvores más, nem homens maus. Há maus cultivadores» - sabiamente recordava Victor Hugo.

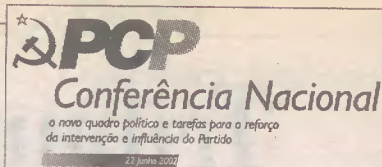
José Fernandes  
Viseu

## Um Partido diferente (\*)

É frequente assistirmos à luta de galos pelo poder nos partidos burgueses, com fracções organizadas em torno de clientelas de interesses, digladiando-se uns aos



# Tribuna da Conferência



outros, até ao momento em que é decidido o líder e os seus pares. Passado este período, e se a chegada ao poder se perspectivar como possível de alcançar, todas essas fracções ou tendências se unem, para tornar possível arranjar uns «tachitos» no aparelho de Estado.

Como o País tem vindo a ser governado com políticas de direita, os interesses do capital têm sido rigorosamente salvaguardados. Os trabalhadores, os agricultores, os pequenos e médios comerciantes e industriais, esses que são esquecidos por todos, excepção feita ao PCP, são cada vez mais vítimas do sistema e enfrentam enormes dificuldades.

O Governo volta a atacar na alteração das Leis Laborais, procurando retirar direitos aos trabalhadores. No plano político, o PCP resiste e é um obstáculo à concretização dos objectivos do capital que aposta no seu desaparecimento da cena política.

Apesar das perdas eleitorais do Partido nos últimos anos, por diversos motivos, dos quais a situação internacional desfavorável e o controlo da comunicação social, cujo objectivo é calar a voz do PCP, o Partido vai resistindo e impedindo a sua concretização. O capital aposta agora em alterar a Lei Eleitoral de forma a impedir o PCP de eleger deputados.

É evidente que este é o melhor cenário para a burguesia que aproveita a conspiração interna no Partido para corromper ideologicamente alguns quadros e, através destes, condicionar os militantes de uma discussão aprofundada e fraterna, capaz de encontrar os caminhos necessários para o fortalecimento do Partido.

Não procurando desculpas a erros cometidos, estratégias mal conduzidas ou erradas, insuficiências de intervenção e de formação, etc., tudo o que possa ter acontecido não pode ser da responsabilidade exclusiva da actual direcção. Senão, o que andavam afinal a fazer os «grandes crânios» quando lá estavam e que agora querem lavar as mãos como Pilatos?

Todos estamos preocupados com o estado do Partido, e os que estão de boa-fé podem e devem dar o seu contributo nos diversos organismos e outras reuniões. Sem intrigas, sem traições e valorizando um valor fundamental – a solidariedade – todos os contributos são importantes.

É desonesto que se organizem fracções e se insultem camaradas, muitos a quem os comunistas têm a obrigação de agradecer o muito que deram a este Partido. Os «novos crânios», que pelos vistos quando eram dirigentes não o eram, que não apareciam na comunicação social como hoje aparecem, que tanto mal têm feito ao Partido, que querem assaltar a direcção para transformar o PCP num camaleão adaptado às circunstâncias dos interesses do momento e flexível aos negócios de ocasião!...

Estes senhores que afirmam não ter espaço de discussão das suas ideias são, alguns deles, os mesmos que quando tinham responsabilidades, só as suas opiniões é que contavam, aniquilavam quadros que pensavam pela sua cabeça e não pela deles, funcionavam e funcionam na base de esquemas, ignoram o que os rodeia, só olham para o seu umbigo. Hoje são reformistas.

Estes senhores, que estão bem organizados, que funcionam por etapas e sempre com o objectivo de dividir, têm conseguido arrastar militantes bem intencionados e que partilham as preocupações de todo o Partido. Com o objectivo de destruir, utilizam abusivamente o nome de uns e mentem a outros. Que desonestidade intelectual!...

Por isso, a realização de um Congresso para desfile da vaidade de alguns não se justifica. Este Partido terá de manter-se diferente dos outros. Continuar a ser um Partido de classe, com uma orientação única, onde as fracções não têm lugar.

Não pensem os reformistas que a base do partido é uma massa amorfa, porque os

militantes pensam, estão atentos e agem. Se já têm o seu esquema de vida organizado, não procurem falsos argumentos.

José Lobato  
Braga

## Não ao Congresso ...

... porque sou antidemocrata? Porque não quero discutir e ouvir os outros? Por que padeço de uma cultura estalinista? Por que acho que está tudo bem? Por que acho que nada há a melhorar, a alterar, etc? Não! Leiam, caros camaradas, o seguinte:

«Um congresso que discuta profundas alterações aos estatutos, que promova a circulação irrestrita de informação (...) que possa introduzir limitação de mandatos nas funções de direcção (...) que possa assumir a eleição unipessoal do secretário-geral (...) que possibilite que sejam os delegados eleitos pelas bases a decidirem pelo voto a composição individual de todas as estruturas dirigentes (nota do autor: uma eleição de baixo a cima em que se vai federalizando os organismos)». Tudo isto está num artigo de Edgar Correia, jornal *Público* de 2 de Abril de 2002. Leiam! Ora, é este congresso que é pretendido. Um congresso que na sua fase preparatória teria de obedecer a regras diferentes de organização que os próprios estatutos em vigor vedam. Um congresso que na sua fase preparatória teria de ter a circular o documento do sector *x e y e z*; teria de ter métodos proporcionais para a eleição dos delegados respeitando as diferentes sensibilidades que se apresentassem, etc. É este, em síntese, o congresso exigido. Não sou eu que o digo, fique claro. É, quem o exige nos muitos artigos que têm vindo a público. É por isso que eu digo não! Esse seria o congresso para a subversão do Partido.

Além do mais, não é por termos vindo a cerzir ao longo de muito tempo que agora estamos assim? Pela minha parte cá estou.

B. Marcelo  
Ferragudo

## Que fazer?

O debate interno que atravessa o nosso partido impele-me a deixar-vos uma reflexão.

Primeiro, dizer-vos que os conflitos internos do PCP não derivam tanto duma discordância ao nível da análise social e das propostas políticas, antes dos antagonismos existentes no pandemónio de reacções à perda de influência eleitoral do PCP.

É por isso urgente um debate sobre as formas de intervenção do PCP na sociedade civil já que o seu papel é consensual: defender a classe trabalhadora em Portugal numa sociedade de capitalismo cada vez mais imperialista.

Neste ponto surge-nos mais um dilema a resolver: como combinar as múltiplas formas de intervenção do PCP na sociedade civil. A luta de massas, a luta institucional, a construção ideológica parecem perfeitamente combinadas na fórmula em que a **luta de massas** é o motor principal de conquistas sociais e de formação colectiva; a **luta institucional** a forma de consolidação destas, pelo poder legislativo; e a **construção ideológica**, a fundamentação das estratégias da luta de massas.

(A prática põe em causa esta fórmula sempre que os órgãos do partido não dêem a devida atenção aos vários campos de combate. Militantes que se reduzem à discussão de um ou dois campos de batalha intervêm coxos!)

O reforço da influência do PCP na sociedade civil deve, então, assentar na fórmula derivada da anterior: a consciência

de classe difundida através da luta de massas converte-se em reforço eleitoral.

Ver na má estratégia de campanha a causa dum mau resultado eleitoral é perverter estas fórmulas e ter a luta institucional como motor da intervenção. É não ver que esta forma de actuação, seguida por outros partidos, afasta progressivamente os partidos dos eleitores, leva à abstenção, ao descrédito da política e à indiferença onde a propaganda capitalista penetra facilmente com o seu exército de técnicos de marketing e jornalistas; levando à morte os ideais revolucionários de esquerda e dos partidos das classes desfavorecidas.

É neste quadro que se coloca a questão da justeza do modo de funcionamento do PCP. O Centralismo Democrático (CD), por oposição ao Eleitoralismo Burguês (EB), é o único modo de construir a unidade dos militantes em torno propostas concretas para o movimento de massas.

Ver no CD a causa do enfraquecimento do PCP escamotear que EB está carregado dos mesmos erros da «democracia» moderna que afastam as pessoas da política, conduz a um partido dividido nas propostas, divide as massas, enfraquece a luta e desarma ante toda a propaganda capitalista. É não ter, mais uma vez, a luta de massas como motor da luta de classes.

Apesar dos seus defeitos o CD é ainda a melhor opção.

O CD mais vezes falha por causas humanas do que pelos defeitos que lhe estão inerentes. É o não se convocarem ou o não se participar em reuniões a maior causa da falta de debate interno. Por oposição ao EB individualista, o CD exige o aumento da participação dos militantes. Quando tal não acontece, o CD está em causa.

No entanto, dogmatizar o Centralismo é ignorar que o CD tem mais de século e meio de ajustamentos e evolução. Marx, Lenine, Rosa do Luxemburgo entre outros, vêm contribuindo para o desenvolvimento do CD garantido a oportunidade e a eficácia dum Partido Comunista.

Chegados aqui, e com o ímpeto de toda esta discussão gerada no nosso partido, agarremos a oportunidade de avançar para a renovação do CD. Sem pôr em causa aquilo que são as suas virtudes garante da sua eficácia, o clima é favorável para um novo passo em frente.

É necessário, então, resolver três questões fundamentais: alargar as formas horizontais de discussão; organizar o CD para que nenhum dos campos de discussão (luta de massas, lutas eleitorais e construção ideológica) seja escamoteado; e como reforçar a atractividade do trabalho no seio do PCP e dos movimentos que dinamiza.

Neste sentido faço a primeira proposta: para alargar as formas de discussão horizontal, que a Tribuna da Conferência passe para além da conferência por uma promoção a Tribuna Comunista.

José Ferreira  
Coimbra

## Tolerância e abertura

Parece-me que as duas ideias-chave da próxima conferência do partido e da sua preparação devem ser as ideias de tolerância e abertura. Isto porque, no meu entender, ambas têm estado ausentes nestes últimos tempos da vida do partido.

Todos reconhecemos que o partido vive momentos difíceis. Que a nossa influência eleitoral e social tem diminuído. Que é importante para o partido e para o país que esta situação se inverta e que o PCP possa ter uma maior influência na sociedade portuguesa. No que não estamos de acordo é em quais são as medidas a tomar para conseguir esse objectivo. Cada um tem as suas propostas quanto ao que deve ser o nosso trabalho futuro e que alterações este

deve ter, tanto ao nível das políticas nacionais como ao nível da nossa intervenção no bairro em que vivemos ou na empresa em que trabalhamos. E se é verdade que se podem gerar consensos que agrupem as opiniões da maioria dos camaradas também é verdade que não há dois comunistas que pensem de forma absolutamente igual e defendam as mesmas ideias em todos os aspectos da vida do partido. É nessa riqueza de opiniões que devem ser encontradas as respostas às questões que o partido enfrenta e é certamente importante contar com a opinião e a experiência de luta de todos para podermos encontrar as melhores soluções. Daí que o debate de ideias seja importante. Creio que todos aceitamos isso.

O que tem dificultado a vida do partido é que quando se inicia o tal debate necessário e cada camarada faz as propostas que lhe parecem melhores, aparecem alguns camaradas que se julgam no direito de avaliar e sentenciar se a proposta apresentada é adequada para este partido ou constitui um perigoso desvio social-democratizante que levará à descaracterização do partido. A partir do momento em que alguém, possivelmente com a melhor das intenções, lança semelhante suspeita, o debate fica envenenado e dificilmente se chega a consenso. Ao lançar semelhante suspeita coloca-se em dúvida a firmeza ideológica do proponente, o qual fica, ele mesmo, sob suspeita. Cria-se uma divisão entre comunistas bons e comunistas maus. Isto é inadmissível.

É importante que no debate que se desenvolverá até à conferência e durante esta estejamos disponíveis para ouvir todas as propostas com tolerância para quem as apresenta e abertura para as entender e retirar delas o que de positivo contêm. Isto não quer dizer que não se possa e deva contrariar aqueles com quem não estamos de acordo. Mas para dizer que discordamos de uma determinada proposta é conveniente que expliquemos porquê e não digamos apenas que ela social-democratiza o PCP. Lancemos argumentos mas não anátemas. Respeitemos os outros, se queremos ser respeitados. E se há a consciência de que alguns camaradas nossos não foram suficientemente respeitados dentro do partido, sejamos, pelo menos, tolerantes em relação a eles. Admitamos as suas opiniões e até condutas com as quais eventualmente não estejamos de acordo. Só um debate tolerante e aberto pode permitir ao PCP sair da crise em que se encontra. Sem isso, ficaremos com um PCP mais fraco.

O PCP precisa de todos os comunistas e não apenas daqueles que se consideram os seus mais fiéis guardiões.

Amílcar Duarte  
Aljezur

## Entre a vertigem burocrática-dogmática... (\*)

O Comité Central (CC) decidiu avançar para a realização de uma Conferência Nacional (CN). Em boa medida imposta pela pressão a que o CC e a Comissão Política (CP) têm estado sujeitos, ela constitui um momento importante para o Partido. Mas, sem poder para «alterar a orientação política aprovada em Congresso», a CN é manifestamente insuficiente para assumir e tornar vinculativas as urgentes alterações necessárias a uma melhor e mais eficiente intervenção política e social do Partido.

Precisadas as suas limitações, temo que dela não saia nada de substantivo para aquilo que está efectivamente em jogo. O debate que tenho acompanhado na Tribuna da Conferência e o modo como a direcção do Avante tem gerido a fase preparatória da CN faz temer o pior. Oscilando entre a calúnia estalinista que visa identificar e expurgar os supostos inimigos internos e as profissões de fé presentes em muitos dos textos publicados, o debate está fatalmente inquinado pela lógica da suspeição e da crença dogmática que em nada contribuirá para libertar o Partido das certezas postuladas pelos «guardiões» da inventada pureza marxista-leninista.

As nossas dificuldades começam no plano teórico-ideológico. Qualquer análise fina permite detectar que a argumentação «oficial» da estreita articulação entre teoria e prática não passa de mera «jogada» retórica que expõe a nu a fossilização que o Partido vive neste domínio. Perturbados com o facto do desenvolvimento do capitalismo não ter seguido a trajectória prospectada por Marx e Engels, os dogmáticos da «linha» vencedora no XVI Congresso agarram-se à tarefa, dizem que revolucionária, de reiterar as suas certezas sobre a correcção da opção político-ideológica e do modelo organizacional leninista em vigor. Em último caso, esperam com idealismo profético que a História lhes dê razão.

Existe um outro caminho, feito de escolhos mas também de novas possibilidades: a da re(i)novação teórica e organizacional, seguindo as boas lições que nos são dadas pela Refundação Comunista italiana que,

Nota da Redacção:

O camarada Fernando Ribeiro considera que «o debate (...) na Tribuna da Conferência e o modo como a direcção do Avante tem gerido a fase preparatória da CN faz temer o pior». Importa esclarecer o camarada FR que a «direcção do Avante» apenas compete «gerir» a Tribuna da Conferência e que, naturalmente, o tem feito no respeito integral pelos critérios estabelecidos para o funcionamento desta – critérios, sublinhe-se, com um conteúdo democrático singular na imprensa portuguesa de dimensão nacional. Quanto ao conteúdo dos textos publicados, ele é, obviamente, da responsabilidade de quem os assina.



# Tribuna da Conferência



num contexto muito difícil, tem feito um trabalho notável no plano nacional e internacional, em contraponto às más experiências corporizadas pelo PCF e pelo SACP (Partido Comunista da África do Sul) que, de modo algo esquizofrénico, participam na gestão do neoliberalismo ao mesmo tempo que nas ruas lutam contra ele. Temos de convocar a imaginação para, deixando cair a canga que trazemos a nós agarrada de um passado perpassado de desvios e de terríveis deformações, desenharmos novos modos de diálogo e acções colectivas emancipatórias com todos, e são tantos, que nas ruas, nos campos, nas fábricas, nos escritórios e nas escolas militam na subversão do capitalismo. Sem exclusões e sem tácticas instrumentalizadoras, não perdendo de vista que somos parte, e nada mais, do imenso rio que queremos fazer crescer da revolta emancipatória.

A intervenção do Partido neste desafiante quadro político-social exige um outro modelo organizacional baseado num funcionamento descentralizado, onde estejam presentes e tenham voz efectiva as diversas tendências emancipatórias marxistas. Em função dos problemas e das possibilidades políticas e do próprio desenvolvimento da luta social, a Direcção definiria as prioridades e os modos de intervenção nos vários planos possíveis. Reconhecendo a inadequação do centralismo democrático, proponho a discussão de um modelo de democracia radical, no qual a participação dos militantes de base deverá ser a mais ampla, não só na acção concreta mas inclusive na apresentação de propostas de teses e de listas de candidatos aos órgãos superiores do Partido.

É urgente refundar o ideal e o projecto comunistas. Sem vanguardismos, com todos os que à esquerda – sindicatos, feministas, ecologistas, pacifistas, sexualidades alternativas e outros – dizem que um outro mundo é possível.

Fernando Ribeiro  
Braga

## Novidade muito antiga

Um pouco de história. As tendências revisionistas no seio do movimento operário já se fizeram sentir no fim do século XIX. Um artigo redigido por E. Bernstein e outros levou a que Marx e Engels exigissem a exclusão dos seus autores do partido. Bernstein atacava violentamente a teoria da revolução socialista e da ditadura do proletariado. No entanto, o oportunismo acabou por vingar e por adquirir um carácter internacional. O reformismo tornou-se a ideologia da maioria dos partidos da II Internacional. Os revisionistas-reformistas renunciavam à luta de classes, à revolução e à ditadura do proletariado, admitindo que se podia alcançar o socialismo por via de reformas no seio do capitalismo. Sob a capa da liberdade de crítica e da renovação do marxismo eles negavam o papel de vanguarda da classe operária na revolução socialista. Lenine respondeu nos seguintes termos à renovação do marxismo defendida por eles:

*Absolutamente falso: eles não fizeram avançar um passo à ciência que Marx e Engels nos encarregaram de desenvolver; eles não ensinaram ao proletariado nenhum novo processo de luta; eles só provocaram recuos importando pedaços de teorias ultrapassadas e exortando o proletariado não para a luta mas para as concessões – concessões aos piores inimigos do proletariado, aos governos e aos partidos burgueses, que procuram infatigavelmente por novos meios travar (traquer) os socialistas.*

Lenine criou uma teoria coerente de partido marxista da classe operária e foi o seu organizador. Segundo Lenine, o Partido é a vanguarda da classe operária e deve estar indissolivelmente ligado à sua classe e a todas as massas trabalhadoras. Para preservar e reforçar a sua combatividade, além da sua unidade ideológica ele tem necessidade da unidade da sua organização: a vida interna do Partido deve estar apoiada em normas e em estatutos estáveis, obrigatórios para todos, e o centralismo democrático deve ser o elo fundamental da estrutura da organização do Partido.

Por um Partido marxista-leninista  
Pelo Partido Comunista Português

Fernando Sequeira  
Lisboa

## Os media e o capital (\*)

No «Avante!» de 21/2, o camarada A. Morais referiu a mudança de atitude do Jornal do Fundão (JF), o qual passou a ignorar actos importantes do PCP. Porque não era necessário no enquadramento do texto, não mencionou um pormenor: a maioria do capital do JF passou da família Paulouro para a Portugal Telecom (PT). Quer dizer que agora os principais proprietários são: Fundos americanos, família Espírito Santo, Credit Agricole, Telefónica espanhola, BPI. Mas, além do JF, a PT tem na Comunicação Social (CS): Jornal de Notícias, Diário de Notícias, 24 Horas, Tal & Qual, Açoriano Oriental, D.N. Madeira e uma dezena de revistas; rádio TSF, Editorial Notícias; grande poder na TV; 23% da Lusa; e mais de cem salas de cinema. A Impresa (Dr. Balsemão/Banco Privado Português, BPI, Globo, Edipress suíça, PT) detém outra enorme fatia da CS portuguesa (30% do mercado em

11/00). Os restantes meios privados, incluindo muitas rádios locais, estão também já dominados pelo grande capital.

Esta acelerada concentração da CS nas mãos do imperialismo, coincide internacionalmente com a sua crescente submissão ao império, de que são exemplos recentes a deslocação do comando da Vivendi (2.º maior grupo mundial de *media*) de Paris para Nova Iorque, e a decisão de M. Döpfner, presidente do CA do grupo alemão Springer, de impor aos redactores a assinatura no contrato de trabalho da obrigação de serem fiéis à NATO e aos EUA. Assim, hoje, não basta dizer que a CS está ao serviço do capital – ela é do grande capital. E com a sua posse, aliada ao aumento da capacidade de influir e de condicionar que o avanço na tecnologia e nas Ciências Humanas permitiu, o imperialismo dispõe de uma poderosa ferramenta, que está a utilizar em pleno, para tentar vergar os seus principais opositores: as organizações sindicais e políticas representativas dos verdadeiros interesses dos trabalhadores e dos povos. Convenha-se que devido à actual desproporção de meios, favorável ao capital, mas também ao oportunismo e à traição de alguns a quem foi permitido que se guindassem a postos de direcção no Movimento Operário e deles dispusessem a bel-prazer, o imperialismo tem obtido importantes vitórias. Neste quadro, o que devemos esperar? A constância com que o PCP se continua a afirmar como organização política de classe dos trabalhadores e a firmeza com que a generalidade dos militantes se empenham na defesa das suas características fundamentais, são espinhas cravadas na garganta do capitalismo que actua em Portugal e, no entender dos ideólogos do imperialismo, maus exemplos que urge eliminar. Para nos abaterem têm recorrido a tudo, mas sobretudo à CS. E, como se não bastasse o esperado uso dessa arma contra o nosso Partido, a burguesia tem vindo a dispor de basto municiamento da parte de alguns militantes que se comportam como porta-vozes de fracção. A indesculpável falta de medidas políticas e disciplinares atempadas, além de estar a encorajar cada vez mais graves comportamentos antiestatutários, tem permitido uma longa acção de descrédito dos comunistas portugueses junto do nosso Povo e tem afectado muito o trabalho partidário. É verdade que as eleições são uma das facetas da nossa luta e não a única. Mas alguém acredita que as achas lançadas por esses militantes para a fogueira em que a CS do grande capital nos tem estado a «fritar» não estão a prejudicar gravemente as nossas diversas frentes de actuação, incluindo a eleitoral? Além de outras, da Conferência Nacional devem sair as seguintes medidas:

1 – Encarregar o Comité Central de repor sem demora a normalidade estatutária, agindo eficazmente contra o fraccionismo. No actual quadro de agressivo cerco a que estamos sujeitos, só com coesão organizativa poderemos resistir com êxito. E sem disciplina partidária não há organização.

2 – Arranque imediato de trabalho destinado a estudar a situação na CS e com base nas conclusões reformular a actividade de Agitação e Propaganda.

M. J. Esteves  
Lisboa

## Algumas distrações...

Tendo como perspectiva a preparação da Conferência Nacional a 22 de Junho, penso que algumas questões se devem e têm que levantar.

Depois de se saber o resultado das eleições autárquicas últimas, alguns camaradas recomeçaram uma grande campanha contra o Partido e a sua Direcção (camara-

das estes que tiveram oportunidade de participar no XVI Congresso), mas estranho é saber que são também estes camaradas que não participaram activamente na campanha eleitoral. Eu nunca os vi em nenhuma iniciativa, mas tive oportunidade de ouvir alguns, a pouco tempo de eleições, dizer mal da CM e dos eleitos da CDU, ou seja, tenho dúvidas que o seu objectivo fosse reforçar ou realmente provocar aquele resultado!

Na minha opinião, os resultados das legislativas 2002 não foram bons mas não é justo que se diga que é um problema de Ideais ou de Projecto Político, pois eu não acredito que as insuficiências de 99 (ano em que a CDU subiu 2 deputados nas Legislativas) se tenham agravado assim. É lógico que temos insuficiências, mas grande parte dessas insuficiências deve-se à campanha contra o Partido, que, claro, é muito acarinhada pelo capital, dando oportunidade a esses camaradas de irem à TV «para que o PCP seja um Partido mais forte e mais fortalecido».

Sou um bocado distraído, mas realmente não vi estes camaradas no Encontro Nacional, para preparar eleições Legislativas, na FIL... Ali nós podemos analisar e preparar as eleições Legislativas!... Bem!... Sou realmente distraído com toda a certeza!

Penso que alguns camaradas, por não conhecerem a discussão que é feita dentro do Partido (por a trocarmos pelo zapping da TV ou pelo seu belo sofá), podem cair no erro de não filtrarem a informação que a comunicação social nos dá e por isso, agora mais que nunca, se acentua a necessidade de todos nós lermos o «Avante!» e o «Militante» e, claro, irmos aos Centros de Trabalho e procurar comunicados ou boletins, desde os da Comissão Concelhia ao Boletim da Célula de Bairro ou da Célula de Empresa.

A JCP vai realizar o seu 7.º Congresso já em Novembro e, como sabemos, tanto a preparação deste Congresso como ele próprio acarretam um grande esforço financeiro, estando por isso em curso uma Campanha Nacional de Fundos. E sabem o mais divertido... alguns destes camaradas que exigem o Congresso do Partido não contribuem para a JCP, nem com 1€, e nem sequer falam com quem lhes faz a abordagem. Dizem, a despachar, já dar muito... Eu pergunto: a quem?

É dito todos os dias nos meios de comunicação social que o PCP está velho, que os seus ideais estão ultrapassados, que se verifica um definhamento e que, a continuar assim, o Partido tem morte anunciada... Então, é contraditório o crescimento cada vez maior que a JCP tem vivido. Qual a razão que estes camaradas alegam? Ou será que o seu distanciamento da Organização vai a tal ponto que nem conhecem o crescimento da JCP?

Acho que, de uma forma pouco inteligente, alguns destes camaradas se auto-excluem das organizações, fazendo isto, muitas vezes, para mais tarde dizerem que foram excluídos, ou então, como eu já ouvi, dizerem que não conseguem discutir nos organismos de base pois os outros militantes têm confiança cega na Direcção e não têm alcance de discussão. Não acredito que seja minimamente verdade que não haja alcance de discussão e pena é quando se utiliza este tipo de desculpa por não ter capacidade de aceitar a opinião colectivamente formada e não a conseguir defender fora do Partido.

Por último, penso que alguns tipos de iniciativas – ao que percebi para exigir o Congresso do Partido e de solidariedade com o militante João Amaral por não fazer parte da lista da CDU pelo Porto – foram muito infelizes, quebrando qualquer laço fraterno que deve haver entre comunistas e tendo como principais objectivos, na minha opinião, o descrédito do Partido junto da opinião pública e o seu consequente enfraquecimento.

Contra alguns desejos oportunistas e individualistas, penso que temos, tanto na preparação como no final da Conferência, de afirmar e divulgar a mensagem de que continuaremos a luta por uma sociedade mais justa sem exploradores nem explorados.

Camaradas, os jovens acreditam na JCP e neste Partido, não o deixemos matar!

Hugo Abade  
Barreiro

## A fábula da rã

Não tinha pensado escrever estas linhas. Mas depois, vê-se tanta coisa por essa comunicação social que....

### A política

A política é a concepção e depois o resultado de como todos nós produzimos e acedemos aos bens inerentes à vida em sociedade. Por outras palavras é a contribuição dos cidadãos para a formação da riqueza (aqui entendida como tudo o que é necessário, útil ou sumptuário ao homem) e o benefício que e como dela os cidadãos recebem.

As políticas são o modo do sistema angariar dos cidadãos, voluntariamente ou obrigados, as contribuições para a riqueza e as medidas para depois a manter em quem o sistema quer ou a redistribuir, também, como o sistema entende.

Afinal, simples! Todos sabemos isto. Mesmo que o não saibamos dizer. E quanto mais nos baralham, mais difícil é sabermos dizer. Mas que sabemos, sabemos, porque o sentimos... e de que maneira!

### O poder

O poder é o conjunto de cargos, competências, atribuições, organizados em instituições estatais da mais variada espécie (desde o nosso vizinho guarda da PSP até S. Ex.º o Presidente da República) que concebem, executam e fiscalizam as políticas e a política.

Dirão: mas falta o poder económico, que é hoje quem manda, com as trans e as multi internacionais da recolha dos recursos naturais, da produção, da comercialização, dos serviços, da comunicação social, do capital financeiro, do capital associado à máquina de guerra, etc. Que globalizam isto tudo e mandam em tudo....

Isso sim: é o poder!

Mas eu agora não vou falar disso. Basta dizer que têm toda a razão os que assim pensarem.

### Os partidos

Os partidos são ou devem ser formas de intervenção criadas pelos cidadãos, a partir da sua liberdade intrínseca e inalienável do ser humano, para conceberem, organizarem, exercerem e fiscalizarem o exercício do poder e a política e as políticas.

Para isso criam e mantêm uma organização com regras que quem neles se integra aceita.

Assumem princípios de identidade.

Todos nós, integrados ou não em partidos políticos, sabemos querer algo também em perspectiva do momento, de próximo, médio ou longo prazo.

Todos nós sabemos que a realidade nem sempre se ajusta aos nossos desejos.

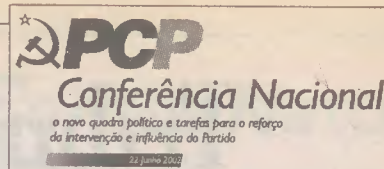
Nós queremos mudar esta sociedade. Como outros historicamente quiseram e conseguiram. Com os princípios que temos o nosso papel histórico é mudá-la.

Cabe-nos, agora a nós, manter e desenvolver esses princípios e transmiti-los e garantir que o Partido o faça. Com opinião por vezes diferente, com erros ou menor compreensão das realidades de qualquer momento; enquanto o Partido o fizer o Partido está bem.

Mesmo os que de boa vontade, ou nem tanto (e outros com raio de acção de voz mais comprido), sonham com soluções



# Tribuna da Conferência



miraculosas ou golpes de inteligências ou estratégias iluminadas, sabem isto...

## As pessoas

A sociedade, os poderes, os partidos são pessoas. Os interesses das pessoas são e pretende-se que sejam organizados para atingir objectivos comuns a determinados sectores e classes sociais.

Nesta luta, em termos colectivos, há, sempre houve, avanços e recuos.

Também temos assistido a manifestações políticas dentro de partidos e que algumas mudam a sua natureza e princípios, e são sempre apresentadas em nome de qualquer coisa que há-de ser melhor para os mesmos objectivos que também dizem querer atingir.

Passadas as esperanças que conseguem atrair vêm-os ombrear com os poderes e as políticas que ontem combatiam.

Também temos assistido a desencantos e desistências em termos individuais, pelas mais diversas razões. Em termos individuais todas serão respeitáveis.

Há momentos em que os homens olham para si mesmos e se auto avaliam de si e por si pelos contributos que deram ou poderiam ter dado.

Há momentos também em que se auto-avaliam por comparação, despidos ou desatentos dos valores com que trabalharam ou para que trabalharam e nessas circunstâncias tendem a olhar para quaisquer outros sem ver a razão da desproporção.

Quando isso acontece o desalento paga-se consigo mesmo, como na fábula da rã:

A rã viu um boi. Quis ser tão grande como ele. Inchou, inchou... Até que rebentou!

Partido com princípios (e para lutar por eles e realizá-los) é Partido. O resto é outra coisa...

Janeiro Loures

## Um filme já visto (\*)

Dado o pouco espaço disponível, vou ser breve, claro e sem ambiguidades. Quando finalmente se cumpriu o sonho do III reich de policiar o mundo (só que em vez de Hitler é Bush quem dita a lei), os resultados começam a aparecer. Em todo este processo é incontornável a responsabilidade do sr. Gorbatchov e da camarilha que o rodeava. A sua «perestroika» («necessidade urgente surgida dos profundos processos do desenvolvimento da Sociedade Socialista»), que segundo dizia vinha corrigir erros (reais) do passado, traduziu-se num erro ainda maior. O drama do Povo Russo está à vista dos nossos próprios olhos, não precisa de mais comentários. Hoje quem governa o mundo são as grandes empresas americanas e, sem qualquer dúvida, um dos instrumentos da manipulação dos povos é a comunicação social.

O antigo jornalista Joseph Goebbels, mestre na venda de gato por lebre, escreveu a cartilha. A propósito, apenas um pequeno apontamento apanhado ao acaso. Num filme oriundo dos EUA, exibido a 6 de Maio pp na RTP1, «O Informador», alguém dizia para o actor principal (Al Pacino) no papel de um produtor de televisão: «Mas a Imprensa é livre», ao que este contrapõe: «Sim, a Imprensa é livre para os donos dela». Fala quem sabe. A CS Portuguesa claramente não gosta do PCP mas, ao invés, anda com os revisionistas deste Partido ao colo (a quem chama simpaticamente de renovadores). Como sabemos, «não há almoços grátis» e esses camaradas sabem o preço que estão (alegremente!) a pagar. Curioso é que os ditos renovadores mais não fazem do que repetir velhos e requeitados argumentos, sem qualquer

originalidade. Este filme já estreou há mais de 100 anos, com reposições «oportunas» em momentos de crise. Mas se tais argumentos não são bons não é por serem velhos, porque o que é bom é sempre novo. Todos nos lembramos da simpatia com que a dita CS tratava o popular Gorby. Era sem dúvida um Comunista bom, um autêntico renovador que amava o seu Povo e o seu Partido, o glorioso Partido de Lenine. E foi para maior glória do PCUS que fez o que fez. Deve ser por isso que ainda hoje o Ocidente lhe paga milhares e milhares de dólares para o ouvir em conferências um pouco por todo o lado. Aliás, com toda a justiça, porque o homem merece.

Mas eu não acredito que o PCP se vá «perestroikar». Um Partido por quem tanta gente deu a vida não merece essa traição. Acredito, sim, que nos dias que correm a vida não está nada fácil para os comunistas (aliás, nunca esteve). A pressão é enorme. Os resultados eleitorais foram o que se sabe. O Partido tem debilidades de organização (tem, sim senhor!). Assim sendo, haverá camaradas que escolhem percorrer caminhos mais fáceis. «A bucha é dura. Mais dura é a razão que a sustém...» (o Zeca... sempre actual). Não haverá no Partido regras intemporais e imutáveis, mas entre Congressos os Estatutos que valem são aqueles que estão aprovados, e são bem claros. É sobremaneira ingrato vir teorizar (ao arrepio dos mesmos Estatutos) quando, onde e a quem se aplicam ou não se aplicam, sob pena de isto parecer pouco sério e o Partido perder credibilidade não só junto dos seus militantes como também da restante população. O Partido tem que passar para o exterior uma imagem de firmeza, de convicção e de rigor, o contrário de conformismo, de dúvida ou de mesmo falta de paixão. Por mero acaso (ou talvez não), veio-me à memória um fragmento de uma carta enviada por Lassale a Marx em Junho de 1852, que Lenine escolheu para abertura do «Que Fazer?»: «A luta interior dá ao Partido força e vitalidade; a maior prova de debilidade de um Partido é o amorfismo e a ausência de fronteiras nitidamente delimitadas; o Partido fortalece-se depurando-se...»

Supondo que o Partido se transformava e passava a ser «outra coisa», seria um sentido de perda, de orfandade. Mesmo de abandono. Na melhor das hipóteses (num dia de grande desprendimento), experimentaríamos uma frustração semelhante àquela que senti outro dia quando me dirigi a um estabelecimento de que era cliente há muitos anos e me disseram: «Desculpe, mas agora já não comercializamos esse artigo. Mudámos de ramo.»

António Revez Almada

## Estamos a falar de quê? (\*)

Os camaradas dos jornais, das rádios e das tv's estão esgotados, repetitivos e sem ideias. Assim não se criam condições para uma reflexão dos comunistas. É o mesmo que malhar em ferro frio. Falam em reorganizar. Eu pergunto-me se não quererão desorganizar (destruir) a reorganização que foi iniciada em 40/41 e que deu ao Partido as características que só ele tem. Partido da classe operária e de todos os trabalhadores. Partido de combate, Partido resistente, alternativo e democrático. Partido de homens e mulheres que ao longo da história e nas situações mais diversas sempre souberam marcar a diferença de opiniões com lealdade e respeito mútuo. O que os camaradas dos jornais, das rádios e das tv's não têm.

Porque, ao mesmo tempo que aceitam ser usados pela comunicação social dominante (do Pinto Balsemão, Belmiro e

outros) contra os interesses do Partido (da unidade interna do Partido), estão também e desde logo a perder o respeito por si próprios.

E quando se fazem jogadas de antecipação, querendo dizer que se é mais esperto que com 30 ou 40 anos de militância, que não se é um qualquer nem se aceitam censuras é porque se é, no mínimo, elitista.

E quando se diz que os camaradas dos órgãos da Direcção do Partido, democraticamente eleitos em Congresso, não intimidam é porque se é, no mínimo, arrogante.

Estamos então a falar de quê?! Claramente, de uma concepção diferente de Partido e de posições também claras de confronto ideológico. Senão vejamos: ser comunista, hoje, não quer necessariamente dizer, ser do PCP. Já não somos um Partido da ideologia Marxista. Já não somos revolucionários nem o Partido é mais um Partido revolucionário, criativo. Porque ao sermos Leninistas estamos a ser anti-Marxistas, ortodoxos e obreiristas.

E desapareceu qualquer influência da classe operária nas transformações sociais em curso na sociedade e até no movimento sindical, pela simples razão de que há muito deixou de haver operários. O que há é uma classe de trabalhadores da caneta e do discurso, abertos aos jornais, às rádios e às tv's, preocupados com alianças e resultados eleitorais, que irá no futuro assumir, enquanto movimento de cidadãos sem cor nem ideologia, a luta por uma sociedade sem Leninistas.

Que me desculpem os camaradas a ironia, mas escrevo o que me vai na alma. E o que me vai na alma também me leva a fazer as seguintes perguntas:

– A quem terá servido a política de esquerda plural em França? Aos trabalhadores? Ao reforço eleitoral dos comunistas franceses?

– E seria um mal menor se daqui a quatro anos tivéssemos que votar útil no PSD, tendo assim impedido Paulo Portas de chegar a primeiro-ministro?

Camaradas, os ventos da globalização são ventos de direita e de extrema-direita.

Realiza-se a Conferência porque o Congresso virá a seu tempo. Mas que a lição primeira a retirar do debate seja a de que a luta dos comunistas passa pelo reforço da organização do Partido.

Cristóvão Jacinto Loulé

## Respeitar as regras (\*)

À porta do campo de futebol da minha terra fui encontrar o seguinte diálogo:

– Desculpe, mas não tem as quotas em dia, por isso não o posso deixar entrar.

– Sou sócio, por isso quero entrar. Eu não pago quotas, pois sou contra a direcção, acho que ela impõe uma orientação suicidária ao clube, que ainda nos leva à descida de divisão, por isso não pago.

– Está no seu direito, mas eu, que por acaso também sou sócio, tenho de cumprir as regras que o impedem de entrar como sócio sem as quotas em dia.

– Pois é, regras que são impostas por uma direcção que encetou um processo de degenerescência sectária, isolacionista e negacionista, e ainda me querem excluir por não pactuar com tais regras.

– Se quer ver o jogo tem de pagar as quotas em atraso ou pagar o bilhete de não sócio.

– Não pago, porque de qualquer modo era colaborar com esta direcção e com funcionários como você que se calhar estão há demasiado tempo no clube e que invocam regras para me excluir do jogo só porque estou contra a direcção.

– Eu não pergunto aos sócios se estão a favor ou contra a direcção, eu cumprio as regras que, embora possam não ser as melhores, são as que existem.

– Vou-me queixar à comunicação social, quero uma Assembleia Geral para demitir a Direcção e vou alterar os estatutos.

– Faz muito bem, mas até para os alterar tem de os cumprir e uma das obrigações para tal é ter as quotas em dia, e já que as vai ter de pagar não seria melhor pagá-las agora e ver o jogo?

Não sei qual foi o desfecho da conversa, mas no fim do jogo veio um sujeito, de microfone na mão, ter comigo e perguntou-me se concordava que a direcção excluísse sócios dos jogos só por estarem contra ela.

Não digo aqui o que respondi pois ia quebrar o clima de serenidade que deve pautar esta Tribuna.

Falando na Tribuna, quero respeitar os camaradas que criticam a direcção, mas chamo-lhes a atenção para que se querem que eu os respeite e que lhes possa dar a minha confiança, têm de respeitar minimamente as regras definidas, mal ou bem, pelo colectivo. Estou pouco atreito a ouvir críticas que vêm encomendadas pelo Belmiro ou pelo Balsemão. Desconfio de quem se pode queixar de só ter um terço de página do Avante quando a «Direcção» tem todo o resto. Penso que estão habituados, bem ou mal, a ter páginas e páginas sem que o Partido seja ouvido, ou quando é deturpado. Como posso votar num camarada para um Congresso, mesmo para a Conferência, se ele não cumpriu as regras a que se obrigou, que garantias me dá de no futuro as cumprir, estas ou outras?

Já agora, que regras é que propõem, se é que querem regras? Lembro que têm de ser consensuais e que duvido que algum partido, principalmente o nosso possa sobreviver sem elas.

Estou muito pouco aberto a propostas do género de listas para «a Direcção», em que aos militantes fica reservado o papel de escolher, de quatro em quatro anos, os salvadores (Cavaco Silva – PSD – Figueira da Foz).

Estou mais aberto a alterações de funcionamento interno; por exemplo, circulação de propostas e ideias vertical e horizontalmente, reuniões nacionais sobre alguns temas (saúde, educação, segurança no trabalho, etc.).

É fácil criticar, mais fácil criticar «a Direcção», como se muitos dos «críticos» não tivessem sido da «Direcção» e não tivessem telhados de vidro para algumas das críticas que utilizam.

Cuidado, algumas, direi mesmo muitas, das críticas que aparecem nesta Tribuna e por todo o Partido, merecem toda a nossa atenção, reconheço que é difícil digeri-las quando já andaram por toda a praça pública, mas lembro, para animar os camaradas, que antes do 25 de Abril era bem pior.

Não devemos colar rótulos nos camaradas, não há bons nem maus, todos temos algo de renovador, algo de ortodoxos e algo de muitos outros ingredientes. O mesmo se passa com as intervenções desta Tribuna, em boa hora aberta, não há boas nem más, todos trazem um contributo para o colectivo. Beber em cada uma delas o melhor e rejeitar o resto é tarefa de cada Militante. Peço desculpa pelo pouco sumo desta.

Luís Mota Aveiro

## Enfiar a cabeça na areia

Existem alturas na vida em que devemos parar para reflectir e sobretudo ouvir os outros, tentando acima de tudo procurar a verdade. Não sou intelectual, nem comentador político mas gostaria de partilhar com os leitores do nosso jornal algumas das minhas opiniões sobre a situação do nosso Partido.

Não posso ouvir nas entre linhas que se diga que este ou aquele camarada esteja a ser influenciado por opiniões que neste caso não são as mesmas da direcção do Partido, por essa ordem de ideias todos seremos influenciados uns pelos outros. Da minha parte já há algum tempo que venho expressando a minha preocupação com a crescente perda de influência do Partido.

Penso que será motivo para reflexão que, sendo este um Partido de trabalhadores, por que motivo não votam estes em nós?

Será que todos os trabalhadores são assim tão influenciados? Ou será que o Partido não estará a afastar-se destes mesmos trabalhadores?

Penso que seria bom que os elementos do CC escutassem mais os simpatizantes e os outros democratas que com o partido colaboram (que cada vez são menos) e ouvissem o que eles dizem no fundo seria ouvir estes mesmos trabalhadores. Não sou dono da verdade absoluta mas também ninguém o é. Somos um colectivo em que nos devemos respeitar uns aos outros e principalmente respeitando as várias opiniões. Penso haver espaço para se ter uma opinião contrária à da direcção do Partido pois não acredito que todos os militantes pensem da mesma forma.

Em relação ao funcionamento do partido: será que o centralismo democrático funciona mesmo?

Será que os elementos do CC tem acesso às opiniões dos militantes de base?

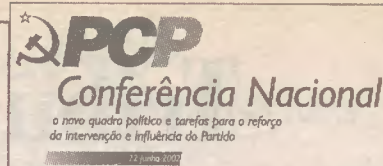
Penso que se deveria limitar o número de mandatos nos vários órgãos do partido para que não se caísse no erro de certos camaradas pensarem que o cargo que desempenham seria vitalício. Acho que seria mais democrático a escolha do secre-

### Nota da redacção:

Nas eleições de 17.3.2002, a CDU perdeu 15 701 votos e um deputado no distrito de Setúbal e não, como escreve o camarada Orlando Gonçalves, «cerca de 30 000 votos (...) e deputados). Quanto ao distrito do Porto, nas eleições de 1999 a CDU não ficou «à beira de eleger o terceiro deputado». Infelizmente ficou muito longe disso.



# Tribuna da Conferência



tário-geral por todos os congressistas e não por um grupo restrito de militantes. Acho também que se deveria optar pelo voto secreto na escolha do CC em congresso. Penso que deveríamos redefinir as nossas posições em relação ao que consideramos classe operária. Existe desde à alguns anos a esta parte uma mutação em termos de trabalhos à qual, nós, como partido, não temos dado a devida atenção.

Penso que o nosso discurso não chega aos ouvidos dos trabalhadores, não porque eles não nos queiram ouvir, mas sim porque a maior parte das vezes são discursos demasiado longos, quase sempre lidos sem ênfase o que torna o discurso monótono deixando as pessoas sem interesse.

Na minha opinião não pode o CC culpar a comunicação social pelos maus resultados obtidos nos vários actos eleitorais dizendo que não tem tempo de antena, sejamos lógicos como quer a direcção do partido ter o mesmo tempo de antena quando em termos de votação para eleições presidenciais obtém 5%, para eleições autárquicas obtém a presidência de 23 C.M. e nas últimas eleições legislativas perde 5 deputados passando para quarta força política com um resultado de 6,97%. Sejamos lógicos, não tenhamos ilusões, o erro não está nos outros, penso que estará em nós, nas orientações que a direcção tem tomado e nas escolhas que têm feito. Vejamos o caso de Setúbal, o Partido perde cerca de 30 000 votos nas últimas eleições legislativas, perde deputados e passa para terceira força política. Acho que a escolha do camarada Jerónimo de Sousa não foi a mais correcta. No Porto passámos de estarmos à beira de eleger o terceiro deputado para um deputado estando quase a par do BE.

Estas são algumas das minhas preocupações. Penso que a direcção do Partido não deveria entender as críticas que lhe são feitas como sendo afrontas directas.

Não quero passar para o PS, não estou aburguesado e não quero outro partido, quero estar neste Partido, solidário com consciência de classe mas também quero que o Partido do qual militante há mais de 20 anos se modernize e actualize nunca se abstendo de ouvir todos e para que seja um Partido verdadeiramente com paredes de vidro, sem ter medo de dizer aos portugueses que é alternativa, que quer governar, que sabe governar melhor que os outros.

Por tudo isto, e porque a conferência embora seja importante não pode alterar estatutos, seria importante a realização de um congresso.

Orlando Gonçalves  
Lisboa

## Uma contribuição (\*)

Esta minha simples mas sincera contribuição vai no sentido de promover uma postura mais consentânea com o colectivo do Partido, tendo em conta a necessidade de acabar com tanto ruído dissonante e discussões estérteis; geradoras, essas sim, de crispções e azedumes, causando por esse motivo muito desânimo e desprendimento, favoráveis - nesta encruzilhada de dificuldades - ao grande gozo dos nossos adversários e inimigos de classe. Para o efeito sugere-se:

- Que o confronto de ideias no debate político, que já se afirma nesta tribuna, seja o mais aberto possível, amplo, sem restrições, mas dentro dos organismos em que cada um se integra, sem desconfianças, intoleráveis, aliás, num Partido que se quer compreensivo e fraterno.

- Que se acabe de vez com imposições de fora do Partido, alimento de ódios e desmotivações extraordinariamente graves e prejudiciais ao mundo do trabalho e das camadas mais desfavorecidas, para onde deveremos orientar todas as nossas energias. Fracções organizadas não podem ser toleradas. Compromissos duradouros e serenidade precisam-se.

- Tornar imperiosa a necessidade de uma vez por todas se acabar com o alimento voraz desta comunicação social, que se diz isenta e plural, do pensamento único *made USA*, e que, de olhos e ouvidos bem abertos, está sempre alerta para difundir tudo o que seja objecto de notícia negativa e contrária à acção do Partido.

- Para reforço na mobilização, como forma de ultrapassar algumas debilidades conhecidas, que se tomem medidas adequadas ao bom funcionamento orgânico sem que se ponham em causa os princípios Marxistas-Leninistas - instrumento revolucionário principal de todas as orientações sempre prontas a estudar e a equacionar a correlação de forças que se geram nas sociedades e a dar-lhes combate adequado.

- Se se achar por bem a efectivação de um Congresso Extraordinário, que penso não haver razões para o efeito, então que se realize, tendo embora presente o respeito e as definições estabelecidas nas normas e regras Estatutárias. Estar na predisposição de aceitar as regras e resoluções, porque democraticamente aceites, é um dever que a todos se impõe, já que só assim podemos levar por diante os nossos valores à conquista duma sociedade mais justa e igualitária, a Sociedade Socialista e Comunista.

Em jeito de remate, diria que ainda bem que neste confronto de ideias se faça luz, já que esta não é apenas monopólio de alguns iluminados por mais notáveis que se julguem. Dignos de nota são a massa militante anónima e desinteressada, espalhada um pouco por todo o universo de actividades onde generosamente protagonizam e lutam tenazmente em favor dos explorados contra os exploradores. Os comunistas verdadeiros não capitulam; os

exemplos históricos recentes desencadeados um pouco por todo o lado são bem elucidativos nos desaires sofridos.

Para aqueles cujo espírito já lhes suscita dúvidas acerca da identificação com os valores do Partido, embora afirmem o contrário, e que tentam confundir delíto de comportamento com o de opinião, sempre lhes direi que só há uma saída honesta: a porta por onde entraram é a mesma por onde podem sair. Temos urgência noutras tarefas, essas sim bem mais importantes. Não queiram fazer do PCP da Classe Operária e de todos os Trabalhadores um qualquer Partido ou muleta de outros ao serviço exclusivo de interesses pessoais ou de carreirismos políticos. O património de luta revolucionária pela transformação da sociedade, que eu saiba, não está à venda nem em leilão numa qualquer bolsa de valores. A esses desígnios, estou em crer, havemos de dizer não.

Aníbal Romano  
Laranjeiro

## Até que enfim...

O artigo de J. Amaral no Expresso de 18/5 e a entrevista que dá ao JN do mesmo dia vieram finalmente esclarecer os reais motivos, intenções e objectivos que o movem a ele e aos que junto dele andam. Em síntese: a subversão do Partido!

Não há lugar a mais equívocos! A mais distrações! A mais descuidos! Tudo está ali preto no branco, ao fim de 4 meses (pelo menos) de graves prejuízos para o Partido.

A partir de 18 de Maio e destas duas peças, há que claramente perguntar a todos os que «gostam de jantar fora» e dar o seu ar de irreverência colunável, se pretendem seguir por aí? Assumam (!) como fez J. Amaral. Façam rápido um abaixo-assinado com os 10 pontos, colham assinaturas e entreguem.

Para os camaradas que dizem que não têm dúvidas sobre o que pretendem Amaral, Figueira, Edgar e..., mas que a exclusão, mas que a oportunidade, mas que assim e assado, para esses também aqui fica a questão: então? Como é? O mar continua a enrolar na areia? As amigas vão continuar a sobrepor-se às realidades? As histórias, os passados, etc., vão continuar a estar à frente da análise objectiva das ideias, dos conceitos em discussão? O XVI Congresso vai continuar a ter as costas largas? Será que o XVI Congresso está para alguns membros do Partido como o gonzalvismo para a direita? Deixemo-nos de retórica e justificações que nada justificam. Quem partilha dos 10 pontos tem o direito e o dever de assumir. E não há pontes entre este partido e o partido dos 10 pontos do J. Amaral. Não venham cá com terceiras vias e IP4, etc.

Por fim, aconselho os camaradas a lerem com toda a calma o livro «Que Fazer?». Está lá tudo!

Um grande abraço a todos os comunistas!

Manuel Jesus  
Laranjeiro

## Demos todos as mãos!

Paremos e pensemos.

Em vez de nos «agredirmos» verbalmente ou por escrito, em vez de pensarmos que a razão está sempre do nosso lado, já é tempo de darmos as mãos e por-mos para as costas todos estes desentendimentos.

Estou convencido, tenho a certeza, que as preocupações provocadas pelos maus resultados eleitorais atingiram todos nós, tanto os camaradas que a comunicação social que temos rotula de «ortodoxos» como os camaradas pela mesma rotulados de «renovadores».

De certeza, eu assim julgo, que tanto a uns como a outros lhes assistem razões. Não temos andado todos há muitos anos dentro do mesmo porão a procurar resistir a tempestades de toda a natureza que têm investido contra esta grande nau, que é o Partido Comunista Português?

E essas constantes investidas, quer queiramos, quer não, aqui ou acolá acabam, por vezes, por causar rumbos, correr o casco, por muito boa que seja a qualidade tanto do madeirame como da caldeação que deu riça ao ferro transformado no aço de que foi construído, por muito boa que seja a tinta que o proteja da corrosão, ou lacerar o velame, o que força a retenções da rota preestabelecida ou desvios da mesma, causando em algumas ocasiões um certo desânimo em um ou outro membro da tripulação, não raramente em marinheiros mais experimentados, e é nesses momentos extremos que o comandante e também os imediatos, e não só, têm de ter a serenidade, compreensão, a par de firmeza e coragem e também estratégia, para dirimir qualquer tipo de insatisfação ou inquietação entre a marinhagem, sem deixar de a escutar e, tanto quanto possível, também atender e entender os seus anseios, as suas hesitações (quantas vezes motivadas por algum saber que têm...), os desânimos e também os medos.

Tenho esperança, estou mesmo convencido, de que nós, comunistas portugueses, tal como experientes mariantes perante uma tempestade e um mar alteroso, vamos todos, mas mesmo todos, esquecer, mas esquecer mesmo, as quezílias que nos estão a colocar de costas um tanto uns para os outros, alijando-as pela borda fora, arregaçar as mangas e procurar colmatar todas as brechas, de peito bem aberto, de forma a tornar a nossa nau mais resistente, porque depois desta tempestade, talvez a mais intensa pós-25 de Abril/74, outras poderão avizinhar-se e a nossa nau, para lhes resistir, para as enfrentar, tem absoluta necessidade de estar fortemente calafetada, sem contudo não esquecer de lançar o ferro bem ao fundo para uma sólida ancoração.

Porque, cuidado, há tubarões que já babujam junto ao casco, e os salva-vidas, além de poderem não chegar para todos, podem não aguentar os naufragos no meio da tempestade, não esquecendo que não deixarão logo de aparecer abutres a pairar sobre a costa.

Os trabalhadores estão muito apreensivos, milhares, muitos milhares, mesmo milhões de portugueses estão com os olhos postos em nós, no PCP.

Por isso, camaradas, comunistas portugueses, se somos mesmo comunistas e queremos muito ao nosso querido Partido, se o queremos cada vez mais forte é porque entendemos que o nosso ideal tem cada vez mais razão de existir e porque a razão assiste a quem resiste,

*Demos todos as mãos!...*

... sem esperar pela bonança, o nosso ideal é sempre esperança por um mundo cada vez melhor, não só para mim como p'ros do lado, esse fito é o nosso fado, que essa esperança seja cada vez maior.

Basílio Carvalho  
Lisboa

## Por um Partido revolucionário (\*)

1. Marx considerava que todo o valor da sua teoria residia em ela ser «essencialmente crítica e revolucionária». (1) (2)

No dizer de Lenine (3), o marxismo, como crítica materialista, é a única que aproxima todos os factos político-jurídicos, sociais, morais, etc., do que é económico - do sistema das relações de produção, dos interesses das classes que necessariamente se constituem no terreno de todas as relações sociais antagónicas.

Tal como Lenine sublinhava também a qualidade revolucionária como «absolutamente inerente ao marxismo», «dando-se esta teoria à tarefa de *fazer luz* sobre todas as formas de antagonismo e de exploração na sociedade contemporânea, de seguir a sua evolução, de demonstrar o seu carácter transitório, a sua inevitável transformação numa outra forma, e de *ajudar o proletariado a pôr termo, também tão depressa e facilmente quanto possível, a qualquer exploração*. A força de atracção irresistível que essa teoria exerce sobre os adeptos do socialismo (da sociedade socialista) em todos os países, vem precisamente do facto de associar o espírito revolucionário a um carácter estritamente científico (...).

«Assim, para Marx - salienta adiante Lenine -, a tarefa expressa da ciência é dar a verdadeira palavra de luta, isto é, saber apresentar com objectividade esta luta como produto dum sistema determinado de relações de produção; de saber compreender a necessidade desta luta, o seu conteúdo, a marcha e as condições do seu desenvolvimento. Não se saberia dar a «palavra da luta» sem estudar com todos os seus pormenores cada uma das formas desta luta, sem a seguir passo a passo quando ela passa de uma forma a outra, a fim de saber, em cada instante preciso, determinar a situação sem perder de vista o carácter geral da luta, o seu fim de conjunto: a supressão completa e definitiva de toda a exploração e de qualquer opressão».

2. *Crítica e revolucionária* - estas devem ser hoje ainda duas das grandes linhas de conduta e de identificação, duas características dominantes da acção operária e trabalhadora - em Portugal, na Europa e no mundo -, e da própria intervenção ideológica do nosso Partido.

*Crítica*, porque não somos, e não pretendemos ser, nem governantes e administradores; nem serventes ou explorados, da formação capitalista e imperialista, das suas classes e poderes políticos, unitários ou federalistas. Antes procuramos actuar e lutar, entre nós e internacionalmente, pela união e mobilização, operária, trabalhadora e popular, contra o globalismo imperialista; para, pelo povo e para o povo, acabarmos com o antagonismo explorador e opressivo no caminho para uma Humanidade produtiva, livre, igual e pacífica, progressivamente socialista e comunista.

*Revolucionária*, porque, ontem como hoje, aprendemos com a nossa e a alheia experiência histórica que os sistemas e regimes de exploração e opressão, sociais e políticos, só podem ser vencidos e transformados quando se afirma, legitimamente, uma situação revolucionária: quando, como é uso dizer-se, é criada pelos povos contra os seus opressores, nas suas relações, actos, lutas e consciência, um repentina situação de mudança em que as forças opressivas já não são capazes de governar e os povos já não toleram a sua opressão.

Agir democraticamente para aproximar a revolução que continuará Abril, a mudança brusca e profunda da realidade antagónica da exploração monopolista antioperária e antiprodutiva, inimiga da soberania nacional e popular, por grandes lutas e movimentos operários e trabalhadores, urbanos e rurais, civis e militares, unidos à luta de outros povos - é o papel dominante dos continuadores de Abril nos nossos dias.

Uma luta de anos?

Mas um futuro de milénios, mais coerente e seguro, que se fará presente...

(1) Ver o prefácio à 2.ª edição do Livro I de «O Capital», de Karl Marx, Eds. Sociales, Paris, 1945, Livro I, Tomo I, p. 29.

(2) V. I. Lenine «O que são os amigos do povo» 1.ª edição policopiada de 1894. Obras Completas, em língua francesa, Eds. Sociales de Paris/Eds. do Progresso, Moscovo - (1966). Anexo III, Vol. I, pp. 365/366.

Pedro Almeida  
Lisboa

(\*) Títulos da Redacção.



## Comunicação

• Francisco Silva

Mesmo antes de existirem as modernas tecnologias da informação e comunicação já se cometiam erros semelhantes aos que aquelas viriam a magnificar. Com efeito, pode-se sempre relembrar a história de um habitante de Vila Nova da Barquinha, o qual, no tempo da outra senhora, viu a sua residência vistoriada pela GNR, a mando do seu *Big Brother*. Tendo a delegação aí enviada revistado os livros existentes – Oh! Estes instrumentos de perdição –, descobriu os volumes da célebre Enciclopédia *Larousse* e zás, como eram dos russos, trata de apreendê-los e levá-los a todos (mesmo todos, pois claro) de volta para o posto.

Infelizmente não tenho tido tempo para seguir de forma suficiente a questão



## Burricês do big brother global?

do Echelon, um instrumento *Big Brother*, um olho global que parece pretender ver tudo, operado e controlado pelos EUA, em cooperação, nomeadamente, com o Reino Unido e com a Austrália. Mais a mais, tratando-se de uma estrutura cujo conhecimento detalhado, por razões óbvias, não está acessível ao comum dos mortais. Contudo, o facto de, aparentemente, nem os outros mais nucleares países do Ocidente estarem dentro da jogada tem levantado apreensões, que já se manifestaram a nível do Parlamento Europeu.

E, realmente, tratando-se o Echelon de um organismo-rede de espionagem a nível global, logo à cabeça é interessante verificar a situação geoestratégica dos três países referidos, a parecer sugerir uma cobertura espacial adequada. Claro, com minimização do número de países envolvidos e atendendo também a condições de privilégio em termos de alianças – no género, aliados são muitos, mas uns são mais aliados que os outros, o que não deixa de ser natural; mais, no grupo dos aliados há hierarquias, dispendo-se em grupos concêntricos, do centro para a periferia.

### Outras questões

Mas não são estas as questões que quero versar de momento. Assim, a primeira questão a realçar é o facto de, mais uma vez, e como sempre, a geografia contar e muito. Isto é, por muito colapsadoras do espaço e do tempo que sejam as utilizações das tecnologias das comunicações, permanecerá por todos os séculos a necessidade de dispor de uma boa cobertura do espaço, neste caso do conjunto do globo terrestre. Porque em estreita ligação com as comunicações electrónicas estão não só as comunicações em presença física dos correspondentes mas, sobretudo, a sua razão de ser: a consequente actuação material e tangível.

Caso contrário, que sentido faria obter informações, ou escutar por toda a parte, detectar segredos industriais e

científicos, perscrutar as intenções de governos, sindicatos e partidos, e de simples cidadãos, interceptar as comunicações das redes terroristas? Sim, que sentido fazia tudo isto se não servisse para actuar no terreno, qualquer que seja o terreno onde se encontrem os protagonistas e onde estes desenvolvem os processos respectivos? À procura dos responsáveis do 11 de Setembro, não se foi fazer a guerra ao Afeganistão (bem sei, até à data ainda não foi capturado Bin Laden, o presumível principal responsável)?

Portanto, para além da existência de uma cada vez mais ubíqua rede de comunicações, fixa e móvel, através da qual se telefona, se interneta, se ouve rádio e se teleespecta pela televisão, etc, uma rede que, dizem-nos ensaístas como Virilio, desterritorializou as nossas vidas – pois então, a realidade quase a circunscrever-se apenas ao ciberespaço –, portanto, para além de tudo isto, em paralelo, também a vontade de determinar a posição de tudo, de ter o território global permanentemente esquadrinhado ao pormenor, incluindo através da utilização de satélites. A palavra de ordem: «escutar» as comunicações e conhecer as localizações.

E, quanto aos erros do tipo referido na menção introdutória – a outra questão que me quero referir aqui –, também eles acontecem com o emprego dos mais modernos sistemas. Não fora assim e não toparíamos com os gémeos dos que levaram os volumes do *Larousse*. Ou não será do mesmo cariz o que se verifica quando uma cidadã é registada pelas autoridades na sequência da utilização em sentido metafórico do termo «bomba» ao comentar uma péssima prestação do filho numa festa escolar. E porquê? Os serviços de *intelligence* têm mesmo de cometer as «burricês» derivadas de buscas sistemáticas e primárias?

Fica o facto: a ilegal observação sistemática de comunicações em vez da selecção dos alvos reconhecidamente ilegítimos e criminosos. Um sintoma de espionagem aguda, mais a mania persecutória, a tolar a eficácia? Ou outras razões?

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Poeminhos

#### Se

Amor? Ninguém duvida de que está no altar se, pelo menos, durar toda a vida.

#### Gesto

Rosa no lixo. Resto de um sonho inteiro. Ainda o gesto sobranceiro.

#### Operários

Estão no mesmo saco. Com outras farpelas. A ausência do fato-macaco não iliba as estrelas.

#### Cravo

Teso. Duro. Aceso no escuro.

#### Memória

Quando o mar ia vigiado Maio, mês de Maria Machado.

#### Partido

Um coração respiração comum.

#### Felicidade

Ter-te, ter-te cortado a haste e jamais saber se chegaste.

#### Inquietação

Sorriso? Um barco? Ave do paraíso? Sonho de charco?

#### Romance

Na praia os dois de braço dado depois o reino universal desabitado.

#### Conselho

Goza a pele de mármore enquanto não se quebrar o encanto.

#### Quotidiano

«Ver-te à porta, Maria a fazer meia»... Hoje, poesia desta, já para a cadeia!

#### Manipulação

Jovem herói por condição a engrenagem o define. Alex? Não mas o James Dean.

#### Actual

Salário pago é já em si um roubo. Recusado. o absurdo de um crime de roubo roubado.

## Cartoon

• Monginho

JORGE SAMPAIO  
VAI VOLTAR A ALMOÇAR  
COM DURAÕ BARROSO  
E SÃO PARA CONTINUAR  
ESTES ALMOÇOS DE  
"TRABALHO"...!

Ó PRESIDENTE...  
VAIS TER QUE  
JANTAR TAMBÉM  
PORQUE A "EMENTA"  
É ENORME !!!



mi



## Religiões

• Jorge Messias

Esta semana, a série *Voos Rasantes*, ainda incompleta, vai sofrer uma breve interrupção. É que se impõe fazer um ligeiro comentário aos planos que a Igreja vem alimentando relativamente à Comunicação Social. Ideias que vêm de há anos. No *Avante!* tem vindo a tentar-se acompanhar esta crescente presença eclesial entre os grandes barões empresariais, antes e depois das recentes eleições legislativas. O seu aberto alinhamento com as grandes associações patronais e a forma solícita como colocou à disposição dos políticos e dos grupos económicos dominantes a própria doutrina social católica e o conceito de ética cristã são detalhes reveladores do traçado de um vasto plano cujos objectivos imediatos são a destruição da democracia política e o insuperável agravamento da exploração das classes médias e populares. A igreja católica está em tudo isso presente. Naturalmente que nesses planos secretos se situa o assalto à comunicação social, peça fundamental do poder do Estado da direita e dos *lobbies* instalados ou em fase de instalação. E a hierarquia conhece bem a importância do desafio que tem pela frente. Desde os anos dos



# A Igreja Católica e a TV

governos de Cavaco Silva que a Igreja procura um lugar entre os grandes do reino mediático. Agora, está a um passo de concretizar os seus propósitos. Domina um gigantesco grupo económico mas ainda precisa de conquistar, na área pública e por baixo preço, um jornal diário de grande expansão, uma rede própria de emissão de sinais e outro canal de TV, além de uma nova estação na RDP. Sublinha-se a expressão *outro* para dizer-se aquilo que tem sido calado: a Igreja e as suas organizações *nunca saíram da composição dos capitais da TVI*; limitaram-se a abandonar a sua linha editorial, o que no fundo nada significa. A Igreja continua a deter uma posição dominante no capital social da empresa e a receber chorudos dividendos do bolo publicitário da TVI. De resto, esta história financeira da TVI e da *Mediacapital* - com as suas manobras ocultas e as suas ligações a intermediários e especuladores bolsistas e a *off-shores* - continua a representar em Portugal mais um escândalo silenciado pelo poder. Remetemos o leitor para a página 4 do número de 29 de Maio do *Avante!*. Aí, numa curta intervenção intitulada *Master Plan*, o camarada Carlos Gonçalves faz uma síntese do megaplano cujos contornos se desenham na televisão pública. Com três grandes grupos económicos interessados na privatização e na alienação da RTP: a *Portugal Telecom*, a *Impresa*, e a *Mediacapital*. Por óbvias razões de pudor, não é mencionada a igreja católica mas tudo transparece claramente ao conhecerem-se os nomes dos parceiros internacionais de cada grupo concorrente: a *Portugal Telecom* (recentemente envolvida numa embrulhada troca de interesses com a *Luso-*

*mundo*) apoia-se na *SIC Notícias*, na *TV Cabo*, no *Grupo Espírito Santo*, nos *Funds* da segurança social norte-americana e na *Telefónica* espanhola; a *Impresa*, de Pinto Balsemão, homem forte do PSD, tem os apoios naturais das *holdings* da *SIC*, das imprescindíveis participações dos *Funds* das seguradoras americanas, do *Grupo Espírito Santo*, do *BPI/BCP*, do *Chase Manhattan Bank* (o Banco do Vaticano nos EUA), do *Banco Luxemburguês*, instituição que ora é apontada como prolongamento do IOR ora se envolve em escândalos financeiros, e da *GLOBO* (como que uma *LUSOMUNDO* brasileira ligada ao «Centrão» católico); finalmente, a *Mediacapital*, cuja obediência à Igreja, à *Opus Dei* e à banca privada seria ocioso contestar. São mencionados, como seus apoiantes, a *VERTIX*, ligada ao grupo de especuladores financeiros que compraram grandes lotes de acções da *TVI*, outra vez os *Funds* americanos e, por último, o Santo Domingo, fortíssimo sub-grupo do *Banco Central* (Ordem de S. Domingos). Os interesses da Igreja estão a salvo. Quaisquer que sejam os resultados da privatização da RTP, eles **convirão à hierarquia católica**. D. José Policarpo é considerado o grande arquitecto desta espectacular táctica da Igreja. Especialista em comunicações sociais, era já citado como braço direito de D. António Ribeiro no projecto de constituição da *TVI*. Agora, ao que parece, nada sabe acerca de coisa nenhuma. *Gostaria que alguém me dissesse o que é o serviço público (...) poderia até ser isto motivo de referendo!*, declarou há dias o cândido patriarca. Distracção difícil de entender, mesmo num patriarca.

## «A má-fé no posto de comando»

Requeru o Jornal «Expresso», em carta assinada pelo seu Director-Adjunto, José António Lima, e pela jornalista Maria Teresa Oliveira, e datada de 31 de Maio passado, a publicação, ao abrigo dos artigos 24.º e 25.º da Lei 2/99, do seguinte texto:

«Em artigo publicado no Jornal «Avante!» de dia 29 de Maio de 2002, sob o título «A má-fé no posto de comando», escreveu Vítor Dias: «Até à semana passada, os leitores do «Expresso» não tinham tido direito a qualquer informação jornalística sobre o Projecto de Resolução para a Conferência Nacional do PCP.» Asser-

ção que, aliás, sustenta outras que faz no seu texto.

«Tal afirmação não corresponde, porém, à verdade. Em artigo publicado na pág. 10 do 1.º Caderno do Jornal «Expresso» do passado dia 18 de Maio de 2002, sob o título «PCP não ata nem desata», 80 das 176 linhas do referido artigo são dedicadas, precisamente, ao Pro-

jecto de Resolução Política para a Conferência Nacional. Para mais, no texto remete-se para as páginas do PCP na internet, onde o texto integral do projecto de Resolução pode ser consultado». Recorde-se que este artigo foi publicado duas edições antes do artigo de Vítor Dias.

«Quanto a textos de opinião, o «Expresso» sempre revelou abertura e disponibilidade para publicar artigos de dirigentes e responsáveis do PCP. Disponibilidade que não tem, em regra, correspondência (apesar de alguns convites expressamente feitos, também para entrevistas)

por parte da maioria dos dirigentes do PCP.»

Publicamos o texto, conforme requerido. De acordo com o artigo 26.º da Lei acima referida, no seu ponto 6, «No mesmo número em que for publicada a resposta ou a rectificação só é permitido à direcção do periódico fazer inserir uma breve anotação à mesma, da sua autoria, com o estrito fim de apontar qualquer inexactidão ou erro de facto contidos na resposta ou na rectificação(...)». Por isso, na próxima edição, o «Avante!» publicará um breve comentário de Vítor Dias.

## Jornadas Parlamentares do PCP

Dias 7 e 8 de Junho  
Hotel Dona Maria – Covilhã  
Sexta-feira, 7, às 12h  
Sessão de abertura com intervenção de  
**Carlos Carvalhas**

EM LISBOA

«A Democracia,  
o regime democrático  
– participação popular e eleições»

Quinta-feira, 6, 21h,  
no CT Vitória

\*

EM SETÚBAL

«As funções sociais do Estado  
e a privatização dos serviços»

Sexta-feira, 7, 21h30, no Edifício Arrábida  
com **Francisco Lopes**

\*

Encontro sobre

“O CÉU ÚNICO EUROPEU”

Hoje, dia 6, às 18h,  
no Edifício do PE

Largo Jean Monet, 11, 1.º – Lisboa  
Com a participação de **Joaquim Miranda**

\*

ENTRONCAMENTO

Debate público sobre

**Segurança Social**

Hoje, 6, às 21h,

na sala da Junta de Freguesia  
Com **Eugénio Rosa e Fernanda Mateus**

\*

«Energia e Desenvolvimento  
sustentável»

Debates no Espaço Vitória  
promovidos pela célula da Ciência,  
Tecnologia e Ambiente  
do S. I. da ORL

Dias 11, 17 e 28 de Junho,  
sempre às 21h

ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE  
PORTUGAL-CUBA

**Brigada José Martí**

De 1 a 22 de Setembro

Trabalho solidário – Conferências  
Visitas a Cienfuegos e Cego D'Avila  
Informações: Tel. 213857305



## Assembleias para discussão do Projecto de Resolução Política e eleição de delegados

### Aveiro

Assembleias plenárias do concelho de Aveiro: hoje, dia 6, 21h, CT de Aveiro, com **Francisco Lopes**; dos concelhos de **Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga**: hoje, dia 6, 21h30, CT de Aveiro, com **João Frazão**; do concelho de **Ilhavo**: dia 7, 21h, com **António Salavessa**; do concelho de **S. João da Madeira**: dia 7, 21h30, CT de S. João da Madeira, com **Júlio Vintém**; do concelho de **Espinho**: dia 7, 21h30, com **João Frazão**; do concelho de **Oliveira de Azeméis**: dia 8, 15h, com **António Salavessa**; do concelho de **Sta. Maria da Feira**: dia 8, 15, Esc. EB23 de Paços de Brandão, com **Joaquim Almeida**; dos concelhos de **Vale de Cambra, Arouca e Castelo de Paiva**: dia 8, 21h, Junta de Freguesia de Codal (Vale de Cambra), com **João Frazão**.

### Beja

Assembleias plenárias do concelho de **Alvito**: dia 7, 21h30, CT de Alvito; do concelho de **Vidigueira**: dia 7, 21h, CT da Vidigueira; do concelho de **Ferreira do Alentejo**: dia 8, 15h, CT de Ferreira; do concelho de **Mértola**: dia 8, 14h30, CT de Mértola. Assembleia plenária da freguesia de **Pias**: dia 8, 17h, CT de Pias. **Reunião com independentes** sobre o Projecto de Resolução Política da Conferência Nacional do PCP: dia 7, 21h, no CT de Beja.

### Braga

Assembleia plenária do concelho de **Guimarães**: dia 8, 15h, CT de Guimarães.

### Bragança

Assembleia plenária dos concelhos de **Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais**: dia 7, 21h30, CT de Bragança, com **Manuela Bernardino**; dos concelhos de **Alfândega da Fé, Carrizada de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Mirandela, Torre de Moncorvo e Vila Flor**: dia 8, 21h30, CT de Mirandela.

### Coimbra

**Lousã** – Assembleia de militantes para discussão do Projecto de Resolução e eleição de delegados, seguida da **Assembleia da Organização Concelhia**: dia 8, a partir das 17h, no salão da Junta de Freguesia da Lousã, com **Armindo Miranda**. Às 20h, jantar-convívio no restaurante «A Cave» (Inscrições, até dia 6: 239991597)

### Évora

**Montemor-o-Novo** – Assembleia plenária da área da Cidade: dia 7, 21h, CT de Montemor.

### Faro

Assembleias plenárias dos concelhos de **Loulé**: dia 7, 21h30; **Monchique**: dia 7, 21h; **Albufeira**: dia 8, 15h; **Tavira**: dia 8, 15h; **Portimão**: dia 8, 15h; **Lagos**: dia 8, 15h, com **Rui Fernandes**; de **Aljezur e Vila do Bispo**: dia 8, 16h; de **S. Bartolomeu de Messines**: dia 9, 15h; de Faro: dia 12, 21h30.

Plenário de militantes em **Vila Real Santo António**: dia 8, 15h, com **José Neto**.

**Debate em Silves** – «O Mundo no início do novo milénio»: dia 11, 21h30, CT de Silves, com **Albano Nunes**.

### Guarda

Assembleia plenária dos concelhos de **Almeida, Sabugal, Pinhel e Figueira de Castelo Rodrigo**: dia 8, 15h, Junta de Freguesia de Almeida, com **João Abreu**; dos concelhos de **Vila Nova de Foz Côa, Méda, Trancoso, Aguiar da Beira**: dia 8, 21h, Junta de Freguesia de V.N. Foz Côa, com **João Abreu**.

### Leiria

Assembleia Plenária do concelho de **Pombal**: dia 7, 21h30, CT Pombal; de **Vieira de Leiria**: dia 7, 20h30; do concelho de **Alcobaça**: dia 8, 21h30, com **Carlos Gonçalves**.

**Leiria** – Reunião de militantes da Função Pública: dia 7, CT de Leiria.

**Óbidos** – Reunião geral de militantes: dia 7, 21h30

**Peniche** – Reunião de Jovens: dia 7, 21h30.

### Lisboa

#### Sectores da ORL

**Bancários** – Plenário do Sector: dia 6, 17h30, CT Vitória.

**Função Pública** – Assembleia plenária da célula da Segurança Social/Min. Trabalho: dia 6, 19h, CT Vitória.

**Intelectual** – Plenário da célula da Cultura Literária e das Ciências Sociais: dia 6, 18h30, CT Vitória; das células dos Professores e dos Profs. Do Ensino Superior: dia 6, 21h, CT Vitória.

**SCAE** – Assembleia da célula dos Correios e DHL: dia 11, 18h30, CT Vitória; da célula da GALP Energia: dia 11, 18h30, CT Vitória.

**Sindical** – Reunião da célula dos dirigentes sindicais dos Gráficos: dia 7, 16h, CT Vitória; assembleia plenária da célula dos dirigentes sindicais: dia 11, 18h, CT Vitória.

**Transportes** – Assembleias plenárias (todas no CT Vitória) das células da Carris: hoje, dia 6, 18h; do Sector Mar e Portos: dia 7, 18h30; do Sector dos Rodoviários: dia 8, 15h; Sector dos Ferroviários: dia 12, 18h.

### Concelhos do distrito

**Amadora** – Assembleia plenária do Sector de Empresas da Amadora: dia 6, 18h30, CT da Amadora; das freguesias de **Buraca e Alfragide**: dia 8, 15h30, Espaço CDU da Buraca; da freguesia da **Mina**: dia 8, 15h30, CT Amadora; da freguesia de **Reboleira**: dia 8, 15h, no Refeitório dos Trabalhadores da Junta Freguesia; da freguesia de **Venda Nova**: dia 8, 15h, CT da Amadora; da freguesia de **Venteira**: dia 8, 15h, CT Amadora; da freguesia de **Damaia**: dia 9, 15h30, CT da Damaia.

**Azambuja** – Assembleia plenária concelhia: dia 12, 21h, CT Azambuja, com **Júlio Vintém**.

**Cadaval** – Assembleia plenária concelhia: dia 8, 21h, JF do Cadaval, com **Júlio Vintém**.

**Cascais** – Plenário do Sector de Empresas de Cascais: dia 6, 18h30, CT de Tires; da freguesia de **Parede**: dia 8, 15h, no CT; das freguesias de **Cascais e Estoril**: dia 8, 15h, CT de Cascais.

**Loures** – Assembleia plenária da freguesia de S. João da Talha: dia 6, 21h, sala da Assembl. de Freguesia: dia 6, 21h; da freguesia de S. Julião do Tojal: dia 7, 21h, CT do Zambujal; das freguesias de **St.º Ant.º dos Cavaleiros e Frielas**: dia 8, 21h, na AMSAC; da freguesia de **Loures**: dia 8, 15h30, CT Loures; do Sector de Empresas de Loures: dia 11, 18h, CT Sacavém.

**Debates** no âmbito da Conf. Nacional – sobre **Segurança Social**, com **Maria do Carmo Tavares e Eugénio Rosa**: dia 8, 21h, Soc. 1.º de Agosto, St.º Iria de Azóia; sobre **Políticas de Imigração**, com **Manuel Correia e Fernanda Mateus**: dia 8, 15h, sala da Ass. Freguesia S. João da Talha; sobre **Aprofundamento da Democracia**, com **Bernardino Soares**: dia 11, 21h, Salão do Sacavenense; sobre **O PCP no Séc. XXI**, com **Aurélio Santos**: dia 12, 21h, na AMSAC (St.º Ant.º dos Cavaleiros).

**Lisboa** – Assembleias plenárias das organizações de

**Vila Franca de Xira** – Assembleia plenária da freguesia de **Póvoa de St.º Iria**: dia 7, 21h, CT; da freguesia de **Vila Franca de Xira**: dia 7, 16h, CT; da freguesia de **Alhandra**: dia 8, 15h30, CT; das freguesias de **Forte da Casa, Calhandriz e Cacheiras**: dia 8, 16h, CT Alverca; da freguesia de **Vialonga**: dia 8, 15h, CT, com **Luís Cardoso**; da freguesia de **Sobralinho**: dia 11, 21h, CT; da freguesia de **Castanheira**: dia 12, 21h30, no CT. Reunião da Com. Concelhia sobre a situação social no concelho e sobre a Conf. Nacional: dia 12, 21h30, CT Vila Franca. Debate sobre a Juventude, com **Miguel Madeira**: dia 7, 21h, CT da Castanheira.

### Litoral Alentejano

**Alcácer do Sal** – Plenários das freguesias de **Sta. Maria, Santiago e da célula dos Trabalhadores da Autarquia**, todos no dia 8 às 15h.

**Grândola** – Assembleia plenária com a célula dos Trabalhadores da Autarquia e os Organismo de Mulheres, Comerciantes e Reformados: dia 7, 14h, CT de Grândola; Assembleia plenária com a Comissão Local de Vale Pereiros, B.º da Estação, Aldeia da Justa, Silha do Pascoal, e Água Derramada: dia 8, 16h, salão da Habigrândola; plenário da Com. Local de Canal Caveira: dia 10, 20h30, no «Café Duas irmãs». **Santiago do Cacém** – Plenários das organizações de **Santo André e de S. Domingos/Vale D'Água** – ambos às 21h.

**Odemira** – Plenários com as organizações das freguesias de **Relíquias, São Salvador e Santa Maria**: dia 8 às 15h, em Odemira; com as freguesias de **S. Luís e Vila Nova de Milfontes**: dia 8, 15h, em S. Luís; de **S. Teotónio e Zambujeira do Mar**: dia 8, 15h, em S. Teotónio; também em **Luzianes Gare**, dia 6 às 15h, com as freguesias de **Colos, Luzianes Gare,**

**Santo Tirso** – Assembleia concelhia: dia 8, 15h, CT S. Tirso.

**Vila do Conde** – Assembleia concelhia: dia 7, 21h30, CT Vila do Conde.

**Vila Nova de Gaia** – Assembleia da freguesia de **Oliveira do Douro**: dia 8, 21h, CT Oliv. do Douro; da freguesia de **Santa Marinha**: dia 8, 15h, CT Gaia; Assembleias de diversas organizações de freguesia (**Grijó, Perosinho, Pedroso, Serzedo, Seixezelo**): dia 8, 21h, JF de Perosinho

### Santarém

**Abrantes** – Assembleia concelhia: dia 8, 15h, CT.

**Aleanena** – Ass. concelhia: dia 8, das 17 às 20h, CT Aleanena.

**Almeirim** – Assembleia concelhia: dia 7, 21h, Auditório da Biblioteca Municipal.

**Alpiarça** – Plenário concelhio: dia 9, 15h, CT do PCP.

**Benavente** – Ass. concelhia: dia 7, 21h30, CT de Benavente; plenário de **Samora Correia**: dia 7, 21h30, CT de Samora.

**Santarém** – Reunião de Jovens Comunistas: dia 8, 15h, CT Santarém

**Coruche** – Ass. concelhia: dia 6, 21h, CT Coruche; de **Foros de Lagofços**: dia 8, 17h, Esc. Prim..

**Rio Maior** – Ass. Concelhia: dia 7, 21h, CT de Rio Maior.

**Torres Novas** – Assembleia plenária concelhia: dia 7, 21h30, CT de Torres Novas.

### Setúbal

**Setúbal** – Assembleia do Sector Químico: dia 7, 18h30, CT; do Sector de Empresas de Serviços e Hospitais: dia 12, 18h, CT; de Função Pública, Empresas Metalúrgicas e Dispersos: dia 13, 18h, CT. Assembleia plenária da freg. de S. Lourenço, empresas de **Azeitão e Sécil**: dia 6, 21h, CCDBA; das freguesias de **Sta. Maria e Anunciada e célula da SAPEC**: dia 8, 15h, CT; da freg. **S. Sebastião, PME's, Chesetúbal e APSS**: dia 8, 15h, CT; freguesias de **Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**: dia 8, 21h, Coop. de Habitação das Pontes; da freg. de **Sado, Merloni e Iola**: dia 9, 15h30. Assembleia da célula dos Trabalhadores da CM Setúbal: dia 6, 18h, CT Setúbal. Assembleia eleitoral das células **Lisnave, Portucel, Inapa, Regiset e Seguros**: dia 7, 18h, CT Setúbal.

**Almada** – Assembleias plenárias de **Junção Vereação, Academia, EDP e Saúde** (dia 6, 18h30, CT Pombal); **Junção Professores e bancários (CT Pombal)**, dia 6, 21h; freguesia de **Almada** (dia 8, 15h, CT); **Junção AIPICA, CTT, FP, Pão de Açúcar, Seguros, Telecom** (dia 12, 18h30, CT concelhio); **Junção Trab.**

**Autarquia, Teatro de Almada, Têxteis** (dia 12, 18h30, CT concelhio); **Arsenal**: dia 12, 18h, CT concelhio; **Laranjeiro** (dia 6, 21h, CT Laranjeiro); **Trafaria** (dia 7, 21h, Clube Fut. Trafaria); **Junção Apoio Concelhio e Transtejo** (dia 7, 18h30, no CT Pombal); **Charneca de Caparica** (dia 7, 21h, CT de Charneca); **Feijó** (dia 8, 15h, na JF); **Costa de Caparica** (dia 8, 15h, Grupo Amigos da Costa); **Cova da Piedade** (dia 8, 15h, CT concelhio); **Pragal** (dia 8, 15h, CT).

Plenários para debate do Projecto de Resolução: dia 7, dia 11 e dia 14, no CT concelhio de Pombal, 21h.

Assembleia da Organização da Freguesia de **Almada**: dia 8, 9h30, CT de Almada; plenário da Organização de **Cacilhas**: dia 7, 21h, JF)

**Barreiro** – Plenário da Freguesia: dia 6, 15h, CT da Freguesia; reunião da Coordenadora Concelhia de eleitos autárquicos: dia 6, 21h, CT concelhio.

Plenário do Sector ferroviário: dia 8, 10h, CT concelhio.

Plenários das freguesias, todos no dia 8: **St.º André e Lavrã** (ambos no CT da Freg., 15h; de **St.º António (SFUA, 15h); freg. Alto Seixalinho (15h, CT Concelhio), Palhais (15h30, GRD Palhais); de Coia (Café do Orlando, Covas de Coia); Junção de Sectores (dia 11, 21h, e dia 12, 17h30, CT Concelhio); Sector Químico (dia 12, 17h30, CT Lavrãdio).**

**Moita** – Ass. da célula dos trabalhadores da CM (dia 6, 17h30, CT); da Org. da Zona Sul e dos bregos da Moita (dia 7, 21h, CT da Moita). Da organização de **Alhos Vedros (CT, 15), de Baixa da Banheira (CT, 15h); de Vale da Amoreira (15h, CAVA); de Zona Periférica da Moita (CT, 16h) – todos no dia 8. Dia 12: da Zona Centro da Vila da Moita (CT, 21h).**

**IV Assembleia da Org. da Freguesia de Sarilhos Pequenos e agregados do Gaio Rosário**: dia 8, 21h, CT Sarilhos Pequenos.

**Palmela** – Plenários das freguesias de **Palmela (dia 6, 21h, CT), Marateca (dia 7, 21h, Cajados), Quinta do Anjo (dia 7, 21h30, CT), Pinhal Novo (dia 8, 15h, CT).** Plenário da célula dos Trab. da CM (dia 12, 18h, CT).

**Seixal** – Assembleias das freguesias de **Arrentela (dia 7, 21h30, IFC Torreense), de Paio Pires (dia 8, 15h, CRD Casal do Marco); de Seixal (dia 8, 15h, CT), de Amora (dia 8, 15, Auditório da JF); de Corroios (dia 13, 21h, CT).**

Ass. da célula dos Trabalhadores da CM Seixal: dia 7, 17h30, CT. Assembleia do Grupo de Junção "A": dia 8, 10h, CT.

### Vila Real

Assembleia plenária dos concelhos de **Alijó, Mondim de Basto, Murça, Sabrosa, Vila Real**: dia 8, 15h, com **Manuela Bernardino**.

Assembleia da Organização Concelhia de **Alijó** (com eleição da nova Com. Concelhia): dia 7, 21h30, na Esc. Secundária de Alijó, com **Mário Costa**.



# PCP

## Conferência Nacional

o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido

22 Junho 2002

Das 10h30 às 20h30 (proposta)

**Pavilhão do Alto do Moinho – Corroios, Seixal**  
(perto da Quinta da Atalaia)

freguesia - do **Lumiar**: hoje, dia 6, 21h, CT Lumiar, com **Paula Henriques**; de **S. Domingos de Benfica**: dia 6, 21h, CT Benfica, com **Vitor Dias**; de **Charneca**: dia 7, 21h, CT Lumiar, com **Joaquim Dias**; de **Carnide**: dia 7, 21h, CT Carnide; de **Prazeres e Lapa**: dia 8, 15h, CT Prazeres; de **Santo Condestável**: dia 8, 15h, salão da Ass. de Freguesia; de **Allto Pina e Beato**: dia 8, 15h, JF de S. João (Pç. Paiva Couceiro); de **Marvila**: dia 8, 15h, CT Marvila; de **Olivais**: dia 8, 15h, SFUCO; de **S. João**: dia 8, 15h, salão da JF; de **Alvalade, Campo Grande, S. João Brito, S. João Deus e S. Sebastião da Pedreira**: dia 8, 15h, CT Vitória. Plenário dos Sectores **Construção Civil, Portaria, Vigilância e Limpeza**: dia 6, 19h, CT Vitória; do Sector **Serviços e Hotelaria**: dia 6, 19h, CT Vitória; do Sector de **Empresas de Lisboa**: dia 7, 19h, CT Vitória. Assembleia plenária da célula da **CML**: dia 6, 19h, CT Vitória; reunião da célula da **INCM**: dia 6, 17h30, CT Vitória.

**Lourinhã** – Assembleia plenária concelhia: dia 8, 21h, na R. da Esc. Sec. Dr. João das Regras.

**Oeiras** – Plenário de militantes da freguesia de **Porto Salvo**: dia 8, 16h, CT Porto Salvo, com **Fernanda Mateus**; da freguesia de **Queijas**: dia 8, 15h30, CT de Queijas, com **Margarida Aboim**

**Inglêz**: Debate do Sector de **Empresas de Oeiras** sobre a Conf. Nac.: dia 6, 18h, CT Algés, com **Leonor Barão**.

**Sintra** – Assembleias plenárias das freguesias – **Rio de Mouro**: dia 7, 21h, CT local; **Agualva**: dia 7, 21h, CT Cacém; **Montelavar e Pero Pinheiro**: dia 7, 21h;

**Alnargem**: dia 7, 21h30, em Sabugo; **Monte Abraão**: dia 21h, Esc. Prim. n.º 1; **Queluz e Massamá**: dia 8, 15h, CT Queluz; **Belas**: dia 8, 15h, na URPIB; **Mira Sintra**: dia 8, 21h30, na Filarmónica; **Sta. Maria**: dia 11, 21h30, CT Sintra; **S. Martinho e S. Pedro**: dia 12, 21h30, CT Algueirão.

**Sobral** – Assembleia plenária concelhia: dia 7, 21h, Auditório Municipal.

**Pereiras Gare, S. Martinho das Amoreiras, Sabóia, Santa Clara-a-Velha e Vale Santiago**.

**Sines** – Plenário com as células **Com. Festa do Avante!, Com. Iniciativas e célula Trabalhadores da Autarquia**.

### Porto

**Sector de Empresas da ORP** – Assembleia plenária: dia 8, 15h, CT da Boavista, com **Sérgio Teixeira**.

**Porto** – Assembleia de diversas organizações de freguesia da Cidade: **St.º Ildefonso, Miragaia, S. Nicolau, Sé, Vitória**: dia 7, 21h30, CT Barão de S. Cosme; das freguesias de **Aldoar, Foz, Massarelos, Lordelo, Nevogilde e várias empresas da Cidade**: dia 8, 15h, CT da Boavista; da freguesia de **Campanhã**: dia 8, 15, CT Barão de S. Cosme. Assembleia da Organização dos

**Bancários/Seguros** da Cidade do Porto: dia 11, 21h30, CT da Boavista.

**Baião** – Assembleia concelhia: dia 9, 10h, na freguesia de Góve.

**Gondomar** – Assembleia da organização de **S. Pedro da Cova**: dia 8, 21h30, CT S. Pedro da Cova; de **Rio Tinto**: dia 8, 15h, CT Rio Tinto.

**Lousada** – Assembleia concelhia: dia 9, 10h, Coop. Agrícola.

**Maia** – Assembleia concelhia: dia 8, 15h, Fórum da Maia.

**Marco de Canavezes** – Assembleia concelhia: dia 8, 15h, Toutosa.

**Matosinhos** – Assembleia de **Perafita**: dia 8, 15h, casa do cam. Luís Belmiro; de **Leça da Palmeira**: dia 10, 16h30, Esc. Prim. do Corpo Santo

**Passos de Ferreira** – Assembleia concelhia: dia 7, 21h, JF de Freamunde.

**Póvoa de Varzim** – Assembleia concelhia: dia 7, 21h30, CT da Póvoa.



# ATVer

Em *Viagem a Lisboa*  
o realizador  
**Wim Wenders**  
homenageia  
a capital portuguesa

## A Saudade de Veronika Voss

(Sexta-feira, 07.06.02, RTP-2)

Com *A Saudade de Veronika Voss*, o cineasta alemão **Rainer Werner Fassbinder** encerra a trilogia das mulheres na Alemanha do pós-guerra (e assina também o seu penúltimo filme). Utilizando a estrutura de um inquérito policial, esta obra gira à volta de um jornalista desportivo que encontra uma antiga vedeta dos tempos do nazismo e a procura salvar de uma sinistra maquinação, onde ela foi transformada numa toxicod dependente por um par de médicos (uma psicanalista e um médico do Ministério da Saúde) que, conduzindo-a assim ao desespero e ao suicídio, pretendem apropriar-se dos seus bens. Uma história amarga e cáustica envolvendo ex-nazis, aqui miseravelmente explorados pelos novos-ricos da reconstrução alemã. É mais uma obra significativa desse grande cineasta que foi Fassbinder.

## Lendas de Paixão

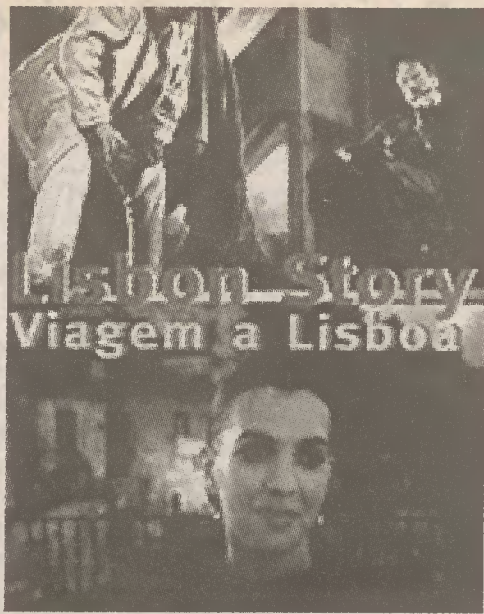
(Domingo, 09.06.02, TVI)

Resumidamente, a história de *Lendas de Paixão* é a seguinte: um rancheiro norte-americano, antigo coronel do exército, refugia-se nas montanhas de Montana com os seus três filhos (Tristan, Alfred e Samuel), tentando livrá-los, em vão, da frente das trincheiras da I Guerra Mundial. Susannah é a jovem que estará no centro do desentendimento entre os três irmãos. Esta curiosa efabulação é, sobretudo, servida por um bom trio de actores: **Anthony Hopkins**, **Brad Pitt** e **Julia Ormond**.

## Indiana Jones e a Grande Cruzada

(Domingo, 09.06.02, SIC)

Eis, de regresso à televisão portuguesa, o terceiro episódio (e o mais conseguido) da «saga» de Indiana Jones. Este episódio foi particularmente feliz, a começar pelo enriquecimento da galeria das personagens, que vai ao pormenor – e à vero-



forma magnífica, enquanto vai reflectindo sobre a natureza do cinema, nomeadamente sobre o valor da imagem e do som. Um belo exercício experimentalista, rodado com a especial arte de Wenders de grande contador de histórias, sob a fabulosa sonoridade da música dos «*Madredeus*» e servido por um vasto elenco, de **Rüdiger Vogler** a **Teresa Salgueiro**, passando por uma sentida homenagem a **Manoel de Oliveira**.

## Fama

(Terça-feira, 11.06.02, TVI)

Teve particular sucesso na televisão norte-americana (e depois nos canais europeus) esta série *Fama*, assente numa escola norte-americana de bailado frequentada por um núcleo central de personagens que iam evoluindo aos olhos dos espectadores, mais os seus dramas e histórias de quotidiano. O sucesso foi tal que, durante alguns anos, verificou-se um aumento significativo de matrículas em escolas de dança norte-americanas, surto cultural a que a era de Reagan viria rapidamente pôr fim, com a sua política de boçalidade *yuppie* e «livre iniciativa», onde até os ícones cinematográficos passaram a ser outros, como o **Rambo**, elogiado pessoalmente pelo presidente... Este filme surge no quadro desse sucesso televisivo, utilizando a mesma estrutura e, até, várias personagens, resultando num espectáculo



*Fama*, uma história de estudantes de bailado que foi um grande sucesso e continua a ser um espectáculo agradável

similhança – de mostrar o passado de Indiana Jones, apresentando-o numa primeira parte em jovem, interpretado pelo malogrado **River Phoenix** ou, ainda, de nos introduzir o próprio pai do aventureiro, interpretado, nem mais nem menos, por **Sean Connery**, que, aliás, arranca aqui não apenas mais uma soberba interpretação como, sobretudo, põe de pé uma verdadeira criação, na figura de um professor lunático e desastrado que, como pai de Indiana (interpretado mais uma vez por **Harrison Ford**) está na base das mais surpreendentes, animadas e irónicas cenas do filme. Quanto à história propriamente dita, volta à simplicidade e eficácia do primeiro episódio, desta vez pondo o herói mais os amigos e os inimigos todos à uma na demanda do Santo Graal, isto em plenos anos 30 e com os nazis mais uma vez no lado mau da história! A realização é assinada por **Steven Spielberg**, competentemente, pois claro.

## Viagem a Lisboa

(Terça-feira, 11.06.02, RTP-2)

Integrando as comemorações de «Lisboa 94», **Wim Wenders** escreveu e realizou um filme sobre a cidade que já tinha usado no passado como décor de outros filmes e com a qual tinha uma espécie de «dívida» pessoal. Assim, *Viagem a Lisboa* é uma espécie de crónica anedótica sobre e numa cidade que Wenders capta de



Em *Lendas de Paixão* um rancheiro norte-americano tenta livrar os filhos da I Guerra Mundial

muito agradável de dança, cor, alegria e ritmo.

## O Lado Obscuro da Lei

(Terça-feira, 11.06.02, TVI)

Realizado por **Sidney Lumet** (o que é uma garantia de se tratar de um filme com pés e cabeça) e interpretado por **Andy Garcia** e **Richard Dreyfuss**, *O Lado Obscuro da Lei* conta a história de um jovem advogado, ingénuo e idealista, que consegue a condenação de um traficante de drogas que matara vários polícias e deixara ferido outro (o próprio pai do jovem advogado), tornando-se deste modo muito popular na corporação policial. Mas a sua honestidade leva-o a ter em conta as acusações do traficante sobre corrupção na polícia, quando o cadáver de um ex-agente corrupto é encontrado. E vai ter tristes surpresas... Um bom trabalho de tensão, suspense e mistério.



*Indiana Jones e a Grande Cruzada*: eis de regresso o terceiro episódio (e o mais conseguido) da «saga» de Indiana Jones!

## Quinta, 6

### ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões – Local  
14.30 Via Aberta  
16.30 Amor e Ódio  
17.15 Diário de Maria  
18.15 Quebra-Cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 Gregos e Troianos  
23.00 Futebol – CM 2002 (resumos dos jogos)  
02.00 24 Horas  
02.15 Conversas de Mário Soares

### ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 Sinais do Tempo  
14.00 Tênis – Torneio de Roland Garros  
16.00 Euronews  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
18.45 Horizontes da Memória  
19.30 Clube da Europa  
20.00 Casei com uma Feiticeira  
20.30 No Centro e Arredores  
21.00 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Roswell  
00.00 «Lola» (Filme)  
02.15 Portugalmente

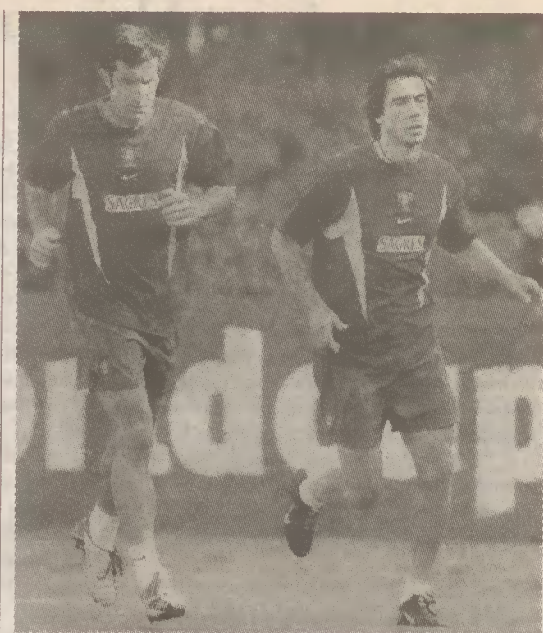
### ▼ SIC

08.00 Buéréré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Rex, o Cão Policia  
15.00 Buffy, Caçadora de Vampiros  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
24.00 Uma Loucura de Casamentos  
01.30 «A Lei da Estrada» (Filme)  
02.15 Quando os Animais Atacam

### ▼ TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs da TVI  
13.00 TVI Jornal

14.00 Academia de Estrelas  
15.15 Jardins Proibidos  
16.30 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.30 Sonhos Traídos  
23.15 Nunca Digas Adeus  
00.30 «American Gigolo» (Filme)  
02.00 Ally McBeal



Mundial de Futebol até ao fim do mês

## Sexta, 7

### ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.30 Via Aberta  
16.00 Amor e Ódio  
17.15 Diário de Maria  
18.15 Quebra-Cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.30 O Elo Mais Fraco  
22.30 C. M. 2002 (resumos dos jogos)  
02.00 24 Horas  
02.15 «Terra Sangrenta» (Filme)

### ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 Retratos – «Os Rockefeller»  
14.00 Tênis (Roland Garros)  
16.00 Euronews  
17.00 Informação Gestual  
18.15 Informação Religiosa  
19.00 2010  
20.00 Casei com uma Feiticeira  
20.30 No Centro e Arredores  
21.00 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Assassinatos Políticos  
24.00 «A Saudade de Verónica Voss» (Filme de R. W. Fassbinder. Ver Destaque)  
01.50 Portugalmente

### ▼ SIC

08.00 Buéréré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Dúas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 O Clone  
23.00 O Grande Mestre  
00.30 Sexo e a Cidade  
01.00 Buffy, Caçadora de Vampiros

### ▼ TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs da TVI  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Academia de Estrelas  
15.30 Jardins Proibidos  
16.30 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.30 Sonhos Traídos  
23.15 Nunca Digas Adeus  
24.00 Diário do Mundial  
00.30 «Demasiado Evidente» (Filme)  
03.45 «Alien Nation – O Legado Udlara» (Filme)

## Sábado, 8

### ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top +  
15.00 O Passio dos Alegres  
18.00 Fórmula 1 – GP do Canadá (Treinos)  
19.30 Contra-Infomação  
20.00 Telejornal  
21.00 Hóquei em Patins  
23.00 Campeonato do Mundo 2002 (resumos dos Jogos)  
02.00 24 Horas  
02.15 «O Guardiã» (Filme)

### ▼ RTP 2

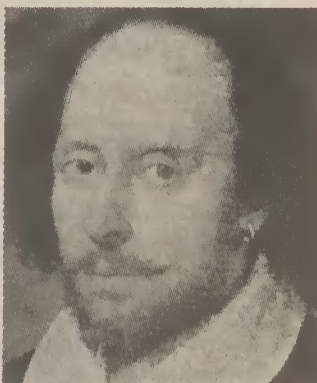
07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
19.30 Horizontes da Memória  
20.00 Famílias  
20.30 Bombordo  
21.00 Por Outro Lado  
22.00 Jornal 2  
23.00 O Lugar da História  
00.00 Britcom  
01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)  
02.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

### ▼ SIC

08.00 Sic a Abrir  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.45 Catarina.com  
14.30 «Walker, o Ranger do Texas» (Telefilme)  
16.30 «Air America» (Telefilme)  
18.00 «Escola de Homens» (Filme)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Linha da Sorte  
22.00 Residencial Tejo  
23.30 «A Profissional» (Filme)  
01.30 Buffy, Caçadora de Vampiros  
03.15 «A Face Oculta da Lei» (Filme)

### ▼ TVI

08.45 Animação  
09.45 Gala das Estrelas  
11.45 Lux  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Contra-Ataque  
15.00 «Caça-Fantasmas – II» (Filme)  
17.15 Tudo por Amor  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 O Último Beijo  
23.30 Diário do Mundial  
24.00 «As Palavras que Nunca te Direi» (Filme)  
01.45 «Confronto com o Passado» (Filme)



William Shakespeare





Tourada na SIC

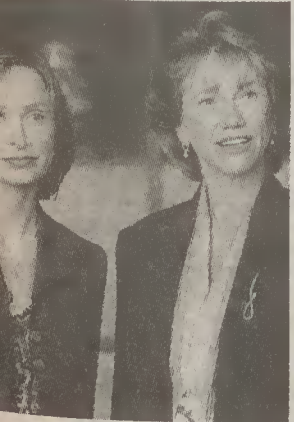
Domingo, 9

▼ RTP 1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.30 Planeta Azul
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 João Baião
- 17.55 Fórmula 1 - GP do Canadá
- 20.00 Telejornal
- 21.30 Camilo, o Pendura
- 22.00 Campeonato do Mundo 2002 (resumos dos jogos)
- 01.30 24 Horas
- 02.00 «Tudo em Família» (Filme)

▼ RTP 2

- 07.00 Euronews
- 09.00 Programa Religioso
- 11.30 Horizontes da Memória
- 12.00 Turma das Ciências
- 13.00 O Homem de Kon-Tiki (1)
- 14.00 Desporto 2
- 18.30 Futebol, o Jogo Maravilhoso
- 19.30 Onda Curta
- 20.00 Os Miseráveis (2)
- 21.00 Artes e Letras - «As Mulheres de Fassbinder»
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 «Fintar o Destino» (Filme Português)



Ally McBeal

- 00.30 Sinais do Tempo
- 01.30 2010 (Rep.)

▼ SIC

- 06.45 SIC a Abrir
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Indiana Jones - Aventura em Férias» (Telefilme)
- 16.15 «Dirty Work» (Telefilme)
- 18.00 «Indiana Jones e a Grande Cruzada» (Filme)
- 20.00 Jornal da Noite
- 22.00 Herman SIC
- 24.00 «A Fronteira do Perigo» (Filme)
- 02.00 Buffy, Caçadora de Vampiros

▼ TVI

- 09.15 «Águas Selvagens» (Filme)
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Domingo Fantástico
- 15.45 «Mulher Sofre!»
- 17.45 «Negócio de Família» (Filme)
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Anjo Selvagem
- 22.00 O Último Beijo
- 23.00 Jornal do Mundial
- 23.30 «Lendas de Paixão» (Filme de Edward Zwick, EUA/1994, ver Destaque)
- 02.40 «O Desaparecimento de Kelly» (Filme)

Segunda, 10

▼ RTP 1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 10.00 Praça da Alegria
- 12.30 CM 2002 - Jogo: Portugal-Polónia
- 14.30 Jornal da Tarde
- 15.20 Via Aberta
- 17.00 Comemorações do 10 Junho
- 18.15 Quebra-Cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.15 Sorte Grande
- 21.30 Gala do Contra-Info 2002
- 22.30 Campeonato do Mundo 2002 (resumos dos jogos)
- 02.00 24 Horas
- 02.15 «Heróis do Tirol» (Filme)

▼ RTP 2

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 O Homem e a Cidade
- 13.30 O Lugar da História
- 14.30 Euronews
- 17.00 Informação Gestual
- 18.15 Informação Religiosa
- 18.45 Planeta Azul
- 19.15 Caderno Diário
- 19.30 Veterinário de Emergência
- 20.00 Casei com uma Feiticeira
- 20.30 No Centro e Arredores
- 21.00 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Six Feet Under
- 00.00 «A Cidade Branca» (Filme)
- 01.50 Portugalmente

▼ SIC

- 08.00 Buêré
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.15 «Uma Cavaleira em Camelot» (Filme)
- 16.15 Malhação
- 17.15 Tourada
- 19.15 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 O Clone
- 23.15 Especial Herman
- 00.15 Século XX
- 01.30 «Lucille, o Fim da Inocência» (Filme)

▼ TVI

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs da TVI
- 13.00 TVI Jornal



«Conversa da Treta» regressa à SIC

- 14.00 Academia das Estrelas
- 15.00 Batatoon
- 15.30 Sonhos Traídos
- 18.00 Tudo por Amor
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Anjo Selvagem
- 22.15 Sonhos Traídos
- 23.15 «Sei o que Fizeste no Verão Passado»
- 02.00 Jornal do Mundial
- 02.30 «Tensão Máxima em S. Petersburgo» (Filme)

Terça, 11

▼ RTP 1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Um Estranho em Casa
- 15.30 Amor e Ódio
- 17.15 Diário de Maria
- 18.15 Quebra-Cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.30 Grande Informação
- 22.30 O Elo Mais Fraco
- 23.30 Campeonato do Mundo 2002 (resumos dos jogos)
- 02.00 24 Horas
- 02.15 «Raptada» (Filme)

▼ RTP 2

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 O Homem e a Cidade
- 13.30 2010
- 14.30 A Escola e a Assembleia
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Onda Curta
- 19.30 Caderno Diário
- 19.55 Turma das Ciências
- 20.20 Casei com uma Feiticeira
- 20.30 3º Calhau a Contar do Sol
- 21.00 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Os Limites do Terror
- 00.00 «Viagem a Lisboa» (Filme de Wim Wenders. Ver Destaque)
- 01.50 Portugalmente

▼ SIC

- 08.00 Buêré
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.00 Malhação
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.15 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 22.00 Fúria de Viver
- 23.00 O Clone
- 00.30 Conversa da Treta
- 01.00 «O Lado Obscuro da Lei» (Filme)

▼ TVI

- 08.15 Animação Infantil
- 09.45 As Manhãs da TVI
- 13.00 TVI Jornal
- 14.45 Jardins Proibidos
- 15.00 Batatoon
- 16.30 Sonhos Traídos
- 17.30 Academia das Estrelas
- 18.00 Tudo por Amor
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Anjo Selvagem
- 22.00 Sonhos Traídos
- 23.15 «Fama» (Filme. Ver Destaque)
- 01.15 Os Olhos da Lei

Quarta, 12

▼ RTP 1

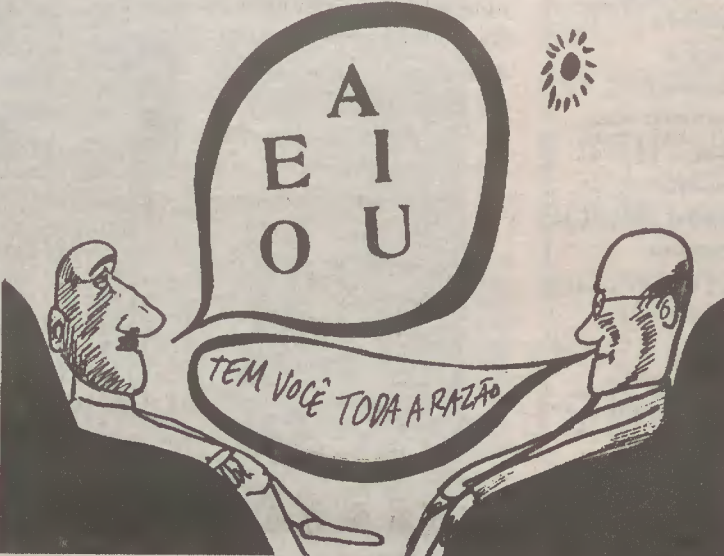
- 07.00 Bom Dia Portugal
- 12.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Via Aberta
- 16.30 Amor e Ódio
- 17.15 Diário de Maria
- 18.15 Quebra-Cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.30 O Elo Mais Fraco
- 22.30 Campeonato do Mundo 2002 (resumos dos jogos)
- 02.00 24 Horas
- 02.15 «Decameron» (Filme)

▼ RTP 2

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 O Homem e a Cidade
- 13.30 Por Outro Lado
- 14.30 Euronews
- 13.30 Por Outro Lado
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Bombordo
- 19.30 Caderno Diário
- 19.55 Shakespeare - Uma Análise Crítica
- 20.20 Casei com uma Feiticeira
- 20.30 3º Calhau a Contar do Sol
- 21.00 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Conversas de Mário Soares
- 00.00 «Passagem por Lisboa» (Filme)
- 01.50 Portugalmente

▼ SIC

- 08.00 Buêré
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.00 Malhação
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.15 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 22.00 Fúria de Viver
- 23.00 O Clone
- 24.00 Febra da Bola
- 00.00 Hora Extra
- 01.30 «Desapareceu uma Criança» (Filme)



▼ TVI

- 08.15 Animação Infantil
- 09.45 As Manhãs da TVI
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Academia de Estrelas
- 16.45 Batatoon
- 17.30 Academia de Estrelas
- 18.00 Tudo por Amor
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Anjo Selvagem
- 22.45 Sonhos Traídos
- 23.15 Nunca Digas Adens
- 23.15 «Albino Alagator» (Filme)
- 02.30 Os Olhos da Lei

Nota: A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto  
Correia da Fonseca

A «1»  
e a Feira

Foi inaugurada a Feira do Livro do Porto e a RTP fez do acontecimento uma cobertura perfeitamente aceitável. Depois, foi a Feira do Livro de Lisboa e o trabalho da RTP neste segundo caso pareceu-me bem melhor do que tem sido costume, creio mesmo que o melhor de sempre, embora seja certo que o digo confiado apenas no único elemento de que disponho, o da minha memória de telespectador atento, que não será tão seguro quanto eu próprio queria. É claro que pode sempre desejar-se, e obviamente alegrar-se, que a reportagem poderia ter sido ainda melhor. Mas bem se sabe que esta contestação facilíma em qualquer caso é sempre possível de formular, por excelente que tenha sido o que se conseguiu, e por essa inesgotável capacidade virtual para tudo poder ter sido melhor se esgota a credibilidade da objecção. Neste caso, o certo é que em plena Feira o José Alberto de Carvalho fez uma reportagem nada breve e de muito boa qualidade. Que também por lá tenha andado uma outra jornalista com pouco jeito e/ou escassa

que não se pode dizer tudo em tempo limitado, e muito menos ir ao encontro do que desejam telespectadores anónimos e pesporrentes. Por isso dou boa nota ao trabalho da RTP sobre a Feira do Livro, como diria o professor Marcelo quando está numa de telecatedrático.

A memória impertinente

Porém, há a memória em convergência com uma pitada de reflexão, e isso é que é o diabo. O dia em que é inaugurada a Feira do Livro não pode ser para a RTP uma espécie de Dia Nacional do Livro em que, como acontece com tantos outros Dias Nacionais, Internacionais ou Mundiais, se fala do tema consagrado a ser lembrado ou celebrado nesse dia para logo no dia seguinte ser despachado para o arquivo das «omissões & esquecimentos», de onde será exumado um ano depois e de novo pelo tempo breve de uma rotação da Terra. Ora, como toda a gente sabe, a RTP dos últimos anos tem ligado ao mundo dos livros a importância mínima: um espaço no «Acontece», decerto mais por vontade de Carlos Pinto Coelho que por desejo da estação, e por aí se vai ficando. Nem um programa regular sobre livros. Nem sequer a divulgação de um «top» dos livros vendidos, coisa que faz com muito carinho, desde há anos, com os discos de música popular e seus arredores. Não é, entenda-se, que me pareça que a divulgação de uma tabela de vendas seja a maneira adequada de estimular a leitura de bons livros (como não o é, recorde-se e acentue-se, para a audição de boa música), mas estou a falar de uma espécie de mínimo dos mínimos, de qualquer coisa abaixo da qual se fica na fronteira do boicote à forma mais fácil de acesso à cultura. Perante isto, quase chega a gente a cometer o disparate absurdo de ter saudades da TV do 24, quando David Mourão-Ferreira vinha à RTP em «prime time» (que então não era designado assim) falar de literatura com grande êxito de audiência. Neste quadro, assalta-nos uma pergunta onde se enovela uma suspeita: será que esta tão adequada cobertura da inauguração da Feira do Livro, transmitida pela RTP 1, estaria nos nossos televisores se não fora a estação pública andar agora nas bocas do mundo e, muito pior que isso, nas bocas do senhor ministro Morais Sarmiento e seus apoiantes (ou instigadores)? Ela, a RTP 1, que parecia fugir dos livros como o diabo foge da cruz; ela que manifestamente prefere outras formas de cultura como a que se afirma na notabilíssima «Fábrica de Anedotas»? Fico na dúvida. E confesso: esta dúvida chega para congelar uma boa parte do aplauso que de outro modo me suscitaria esta cobertura da RTP 1 à 72.ª Feira do Livro.



## A talhe de foice

• Henrique Custódio

### Compreensões

Segundo o Público, a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, teve uma intervenção directa no «dossier» fiscal do Benfica ao assinar um despacho em que corroborou o parecer da administração tributária sobre a avaliação das acções da sociedade desportiva (SAD) do clube. E, ao fazê-lo, favoreceu de facto e objectivamente o Benfica, ao assim aceitar os títulos da SAD como garantia idónea para a impugnação da dívida fiscal, quando podia (e devia) recusá-los, exigindo que a administração fiscal pedisse ao clube uma garantia bancária – como, de resto, o faz com qualquer contribuinte.

E a questão é exactamente esta: sim ou não, o Governo favoreceu o Benfica em matéria fiscal? Perante estes factos, é evidente que sim. Perante estes factos, é igualmente claro que a ministra mentiu na Assembleia da República. Com descaramento e premeditação. Misturando alhos com bugalhos, ao jurar a pés juntos que não firmara «qualquer compromisso» com o Benfica, quando o que se lhe perguntava era sobre o seu assentimento oficial à aceitação das acções da SAD como garantia.

Assentimento que afinal a ministra deu, segundo o Público.

Assentimento que a ministra escamoteou em plena Assembleia da República, como todo o País viu. Adverte o aforismo latino que à mulher de César não basta ser séria – também é preciso parecê-lo. O que todos vimos por parte da ministra Manuela Ferreira Leite, nesta matéria do Benfica, pode parecer tudo menos sério.

Na verdade, ao procurar eludir a questão jogando com as palavras (nomeadamente negando o «acordo» que não terá havido para fugir à explicação do «consentimento» que assinou), Manuela Ferreira Leite fez outra coisa ainda mais inadmissível – negou ou escondeu a sua intervenção directa no assunto, nomeadamente quando assinou o despacho que permitiu à SAD do Benfica apresentar acções como garantia ao fisco.

Ora um despacho destes, assinado pela própria ministra, tem obrigatoriamente que ser fundamentado e transparente, sobretudo quando se refere a um clube cuja direcção, na campanha eleitoral, deu pública e notória nota de envolvimento e compromisso com o partido que agora lidera o Governo.

Nada disto a ministra fez. Ao contrário, negou a evidência, procurou desresponsabilizar-se ora atribuindo ao anterior governo os seus próprios actos nesta matéria, ora escudando-se atabalhoadamente na própria administração fiscal que tutela, como se esta decisão sobre o Benfica, eminentemente política, ficasse neste caso estranhamente ao arbítrio dos serviços!

Manuela Ferreira Leite parece cultivar uma imagem disciplinadora e draconiana, mesmo que isso se traduza em milhares de despedimentos cujo drama e brutalidade a rarefacção dos números e das contabilidades não deixa ver e, por isso, não incomodarão a governante.

Aliás, a indiferença perante as opiniões negativas a seu respeito já foi devidamente afirmada e garantida pela própria ministra, que assim procurou demonstrar não temer críticas ou pressões e, melhor ainda, que nada nem ninguém a impedirá de cumprir os objectivos disciplinares a que se propôs.

Ora esta tergiversação na Assembleia da República é um rude golpe nessa imagem de austera severidade.

Com ela, os portugueses ficaram a saber uma coisa de ciência certa.

A de que a «disciplina orçamental» da ministra Manuela Ferreira Leite só se aplica a quem trabalha e cumpre. Os grandes – devedores ou não – esses podem contar com o apoio e compreensão da ministra e do Governo...

## 5 mil assinaturas por salários e dignificação do emprego na construção

### «Muita força p'ra pouco dinheiro»

Só em dois dias foram recolhidas mais de setecentas assinaturas pelas brigadas da DORL do PCP que, até ao fim do mês, têm o objectivo de contactar com os trabalhadores do sector e recolher 5 mil assinaturas.

Decorre durante o mês de Junho uma campanha sobre a dignificação do sector da construção, promovida pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP. A principal acção desta campanha é a recolha de assinaturas junto de trabalhadores do sector nas principais obras em curso. Em dois dias, junto às obras do novo Estádio de Alvalade, foram recolhidas mais de setecentas.

O abaixo-assinado, que será enviado ao primeiro-ministro e ao ministro do Trabalho e da Solidariedade, reivindica uma actualização salarial mínima de 50 euros e o pagamento do trabalho extraordinário de acordo com o contrato colectivo do sector e a lei geral, que prevêem que a primeira hora deste tipo de trabalho seja remunerada com um aumento de 50 por cento e que a partir da segunda se aumente 75 por cento no valor da jornada. Depois das 22 horas, a acréscimo deverá ser de 105 por cento e aos

sábados de 100 por cento. Mal são completadas 32 horas de trabalho extraordinário, o trabalhador tem direito a um dia de descanso.

Esta é a lei, mas não é a realidade. Denuncia o PCP no texto do abaixo-assinado e na tarjeta que entrega aos trabalhadores que este traba-

lho é, na maioria das vezes, pago como se de trabalho normal de tratasse, o que viola todas as disposições legais sobre o assunto.

A DORL lembra que a maioria dos trabalhadores do sector auferem um salário-base médio mensal pouco acima do salário mínimo nacional, como exemplifica o facto de um oficial de 1.ª receber de salário líquido 407 euros (81 contos), enquanto noutros países da União Europeia ganha 3600 euros, ou seja, quase 9 vezes mais.

Considera ainda o PCP que o recente agravamento do custo de vida torna ainda mais necessário um aumento geral do poder de compra dos trabalhadores, com a aproximação aos salários da UE.

Na tarjeta pode ainda ler-se o poema que Sérgio Godinho escreveu a pensar nos operários da construção, que são, em Portugal, cerca de 400 mil: «Vi-te a trabalhar o dia inteiro/ Construías cidades para os outros/ Carregar pedras, desperdiçar/ Muita força p'ra pouco dinheiro...»



Nas obras do Estádio de Alvalade, recolheu-se mais de 700 assinaturas em dois dias



### «O Partido com Paredes de Vidro»

Recebemos, à hora do fecho desta edição, o seguinte esclarecimento do camarada Álvaro Cunhal:

1 – No que respeita a interpretações feitas por alguns órgãos de comunicação social ao Prefácio da recente edição do livro «O Partido com Paredes de Vidro», uma leitura atenta e séria desmente totalmente as especulações feitas.

2 – Não é possível encontrar no texto do referido prefácio qualquer legitimação de condenáveis práticas desenvolvidas por elementos do Partido que declaram abertamente o propósito de rasgar os Estatutos do PCP e que de há muito actuam à margem do Partido e em grosseira violação dos seus princípios estatutários, numa acção contra a unidade do Partido e pela liquidação das suas características fundamentais e da sua identidade.

Álvaro Cunhal

5 de Junho de 2002

### Trabalhadora despedida por ser dirigente sindical

## Mãos livres para explorar

Seis trabalhadoras da Cachoeira Confeccões, de Oliveira de Azeitões, foram informadas que, a partir de segunda-feira, dia 3, a empresa deixava de contar com elas. Sem qualquer justificação. Económica, disciplinar ou outra.

Ao mesmo tempo, a empresa colocou anúncios públicos de recrutamento de mais trabalhadoras para as mesmas funções das despedidas. A DORAV do PCP denunciou imediatamente a situação, considerando que este processo é revelador do «único propósito da empresa neste despedimento: quebrar a influência do sindicato na empresa para poder explorar de forma impune os seus trabalhadores».

Para prestar a solidariedade do Partido às trabalhadoras, Odete Santos



Odete Santos levou a solidariedade dos comunistas às operárias vítimas do despedimento ilegal

deslocou-se à empresa e, à porta, contactou com as trabalhadoras que solidariamente se manifestavam, dando-lhes a conhecer o conteúdo do requerimento ao Governo entretanto já apresentado na Assembleia da República. A deputada expressou o seu total repúdio pela forma «absolutamente ditatorial» com que os responsáveis da empresa conduziram o processo, com

recurso à GNR para expulsar as seis trabalhadoras quando estas se apresentaram ao serviço, reclamando os seus direitos. Odete Santos apelou ainda à unidade de todas as trabalhadoras como garantia dos postos de trabalho.

